



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 58

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS DESTINADAS A APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, com o objetivo de dar melhor distribuição às matérias das sessões conjuntas destinadas à apreciação de vetos presidenciais, resolve:

- cancelar a sessão marcada para 13 de maio;
- convocar sessão conjunta para 26 do mesmo mês, às 21 horas e 30 minutos;
- estabelecer para as sessões de 10, 11, 12, 24, 25 e 26 de maio a pauta constante da relação anexa.

Senado Federal, 27 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Dia 12 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Paralelas Práticas;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre as verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais e dá outras providências.

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências.

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 7 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2-65 (C.N.) que altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 59-64 no Senado Federal e número 2.564-65 na Câmara dos Deputados, que reduz o prazo para aquisição de nacionalidade brasileira ao natural de país fronteiriço, e dá outras providências.

Senado Federal, 11 de maio de 1966

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de maio de 1966, às 9 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de aval do Tesouro Nacional em operação de crédito no exterior.

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de maio de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (totais):

- 1º Ao Projeto de Lei nº 504-C-63, na Câmara e nº 3-66, no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;
- 2º Ao Projeto de Lei nº 2.019-B-64, na Câmara e nº 140-65, no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Paralelas Práticas;
- 3º Ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64, na Câmara e nº 112-65, no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;
- 4º Ao Projeto de Lei nº 75-63, no Senado e nº 2.467-B-64, na Câmara, que altera a redação do art. 35, do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Totalidade do projeto.
3	3º	Totalidade do projeto.
4	4º	Totalidade do projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 16 de maio de 1966, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de maio de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 13/65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Matéria a que se refere
1	Parágrafo único do art. 15.
2	§ 2º do art. 17.
3	Art. 21 e seus parágrafos.
4	§ 1º do art. 24.
5	Alínea "a" do § 2º do art. 24.
6	Art. 39.
7	Art. 40.

SENADO FEDERAL

ATA DA 50ª SESSÃO EM 11 DE MAIO DE 1966

4ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Edmundo Levi — Arthur Virgílio — Cattete Pinheiro — Eugênio Barros — Joaquim Parente — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Manoel Vilaga — Barros Carvalho — Pessoa de Queiroz — Ermirio de Moraes — José Leite — Aloysio de Carvalho — Josephat Marinho — Jefferson de Aguiar — Raul Giuberti — Aarão Steinbruch — Gouveia Vieira — Milton Campos — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Bezerra Neto — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger — Gay da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM

Nº 99, de 1966

(Nº 214-66, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Venho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os arts. 70, § 1º e 87, II da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei do Congresso Nacional, nº 2, de 1966, que altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias ao interesse público: arts. 28, 40 e 41. Razões: Em nossa organização política, figuram os partidos como instituições oficiais, incumbidas de formar a vontade nacional. E' por seu intermédio que o cidadão participa, eficazmente, da vida pública, já que o eleitor está adstrito a escolher os seus representantes políticos dentre os nomes indicados pelos partidos. A estes compete, no desempenho de sua missão, promover unidade de ação, no plano político, entre os que professam convicções comuns, de modo a proporcionar-lhes ingerência no exercício do poder.

Para isso se faz mister, contudo, a vinculação do eleitor ao partido, bem como a sua estrita fidelidade aos postulados programáticos de sua agremiação e à linha de conduta estabelecida pelos órgãos dirigentes. A identificação entre o eleitor e o partido não será porém, estimulada se lhe for permitido votar, nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, em candidatos de partidos diferentes. Conseguiu-se, por isso mesmo, na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, art. 146, inciso IX, alínea b, o princípio de que, nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, os candidatos indicados devem ser do mesmo partido, sob pena de nulidade do voto para os dois cargos (art. 175, § 2º). Incorporou-se, por meio desse dispositivo legal, ao nosso direito político a regra do voto vinculado ou partidário que, nos preceitos ora vetados, se quer abolir sob o fundamento de que não contribui para aperfeiçoar o regime democrático.

Se os partidos são, no entanto, organismos reputados, pela ordem constitucional, assim como pela opinião comum da doutrina política, elementos essenciais ao regime democrático, o fortalecimento das agremiações partidárias, mediante a preservação da disciplina entre os seus adeptos

e sua melhor e mais sólida arregimentação, não pode senão favorecer o aperfeiçoamento da democracia. E' certo que as restrições impostas à faculdade de escolha do eleitor acarretam, em certa medida, cerceamento de sua liberdade política. Tais restrições, em escala menos ampla, são resultantes, todavia, do próprio sistema de partidos, adotado em nossa organização política, pois, não podendo ser votado senão quem constar da lista apresentada pelas instituições partidárias, o eleitor há de cingir-se à indicação dos nomes que lhe tenham sido propostos. O voto vinculado, restringindo a escolha, nas eleições proporcionais, aos nomes dos candidatos do mesmo partido pertence, assim, à índole do sistema vigente entre nós.

A não coincidência possível entre a opinião dos eleitores e a orientação dos partidos, no que diz respeito à indicação de candidatos, não leva, necessariamente, a que se haja de eliminar o princípio do voto partidário ou vinculado, mas induz, somente, a que se aperfeiçoem a organização e o funcionamento dos partidos políticos, de maneira a estabelecer-se consonância entre as tendências das correntes de opinião e as decisões dos órgãos dirigentes.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de maio de 1966. — H. Castelo Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Altera a redação da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Art. 1º — A Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, passa a vigorar com as alterações constantes dos artigos seguintes.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

	Capital e Interior
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
	Exterior
Ano	Cr\$ 135,

FUNCIONARIOS

	Capital e Interior
Semestre	Cr\$ 39
Ano	Cr\$ 76,
	Exterior
Ano	Cr\$ 103,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Art. 2º — O caput do artigo 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º — O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até trinta dias após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo do região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no artigo 367".

Art. 3º — O caput do art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º — O brasileiro nato que não se alistar até os dezoito anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário-mínimo da região, imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento".

Art. 4º — O artigo 4, mantida a redação do caput passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

§ 1º — Os biênios serão contados, ininterruptamente, sem o desconto de qualquer afastamento, nem mesmo o decorrente de licença, férias, ou licença especial, salvo no caso do § 3º.

§ 2º — Os juizes afastados por motivo de licença, férias e licença especial, de suas funções na Justiça comum, ficarão automaticamente afastados da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, exceto quando, com períodos de férias coletivas, coincidir a realização de eleição, apuração ou encerramento de alistamento.

§ 3º — Da homologação da respectiva convenção partidária, até a apuração final da eleição não poderão servir como juizes nos Tribunais Eleitorais, ou como juizes

eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimos ou ilegítimos, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

§ 4º — No caso de recondução para o segundo biênio, observam-se as mesmas formalidades indispensáveis à primeira investidura.

Art. 5º — O § 1º do artigo 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º — A nomeação, pelo Presidente da República, de juizes de categoria de juristas, deverá ser feita dentro dos trinta dias do recebimento da lista triplice enviada pelo Supremo Tribunal Federal, dela não podendo constar nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público”.

Art. 6º — No inciso I, do artigo 22, letra h passa a vigorar com a redação a seguir indicada, sendo acrescentada ainda, a letra “e”.

“h) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias da conclusão do relatório, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada;

i) as reclamações contra os seus próprios juizes que, no prazo de trinta dias a contar da conclusão não houvessem julgado os feitos a eles distribuídos”.

Art. 7º O inciso XIV do artigo 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“XIV — requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos Tribunais Regionais que o solicitarem, e para garantir a votação e a apuração”;

Art. 8º — O § 2º do artigo 25 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º — A lista não poderá conter nome de magistrado aposentado ou de membro do Ministério Público”.

Art. 9º — Ao artigo 28 é acrescentado o seguinte parágrafo:

“§ 3º — No caso previsto no parágrafo anterior será observado o disposto no parágrafo único do artigo 20”.

Art. 10 — A letra g, do inciso I, do artigo 29, passa a vigorar com a seguinte redação:

“g) os pedidos de desaforamento dos feitos não decididos pelos juizes eleitorais em trinta dias da sua conclusão para julgamento, formulados por partido, candidato, Ministério Público ou parte legitimamente interessada, sem prejuízo das sanções decorrentes do excesso de prazo”.

Art. 11 — Ao artigo 30 é acrescentado o seguinte inciso:

“XIX — suprimir os mapas parciais de apuração, mandando utilizar apenas os boletins e os mapas totalizadores, desde que o menor número de candidatos às eleições proporcionais justifique a supressão, observadas as seguintes normas:

a) qualquer candidato ou partido poderá requerer ao Tribunal Regional que suprima a exigência dos mapas parciais de apuração;

b) a decisão do Tribunal Regional qualquer candidato ou partido poderá, no prazo de três dias decorrer para o Tribunal Superior que decidirá em cinco dias;

c) a supressão dos mapas parciais de apuração só será admitida até seis meses antes da data da eleição;

d) os boletins e mapas de apuração serão impressos pelos Tribunais Regionais, depois de aprovados pelo Tribunal Superior;

e) o Tribunal Regional ouvirá os partidos na elaboração dos modelos dos boletins e mapas de apuração, a fim de que estes atendam as peculiaridades locais, encaminhados das sugestões ou impugnações formuladas pelos partidos, a decisão do Tribunal Superior”.

Art. 12 — Os §§ 4º e 11 do artigo 45 passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º — Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que institui o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo.

O recibo será obrigatoriamente anexado ao processo eleitoral, incorrendo o juiz que não o fizer na multa de um a cinco salários-mínimos regionais, na qual incorrerá ainda o escrivão, funcionário ou preparador, se responsáveis, bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito.

§ 11 — O título eleitoral e a folha individual de votação somente serão assinados pelo juiz eleitoral depois de preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido, sob as penas do artigo 293”.

Art. 13. — É acrescentado ao artigo 45 o seguinte parágrafo:

“§ 12 — É obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor, após a expedição do seu título”.

Art. 14. O atual § 4º, do artigo 46, é remunerado para 5º, passando a figurar como § 4º o seguinte:

“§ 4º — O eleitor poderá, a qualquer tempo, requerer ao juiz eleitoral a reificação de seu título eleitoral ou de sua folha individual de votação, quando nêles constar erro evidente, ou indicação de seção diferente daquela a que devesse corresponder a residência indicada no pedido de inscrição ou transferência”.

Art. 15 — São acrescentados ao artigo 47 os seguintes parágrafos:

“§ 1º — Em cada Cartório de Registro Civil haverá um livro especial, aberto e rubricado pelo Juiz Eleitoral, onde o cidadão, ou o delegado de partido, deixará expresso o pedido de certidão para fins eleitorais, datando-o.

§ 2º — O escrivão, dentro de quinze dias da data do pedido, concederá a certidão, ou justificará, perante o Juiz Eleitoral, por que deixa de fazê-lo.

§ 3º — A infração ao disposto neste artigo sujeitará o escrivão às penas do artigo 293”.

Art. 16. O § 2º do artigo 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º — O disposto nos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplica quando se tratar de transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar,

autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência”.

Art. 17. O caput e o § 1º do artigo 57 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57 O requerimento de transferência de domicílio eleitoral será imediatamente publicado na imprensa oficial na Capital, e em cartório nas demais localidades, podendo os interessados impugná-lo no prazo de dez dias.

§ 1º Certificado o cumprimento do disposto neste artigo, o pedido deverá ser desde logo decidido, devendo o despacho do juiz ser publicado pela mesma forma.”

Art. 18. É acrescentado um § 3º ao art. 62, passando o § 4º a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º O nome indicado pelo juiz eleitoral para preparador deverá ser previamente divulgado através de edital afixado no Cartório Eleitoral, podendo qualquer candidato ou partido, no prazo de três dias, impugnar a indicação.

§ 3º Se o juiz mantiver o nome indicado, a impugnação deverá ser remetida ao Tribunal Regional, que a apreciará antes de decidir sobre a nomeação.”

Art. 19. É acrescentado ao art. 71 o seguinte parágrafo:

“§ 4º Quando houver denúncia fundamentada de fraude no alistamento de uma zona ou município, o Tribunal Regional poderá determinar a realização de correição e, provada a fraude em proporção comprometedora, ordenará a revisão do eleitorado, obedecendo as Instruções do Tribunal Superior e as recomendações que, subsidiariamente, baixar, com o cancelamento de ofício das inscrições correspondentes aos títulos que não forem apresentados à revisão”.

Art. 20. O inciso V, do § do artigo 94 passa a vigorar com a seguinte redação:

“V — com folha-corrida fornecida pelos cartórios competentes, para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos (art. 132, III, e 135 da Constituição Federal)”.

Art. 21. É acrescentado ao artigo 100 o seguinte parágrafo:

“§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo, os partidos conservarão sempre que possível as mesmas séries e os candidatos à reeleição o mesmo número, salvo em relação a estes os que optarem por novo número.”

Art. 22. O caput do art. 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120. Constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente, nomeados pelo juiz eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência.”

Art. 23. É acrescentado ao artigo 127 o seguinte inciso:

“IX — anotar o não-comparecimento do eleitor no verso da folha individual de votação.”

Art. 24. É revogado o inciso VI do art. 133, ficando reenumerados de VI a XVI os atuais incisos VII a XVII.

Art. 25. O § 5º do art. 135 passa a vigorar com a redação seguinte, acres-

centados ao referido artigo os §§ 7º e 8º:

“§ 5º Não poderão ser localizadas as seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público, incorrendo o juiz nas penas do art. 312, em caso de infringência.

§ 7º Da designação dos lugares de votação poderá qualquer partido reclamar ao juiz eleitoral, dentro de três dias a contar da publicação, devendo a decisão ser proferida dentro de quarenta e oito horas.

§ 8º Da decisão do juiz eleitoral caberá recurso para o Tribunal Regional, interposto dentro de três dias, devendo, no mesmo prazo, ser resolvido.”

Art. 26. O parágrafo único do artigo 143 passa a § 1º, sendo acrescentado, como § 2º, o seguinte:

“§ 2º Observada a prioridade assegurada aos candidatos, tem preferência para votar o juiz eleitoral da zona, seus auxiliares de serviço, os eleitores de idade avançada, os enfermos e as mulheres grávidas”.

Art. 27. São revogados os §§ 1º e 3º do art. 145, reenumerado para parágrafo único o atual § 2º, passando o caput a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 145. O presidente, mesários, secretários, suplentes e delegados e fiscais do partido votário perante as mesas em que servirem, sendo que os delegados e fiscais desde que a credencial esteja visada na forma do art. 31, § 3º; quando eleitores de outras seções, seus votos serão tabulados em separado.”

Art. 28. A letra b do inciso IX, do art. 146, passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) escrevendo o nome o prenome, ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais.”

Art. 29. São revogados os §§ 4º e 5º do art. 148.

Art. 30. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 151.

Art. 31. O inciso I do art. 154 passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — vedará a fenda de introdução da cédula na urna, de modo a cobri-la inteiramente com tiras de papel ou pano forte, rubricadas pelo presidente e mesários e, facultativamente, pelos fiscais presentes; separará todas as folhas de votação correspondentes aos eleitores faltosos e fará constar, no verso de cada uma delas, na parte destinada à assinatura do eleitor, a falta verificada, por meio de breve registro, que autenticará com a sua assinatura.”

Art. 32. O § 2º do art. 159 passa a vigorar com a redação seguinte, acrescentados ao referido artigo os §§ 3º, 4º e 5º:

“§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto neste artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional, mencionando-se as horas ou dias necessários para o adiamento, que não poderá exceder a cinco dias.

§ 3º Esgotado o prazo e a prorrogação estipulada neste artigo, ou não tendo havido em tempo hábil o pedido de prorrogação, a respectiva Junta Eleitoral perde a competência para prosseguir na apuração, devendo o seu presidente remeter, imediatamente, ao Tri-

bunal Regional, todo o material relativo à votação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, competirá ao Tribunal Regional fazer a apuração.

§ 5º Os membros da Junta Eleitoral responsáveis pela inobservância injustificada aos prazos fixados neste artigo estarão sujeitos à multa de dois a dez salários-mínimos, aplicada pelo Tribunal Regional.

Art. 33. É acrescentado ao art. 165, *caput*, o seguinte inciso:

"XI — se consta nas folhas individuais de votação dos eleitores falhas ou o devido registro de sua falta."

Art. 34. O art. 166 e o seu § 1º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 166. Aberta a urna, a Junta verificará se o número de cédulas oficiais corresponde ao de votantes.

§ 1º A incoincidência entre o número de votantes e o de cédulas oficiais encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada."

Art. 35. São revogados os incisos III e IV do art. 167, passando os incisos I e II a vigorar com a seguinte redação:

"I — examinar as sobrecartas brancas contidas na urna, anuindo os votos referentes aos eleitores que não podiam votar;

II — misturar as cédulas oficiais dos que podiam votar com as demais existentes na urna."

Art. 36. O § 4º do art. 169 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Os recursos serão instruídos de ofício, com certidão da decisão recorrida; se interpostos verbalmente, constará também da certidão o trecho correspondente do boletim."

Art. 37. O art. 172 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 172. Sempre que houver recurso fundado em contagem errônea de votos, vícios de cédulas ou de sobrecartas para votos em separado, deverão as cédulas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o recurso e deverá ser rubricado pelo juiz eleitoral, pelo recorrente e pelos delegados de partido que o desejarem."

Art. 38. O atual parágrafo único do art. 174 passa a § 3º, acrescentado ao referido artigo os seguintes §§ 1º e 2º:

"§ 1º Após fazer a declaração do voto em branco e antes de ser anunciado o seguinte, será aposto na cédula, no lugar correspondente à indicação do voto, um breve sinal indeleível, além da rubrica do presidente da turma.

§ 2º Não poderá ser iniciada a apuração dos votos da urna subsequente, sob as penas do art. 345, sem que os votos em branco da anterior estejam todos registrados pela forma referida no § 1º."

Art. 39. É revogado o § 2º do artigo 175, reenumerados os atuais §§ 3º e 4º para 2º e 3º.

Art. 40. É revogado o inciso V do art. 176.

Art. 41. O inciso II, do artigo 177, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentado ao referido artigo o inciso V:

"II — se o eleitor escrever o nome de um candidato e o número correspondente a outro da mesma legenda ou não, contar-se-á

o voto para o candidato cujo nome foi escrito.

V — se o eleitor assinalar uma sigla partidária e escrever o nome ou o número do candidato de outro partido o voto será contado para o candidato cujo nome ou número foi escrito."

Art. 42. O art. 184 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 184. Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional, no prazo de vinte e quatro horas, todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração, juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados, com a declaração dos motivos por que o não foram.

§ 1º Essa remessa será feita em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de Partido, por via postal ou sob protocolo, conforme for mais rápida e segura a chegada ao destino.

§ 2º Se a remessa dos papéis eleitorais de que trata este artigo não se verificar no prazo nele estabelecido, os membros da Junta estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.

§ 3º Decorridos quinze dias sem que o Tribunal Regional tenha recebido os papéis referidos neste artigo ou comunicação de sua expedição, determinará ao Corregedor Regional ou Juiz Eleitoral mais próximo que os faça apreender e enviar imediatamente, transferindo-se para o Tribunal Regional a competência para decidir sobre os mesmos."

Art. 43. O parágrafo único do artigo 198 é substituído pelos seguintes parágrafos:

"§ 1º Ocorrendo motivos relevantes, expostos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo, uma vez e por quinze dias.

§ 2º Se o Tribunal Regional não terminar a apuração no prazo legal, seus membros estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento."

Art. 44. O parágrafo único do artigo 200 é reenumerado para 1º, acrescentado ao referido artigo o seguinte parágrafo:

"§ 2º O Tribunal Regional, antes de aprovar o relatório da Comissão Apuradora e, em três dias improrrogáveis, julgará as impugnações e as reclamações não providas pela Comissão Apuradora e, se as deferir, voltará o relatório à Comissão para que sejam feitas as alterações resultantes da decisão."

Art. 45. É acrescentado ao artigo 220, *caput*, o seguinte inciso:

"V — quando a seção eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135."

Art. 46. Revogado o inciso I, do art. 221, os atuais incisos II, III e IV são reenumerados para I, II e III.

Art. 47. São revogados os §§ 1º e 2º do art. 222.

Art. 48. O § 3º do art. 223 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º A nulidade de qualquer ato, baseada em motivo de ordem

constitucional, não poderá ser conhecida em recurso interposto fora de prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra que se apresentar poderá ser arguida."

Art. 49. São acrescentados ao artigo 243 os seguintes parágrafos:

"§ 1º O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no Juízo Cível a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor e, solidariamente, o partido político de que quando responsável por ação ou omissão, e quem quer que, favorecido pelo crime, haja de qualquer modo contribuído para ele.

§ 2º No que couber, aplicar-se-ão na reparação do dano moral, referido no parágrafo anterior, os arts. 81 e 82 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

§ 3º É assegurado o direito de resposta a quem for injuriado, difamado ou caluniado através da imprensa, rádio, televisão, ou altifalante, aplicando-se, no que couber os arts. 90 e 96 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962."

Art. 50. O art. 250 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 250. Nas eleições gerais de âmbito estadual ou nacional, as estações de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive as de propriedade da União, Estados, Territórios ou Municípios, reservarão nos sessenta dias anteriores à antevéspera do pleito, duas horas diárias para a propaganda eleitoral gratuita, sendo uma delas à noite, entre vinte e vinte e três horas, conforme instruções, providências e fiscalizações da Justiça Eleitoral, para o efetivo cumprimento do preceituado neste artigo.

§ 1º Nas eleições de âmbito municipal, as emissoras reservarão, nos trinta dias anteriores à antevéspera do pleito uma hora diária, sendo trinta minutos à noite, entre vinte e vinte e três horas, para a propaganda gratuita.

§ 2º Desde que haja concordância de todos os partidos e emissoras de rádio e televisão, poderá ser adotado qualquer outro critério na distribuição dos horários, que deverá ser previamente comunicado à Justiça Eleitoral.

§ 3º O horário não utilizado por qualquer partido será redistribuído aos demais, vedada cessão ou transferência.

§ 4º As estações de rádio e televisão ficam obrigadas a divulgar gratuitamente comunicados da Justiça Eleitoral até o máximo de quinze minutos, entre as dez e as vinte e duas horas, nos trinta dias que precederem ao pleito."

Art. 51. São acrescentados ao artigo 256 os seguintes parágrafos:

"§ 1º No período da campanha eleitoral, independentemente do critério de prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, na sede dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior, fixando as condições a serem observadas."

Art. 52. É acrescentado ao artigo 266 o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Se o recorrente se reportar a coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237 ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependentes de prova a ser determinada pelo Tribunal, bastar-lhe-á indicar os meios a elas conducentes."

Art. 53. O § 6º do art. 267 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz eleitoral fará, dentro de quarenta e oito horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que se fundar, sujeito à multa de dez por cento do salário-mínimo regional por dia de retardamento salvo se entender de reformar a sua decisão."

Art. 54. O art. 268 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 268. No Tribunal Regional nenhuma alegação escrita ou nenhum documento poderá ser oferecido por qualquer das partes, salvo o disposto no art. 270."

Art. 55. O art. 270 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 270. Se o recurso versar sobre coação, fraude, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei, dependente de prova indicada pelas partes ao interpor ou ao impugnar-lo, o relator no Tribunal Regional deferir-lhe-á em vinte e quatro horas da conclusão, realizando-se ela no prazo improrrogável de cinco dias.

§ 1º Admitir-se-ão como meios de prova para apreciação pelo Tribunal as justificações e as perícias processadas perante o juiz eleitoral da zona, com citação dos partidos que concorreram ao pleito e do representante do Ministério Público.

§ 2º Indeferindo o relator a prova, serão os autos, a requerimento do interessado, nas vinte e quatro horas seguintes, presentes à primeira sessão do Tribunal, que deliberará a respeito.

§ 3º Protocoladas as diligências probatórias, ou com a junta das justificações ou diligências, a Secretaria do Tribunal abrirá, sem demora, vista dos autos, por vinte e quatro horas, seguidamente ao recorrente e ao recorrido para dizerem a respeito.

§ 4º Findo o prazo acima, serão os autos conclusos ao relator."

Art. 56. O art. 345 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade:
Pena — pagamento de trinta a noventa dias-multa."

Art. 57. O art. 367 passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

"§ 1º As multas aplicadas pelos Tribunais Eleitorais serão consideradas líquidas e certas, para efeito de cobrança mediante executivo fiscal, desde que inscritas em livro próprio, na Secretaria do Tribunal competente.

§ 2º A multa pode ser aumentada até dez vezes, se o juiz ou Tribunal, considerar que, em virtude da situação econômica do

infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

§ 3º O alistando ou o eleitor, que comprovar devidamente o seu estado de pobreza, ficará isento do pagamento de multa.

§ 4º Fica autorizado o Tesouro Nacional a emitir selos, sob a designação "Selo Eleitoral", destinados ao pagamento de emolumentos, custas, despesas e multas, tanto as administrativas como as penais, devidas à Justiça Eleitoral.

§ 5º Os pagamentos de multas poderão ser feitos através de guias de recolhimento. Se a Justiça Eleitoral não dispuser de selo eleitoral em quantidade suficiente para atender aos interessados.

Art. 58. É revogado o parágrafo único do art. 374, e o caput do mencionado artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 374. Os membros dos tribunais eleitorais, os juizes eleitorais e os servidores públicos requisitados para os órgãos da Justiça Eleitoral que, em virtude de suas funções nos mencionados órgãos, não tiverem as férias que lhes couberem, poderão gozá-las no ano seguinte, acumuladas ou não".

Disposições Transitórias

Art. 59. Não se aplicará a multa a que se refere o art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 31 de março de 1967.

Art. 60. O prazo para a entrada em Cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo, nas eleições que se realizarem em 1966, terminará, improrrogavelmente, às dez horas (18) horas do 30º (trigésimo) dia anterior à data marcada para a realização das mesmas.

Art. 61. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de abril de 1966.

MENSAGEM

Nº 100, de 1966

(Nº 215-66, NA ORIGEM)
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os arts. 40, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.361-65 (no Senado nº 59-61), que reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de Pais fronteira e das outras providências, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

1. Não se afigura conveniente reduzir-se para dois anos o prazo de residência do estrangeiro no Brasil, pelo fato de haver e do ainda ser empregado de pessoa jurídica brasileira no exterior. Nenhuma semelhança existe, para que se dispense tratamento igual, entre a situação do empregado em missão diplomática em repatário consular do Brasil no exterior, como previsto na lei atual, e do empregado de pessoa jurídica brasileira no exterior, uma vez que aquele presta serviços ao Brasil, ao passo que este o faz a particulares.

2. Também, não parece aconselhável a redução do prazo de residência no Brasil, para os estrangeiros naturais de países fronteiriços. Em primeiro lugar, porque há países que, apesar de limitrofes com o Brasil, reduzido intercâmbio comercial e cultural mantém conosco. Em segundo lugar, porque importa estabelecer dis-

criminação entre os naturais de outros países do continente, que, embora não sejam linderos com o Brasil, entretém conosco intimas relações culturais e comerciais.

3. Por fim, merece ressaltado que o Governo pretende enviar ao Congresso Nacional, dentro em breve, o projeto de Estatuto do Estrangeiro, no qual a aquisição, a perda e reaquisição da nacionalidade brasileira ficam sujeitas a nova regulamentação, não convido, portanto, alterações parciais à legislação em vigor.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 4 de maio de 1966. — H. Castello Branco.

O PROJETO VETADO

Reduz o prazo para aquisição da nacionalidade brasileira ao natural de pais fronteiriço, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O prazo de residência, fixado no art. 8º, nº II, será reduzido, quando o naturalizando preencher qualquer das seguintes condições:

I — ter filhos ou conjuge brasileiro;

II — ser filho de brasileiro ou brasileira;

III — recomendar-se por sua capacidade profissional, científica, ou artística;

IV — ser agricultor ou trabalhador especializado em qualquer setor industrial;

V — ter prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Governo;

VI — ser ou ter sido empregado em missão diplomática ou repartição consular do Brasil, bem como de pessoa jurídica brasileira no exterior, e contar dez anos contínuos de bons serviços;

VII — ser natural de pais fronteira com o Brasil;

VIII — ter, no Brasil, bem imóvel, do valor mínimo de Sr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), ser agricultor ou industrial que disponha de fundos de igual valor, ou possuir quota integralizada de montante, pelo menos, idêntico, em sociedade comercial ou civil destinada, principal e permanentemente, ao exercício da indústria ou da agricultura.

Parágrafo único. A residência será de 1 (um) ano, no caso do nº II; de 2 (dois) anos, nos casos dos ns. I, VI e VII, e de 3 (três) anos, nos demais".

Art. 2º O item VI do § 1º do artigo 10, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, alterada pela Lei número 3.192, de 4 de julho de 1957, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI — certidões ou atestados que provem, quando for o caso, as condições do art. 9º, ns. I a VIII".

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 101, de 1966

(Nº 229, DE 1966, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional e nos termos dos artigos 22 e

23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Alfredo Teixeira Valladao, ocupante de cargo de Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, do Ministério das Relações Exteriores para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Popular da Polônia.

Os méritos do Senhor Alfredo Teixeira Valladao, que me fizeram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de maio de 1966. — Humberto de Alencar Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

MINISTRO ALFREDO TEIXEIRA VALLADAO

O Ministro Alfredo Teixeira Valladao em Varginha, Estado de Minas Gerais, em 9 de junho de 1917.

2. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil; membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; membro efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico.

3. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores como Consul de Terceira Classe, por concurso, em 25 de maio de 1912; promovido a Consul de Segunda Classe, por merecimento em 10 de dezembro de 1945; promovido a Primeiro Secretário, por merecimento em 16 de dezembro de 1933; Conselheiro em 2 de setembro de 1938; promovido a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 6 de outubro de 1959.

4. Durante sua carreira desempenhou as seguintes funções no exterior: Consul em Beirute; Consul em Paramaribo; Consul em Montreal; Segundo Secretário removido para a Delegação do Brasil em Genebra; Consul-Adjunto do Brasil em Montreal; Consul-Geral do Brasil em Genebra; Ministro-Conselheiro do Brasil em Genebra.

5. Além dessas funções exerceu as seguintes missões e comissões: Encarregado do Consulado em Paramaribo em 1945; Encarregado do Consulado-Geral em Montreal em 1949; Assessor Técnico, representante do Brasil, na I Assembleia-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil, em Montreal em 1948; Assessor do representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão Especial para o Estudo da posição do Brasil à VI Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra em 1951; Representante do Ministério das Relações Exteriores, na Comissão Mista Brasil-Alemanha, encarregada de acompanhar e facilitar a execução do Ajuste Comercial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha em 1952; Representante do Ministério das Relações Exteriores na execução do Ajuste Comercial Brasil-Portugal em 1952; Representante do Ministério das Relações Exteriores na execução do Ajuste Comercial Brasil-Itália em 1952; Representante do Ministério das Relações Exteriores na Comissão Mista Brasil-Tchecoslováquia, encarregada de acompanhar e facilitar a execução do ajuste comercial Brasil-Tchecoslováquia em 1952; delegado do Brasil à Comissão "ad hoc" para a Agenda e Assuntos Internacionais do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comerciais, em Genebra, em 1952; delegado do Brasil à VII Reunião da Parte Contratante do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comerciais, também em Genebra, em 1952; representante do Itamarati na

Comissão Encarregada de projetar a reforma dos Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, em 1953; presidente da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de atualização e modificação do regulamento relativo a despacho consular de aeronaves comerciais, em 1953; assessor da Delegação do Brasil, para negociar com a Alemanha, em Bonn, a renovação do ajuste comercial e os termos do novo ajuste de pagamento, em 1953; secretário executivo da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais, em 1953; delegado à VIII Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional (O.A.C.I.), na Inglaterra, em 1953; delegado do Brasil na VIII Reunião das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1953; encarregado da Delegação junto ao Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, em 1953; delegado do Brasil à Segunda Sessão da Conferência Internacional do Estímulo, em Genebra, em 1953; delegado do Governamental à 123ª Sessão do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1953; Encarregado da Delegação em Genebra, em 1953; delegado do Brasil à Comissão Consultiva do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, em Genebra, em 1953; Encarregado da Delegação em Genebra, em 1954; observador do Brasil na Conferência em Genebra sobre problemas asiáticos, em 1954; observador do Brasil na XVIIIª Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1954; delegado do Brasil à Comissão "ad hoc" para a Agenda e Assuntos Intersessionais do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio em Genebra, em 1954; Encarregado da Delegação em Genebra, de 4 de agosto de 1954 a 8 de outubro de 1954; Observador do Brasil na IX Assembleia Plenária da Federação Mundial das Associações para as Nações Unidas, em Genebra, em 1954; delegado governamental à V Sessão da Comissão do Ferro e Aço da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1954; delegado do Brasil na IX Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1954; delegado do Brasil à Reunião do Comitê Consultivo do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, em Genebra, em 1954; Encarregado da Delegação em Genebra de 6 de dezembro de 1954 a 27 de abril de 1955; Observador do Brasil na X Sessão da Comissão Econômica para a Europa, em Genebra, em 1955; Observador do Brasil na IIª Sessão da Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, em 1955; Delegado do Brasil ao 2º Congresso da Organização Meteorológica Mundial, em Genebra, em 1955; Chefe da Delegação do Brasil à 2ª Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, em Genebra, em 1955; Delegado Suplente do Brasil na I Sessão do Comitê Executivo do Fundo de Emergência das Nações Unidas para os Refugiados, em Genebra, em 1955; Observador do Brasil na 129ª Sessão do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1955; Conselheiro Técnico do Brasil na 38ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1955; Observador do Brasil na XX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1955; Assessor da Delegação do Brasil à Conferência sobre a utilização de energia atômica para fins pacíficos, em Genebra, em 1955; Delegado do Brasil às reuniões do Comitê "ad

hoc" para a Agenda e Assuntos Interseccionais do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e do Comércio, em Genebra, em 1955; Delegado do Brasil na 2ª Reunião do Grupo de Trabalho do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e do Comércio, para os problemas do comércio internacional dos produtos de base, em Genebra, em 1955; Delegado Suplente do Brasil na 3ª Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, em Genebra, em 1955; Delegado do Brasil na X Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e do Comércio, em Genebra, em 1955; Delegado do Brasil na 2ª Sessão da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional de Produtos de Base do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1955; Observador do Brasil na Conferência das Partes Contratantes ao Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio sobre negociações tarifárias, em Genebra, em 1956; Delegado Suplente do Brasil na IV Sessão do Comitê Executivo e do Conselho do Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias, em Genebra, em 1956; Delegado do Brasil no Comitê "ad hoc" para a Agenda e Assuntos Interseccionais do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1956; Assessor da Delegação do Brasil à XXI Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1956; Conselheiro Técnico da Delegação do Brasil na XXXIX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1956; Assessor da Delegação do Brasil na XXII Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, em 1956; Delegado do Brasil à XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, em 1956; Delegado Suplente do Brasil na V Reunião de Conselho e do Comitê Executivo do Comitê Intergovernamental de Migrações Europeias, em Genebra, em 1956; Delegado do Brasil no Comitê "ad hoc" para a Agenda e Assuntos Interseccionais do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1956; Encarregado da Delegação em Genebra, de 8 de julho de 1956 a 13 de agosto de 1956; de 24 de outubro de 1956 a 31 de dezembro de 1956; de 25 de outubro de 1956 a 1º de julho de 1957; Delegado do Brasil na IV Sessão da Comissão Consultiva para o Comércio Internacional de Produtos de Base do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1956; Delegado do Brasil no Grupo de Trabalho encarregado de rever as atividades do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, em Genebra, em 1957; Delegado Suplente na IV Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental das Migrações Europeias, em 1957; Delegado Suplente na VI Sessão do Conselho da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1957; Assessor da Delegação do Brasil na XXIV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1957; Delegado Suplente do Brasil na V Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1957; Delegado do Brasil na XII Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1957; Delegado à VII Reunião do Conselho Deliberativo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, em Genebra em 1957; Delegado no Comitê de Negociações Tarifárias com o Brasil do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1957; Representante do Brasil na Comissão do Tratado de Roma e observador nas reuniões dos membros da Comunidade Econômica Europeia,

em Genebra, em 1953; Delegado do Brasil às negociações tarifárias brasileiras no Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1953; Representante do Brasil na reunião do Comitê Intergovernamental do GATT, em Genebra, em 1953; Representante substituto do Brasil no Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho; Assessor da Delegação do Brasil à XXVI Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 1953; Delegado do Brasil à VI Sessão da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional dos Produtos de Base, em Nova York, em 1953; Chefe do Gabinete do Ministro de Estado Francisco Negrão de Lima em 1958; Delegado do Brasil à XIII Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1958; Delegado do Brasil à VII Sessão do Conselho Deliberativo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), em Genebra, em 1953; Delegado do Brasil à XIV Sessão das Partes Contratantes do GATT, em Genebra, em 1959; Delegado Suplente na V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em 1959; Chefe do Gabinete do Ministro de Estado Horácio Laier, em 1959; Chefe do Serviço de Relações com o Congresso Nacional, em 1959; Membro do Grupo de Trabalho para o Estudo do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento do Diplomata ... (GAD), em 1960; Delegado Permanente do Brasil no Conselho das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em Genebra, em 1960; Delegado substituto na XLV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1961; Subchefe da Delegação que representou o Brasil no 2º período de Sessões da II Conferência das Nações Unidas sobre açúcar, em Genebra, em 1961; Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Internacional do Trigo, em Genebra, em 1962; Subchefe da Delegação Brasileira à XIX Sessão do Comitê Executivo e à XVI Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), em 1962; Delegado à XXXIV Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em 1962; Delegado do Brasil na Reunião de Nível Ministerial do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, em 1963; Delegado do Brasil na Conferência Negociadora do Convênio Internacional do Cacau, em Genebra, em 1963; Delegado à II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; Chefe da Delegação que representou o Brasil na XXI Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), em Genebra, em 1964; Subchefe da Delegação à Sessão Extraordinária das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), e às reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, do Comitê do Balanço e do Comitê de Ação, que antecederam a referida Sessão Extraordinária e à abertura da sexta Rodada de Negociações Comerciais do GATT, em Genebra, em 1964; Delegado Suplente à XIX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1964; Subchefe da Delegação à XXII Sessão Anual das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), em 1965; Delegado Suplente à XX Assembleia da Organização das Nações Unidas, em 1965.

6. Dos assentamentos pessoais do Ministro Alfredo Teixeira Valladão verifica-se que:

a) não consta deles qualquer nota que o desabone;

b) foi ele diversas vezes elogiado pelo desempenho dado às suas missões e comissões.

c) é casado com a senhora Anna Maria da Gama e Abreu Valladão.

7. O Ministro Alfredo Teixeira Valladão, que exerce presentemente a função de Ministro-Conselheiro da Delegação do Brasil em Genebra, é indicado para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Popular da Polónia.

Secretaria de Estado, ... de ... de 1966. — Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 95, de 1966

(Nº 3.538-B-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo.

Art. 2.º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

Projeto de Lei da Câmara Nº 96, de 1966

(Nº 3.559-B-66, NA ORIGEM)

Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro de Pessoal — Permanente — do Tribunal Marítimo, (um) cargo de provimentos em comissão, símbolo 2-C — Direção Superior — de Diretor-Geral da Secretaria, e 4 (quatro) cargos, também de provimento em comissão, símbolo 5-C — Direção Intermediária — de Diretor de Divisão.

Art. 2.º O provimento dos cargos em comissão, de que trata o artigo anterior, da competência do Presidente da República, na forma do art. 8.º da Lei nº 2.674, de 8 de dezembro de 1955, fica condicionado à supressão dos cargos de igual denominação existentes na Parte Suplementar do Tribunal Marítimo, assegurando-se aos ocupantes efetivos, enquanto estiverem em exercício nestes cargos extintos, os vencimentos dos símbolos dos cargos em comissão correspondentes da Parte Permanente.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 97, de 1966

(Nº 3.559-B-66, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas com obras de emergência na Nova Aduana do Guandu, no Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), para atender às despesas com obras de emergência na Nova Aduana do Guandu, no Estado da Guanabara.

Art. 2.º O crédito de que trata a presente Lei será aplicado mediante convênio a ser celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a CEDAG — Companhia Estadual de Águas — Guanabara.

Art. 3.º A CEDAG indenizará o Tesouro Nacional na forma a ser prevista no convênio referido no art. 2.º

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 98, de 1966

(Nº 3.560-B-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de novas viaturas destinadas ao serviço daquela Egrégia Corte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros) para aquisição de 9 (nove) viaturas destinadas ao serviço de transporte dos Senhores Ministros e ao serviço de comunicação desse Tribunal.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

Projeto de Lei da Câmara Nº 99, de 1966

(Nº 3.562-B-66, NA ORIGEM)

Estende a prazas licenciadas, nas condições que especifica, o disposto no parágrafo único do art. 29 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As ex-prazas da Marinha licenciadas do Serviço Ativo, em decorrência de atos de disciplina ocorridos em prazos de 1964, e que contavam na data do licenciamento mais de 10 (dez) anos de serviço, aplicam-se as disposições do parágrafo único do art. 20 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960.

§ 1.º Os benefícios desta lei são devidos a partir da data do licenciamento.

§ 2.º O Ministério da Marinha fará publicar no Diário Oficial, dentro de 30 dias, a relação das prazas de que trata esta lei.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 100, de 1966

(Nº 3.563-B, N AORIGEM)

Altera sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica retificada a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1966, na forma abaixo:

Anexo 4.00.00 — Poder Executivo

Subanexo 4.01.01 — Presidência da República (Órgãos Dependentes)

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil

6) Grupo de Trabalho de Brasília	110.890 F	
	158.000 V	268.890

3.1.2.0 — Material de Consumo

7) Grupo de Trabalho de Brasília	50.000 V	50.000
---------------------------------------	----------	--------

3.1.3.0 — Serviços de Terceiros

7) Grupo de Trabalho de Brasília	2.000.000 V	2.000.000
---------------------------------------	-------------	-----------

3.1.4.0 — Encargos Diversos

6) Grupo de Trabalho de Brasília	100.000 V	100.000
	2.418.890	2.418.890

Leia-se:

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil

6) Grupo de Trabalho de Brasília	130.890	
	830.000 V	1.038.890

3.1.2.0 — Material de Consumo

7) Grupo de Trabalho de Brasília	50.000 V	50.000
---------------------------------------	----------	--------

3.1.3.0 — Serviços de Terceiros

7) Grupo de Trabalho de Brasília	1.230.000 V	1.230.000
---------------------------------------	-------------	-----------

3.1.4.0 — Encargos Diversos

6) Grupo de Trabalho de Brasília	100.000 V	100.000
	2.418.890	2.418.890

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Onde se lê:

1) Subvenções Ordinárias, conforme discriminação no Adendo "A"	V	15.879.400	
--	---	------------	--

2) Subvenções Extraordinárias conforme discriminação no Adendo "B"	V	18.092.200	33.971.600
--	---	------------	------------

Leia-se:

1) Subvenções Ordinárias, conforme discriminação no Adendo "B"		5.879.400	
--	--	-----------	--

2) Subvenções Extraordinárias conforme discriminação no Adendo "C"		16.730.200	
--	--	------------	--

3) Diversos (adiante do Adendo "C")	940.000 V	17.870.200	
---	-----------	------------	--

4) Para atender às entidades não contempladas na discriminação orçamentária (§ 2º, art. 4º, da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951)	V	422.000	33.971.600
---	---	---------	------------

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior

4.0.0.0 — Despesas de Capital

4.1.0.0 — Investimentos

4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial

Y-05 — Fundo Nacional do Ensino Superior.

5) Contribuições para encargos de manutenção e excepcionalmente, para obras de estabelecimentos isolados de ensino superior, conforme discriminação do Adendo "K".

Onde se lê:	285.400	
Leia-se:	305.400	
Onde se lê:	11.332.800	11.332.800
Leia-se:	11.352.800	11.352.800
Onde se lê:	11.335.780	
Leia-se:	11.355.780	
Onde se lê:	14.856.423	
Leia-se:	14.876.423	
Onde se lê:	44.746.501	
Leia-se:	44.766.501	

Onde se lê:

Recapitulação

Despesa Fixa	938.970
Despesa Variável	43.807.531
	44.746.501

Leia-se:

Recapitulação

Despesa Fixa	938.970
Despesa Variável	43.827.531
	44.766.501

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.4.0 — Encargos Diversos

12.00 — Encargos Diversos em Geral, a conta de fundos especiais:

Onde se lê:

W-06 — Universidade de Goiás

1) Escola de Serviço Social 20.600

Suprima-se:

Onde se lê:

V — 3.195.090 — 3.198.800 — 3.448.590

Leia-se:

V — 3.175.000 — 3.178.800 — 3.423.590

Onde se lê:

127.364.405

Leia-se:

127.344.405

Onde se lê:

171.454.960

Leia-se:

171.434.960

Onde se lê:

Recapitulação:

Despesa Fixa	446.633
Despesa Variável	171.008.327
	171.454.960

Leia-se:

Recapitulação:

Despesa Fixa	446.633
Despesa Variável	170.988.327
	171.434.960

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura (Demonstração da Despesa por Unidades)

Onde se lê:

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior	29.890.078	14.856.423	44.746.501
--	------------	------------	------------

Leia-se:

4.06.16 — Diretoria do Ensino Superior	29.890.078	14.876.423	44.766.501
--	------------	------------	------------

Onde se lê:

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	127.364.405	44.090.555	171.454.960
---	-------------	------------	-------------

Leia-se:

4.06.17 — Diretoria do Ensino Superior (Órgãos Dependentes)	127.344.405	44.090.555	171.434.960
---	-------------	------------	-------------

Onde se lê:

Total	329.521.036	127.910.527	457.431.563
-------------	-------------	-------------	-------------

Leia-se:

Total	329.501.036	127.930.527	457.431.563
-------------	-------------	-------------	-------------

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

Baltia (pg. 396)

Inclua-se:

Itabuna (nome de município; imediatamente após a entidade "Escola e Gabinete Dentário Maçônico da cidade de Itaberaba")

Vitória da Conquista

Onde se lê:

Centro de Assistência Social de Nossa Senhora das Vitórias, sendo de Cr\$ 12.300.000 para a sua Escola de Menores ..	14.600
--	--------

Leia-se:

Centro de Assistência Social de Nossa Senhora das Vitórias ..	2.300
Escola de Menores, a cargo do Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista	12.300

Guanabara

Onde se lê:

Sociedade Propagadora de Belas Artes (Liceu de Artes e Ofícios)

Leia-se:

Sociedade Brasileira de Belas Artes
Sociedade Propagadora de Belas Artes, (Liceu de Artes e Ofícios)

Paraná

Clevelândia

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Clevelândia

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Clevelândia

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Salvador do Sul

Obra Social Paroquial São Pedro

São Pedro do Sul

Obra Social Paroquial S. Pedro do Sul

Leia-se:

Salvador do Sul

Obra Social Paroquial São Pedro

Santa Catarina

Inclua-se:

Pág. 482 — Ouro (nome de Município; imediatamente após a entidade "Instituto São José" no município de Orleans)

Adendo "I" — Diretoria do Ensino Industrial

I-27 — Sergipe

Onde se lê:

10) Artesanato de Malhador, a cargo da ASPM

Leia-se:

10) Artesanato de Malhador a cargo do CSSJ — Aracaju ...

Adendo "K" — Diretoria do Ensino Superior

K-10 — Goiás

Inclua-se:

Escola de Serviço Social

Onde se lê:

Leia-se:

4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Adendo "A"

Paraná

Onde se lê:

Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, de Capinzal

Paróquia de S. Paulo Apóstolo, de Capinzal

Exclua-se

Onde se lê:

Leia-se:

Santa Catarina

Inclua-se:

Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, de Capinzal

Paróquia de S. Paulo Apóstolo, de Capinzal

Onde se lê:

Leia-se:

Sergipe

Onde se lê:

Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, da Ação Social Católica, em Aracaju

Leia-se:

Ação Social, da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes — Aracaju

Onde se lê:

Serviço Social, da Paróquia de Frei Paulo

Leia-se:

Serviço de Assistência Social Paroquial de Frei Paulo

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Projeto de Lei da Câmara
Nº 101, de 1966

(Nº 3.587-B-66, NA ORIGEM)

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 4.814 de 2 de dezembro de 1965, que "autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação os arts. 1º e 3º da Lei número 4.814 de 2 de dezembro de 1965, que autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Evangélico da Bahia, entidade assistencial de fins humanitários, regularmente inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social, uma área de terreno com 17.922,50 m² (dezessete mil novecentos e noventa e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), lembrada da área maior de 125.258,06 m² (cento e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e oito metros e seis centímetros quadrados), adquirida pela União a Associação da Companhia de Santa Ursula, na Vila Santa Angela, antiga Quinta da Ondina, Estrada de São Lázaro, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia".

"Art. 3º A área doada terá os limites abaixo indicados, partindo do seguinte caminhamento de referência: alinhamento definido pelo cruzamento da direção do muro de alvenaria de pedra, esquerdo, de propriedade do CRINEP, na Av. Presidente Vargas, com o meio-fio da rua, com comprimento de 31,00 m (trinta e um metros) e azimute de 34º 20' N. M. (trinta e quatro graus vinte minutos norte magnético); a partir daí, alinhamento com 1,30 m (um metro e trinta centímetros) e rumo de 6º 10' NE (seis graus e dez minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 3,70 m (três metros e setenta centímetros) e rumo de 32º 30' NW (trinta e dois graus e trinta minutos noroeste). O extremo desse terceiro alinhamento constitui o marco inicial do caminhamento limítrofe do terreno.

Divisória Sul — Com terrenos de quem de direito.

Partindo do marco inicial, extremo do terceiro alinhamento atrás definido, um alinhamento de 91,29 m (noventa e um metros e vinte e nove centímetros) e rumo de 32º 30' NW (trinta e dois graus e trinta minutos noroeste), correspondente a uma cerca existente.

Divisória Oeste — Com terrenos do "Loteamento Jardim Atlântida".

A partir do extremo do alinhamento anterior, um alinhamento com 19,28 m (dezenove metros e vinte e oito centímetros) e rumo de 64º 20' NE (sessenta e quatro graus e vinte minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 29,87 m (vinte e nove metros e oitenta e sete centímetros) e rumo de 36º 30' NE (trinta e seis graus e trinta minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 54,54 m (cinquenta e quatro metros e cinquenta e quatro centímetros) e rumo de 17º 10' NE (dezessete graus e dez minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 79,76 m (setenta e nove metros e setenta e seis centímetros) e rumo de 10º 24' NE (dez graus e trinta e quatro minutos nordeste).

Divisória Norte — Com terrenos do CRINEP (remanescentes).

A partir do extremo do alinhamento anterior, um alinhamento com 71,47 m (setenta e um metros e quarenta e sete centímetros) e rumo de 80º 32' SE (oitenta graus e trinta e dois minutos sudeste).

Divisória Este — Com terrenos remanescentes do CRINEP.

A partir do extremo do alinhamento anterior, um arco de círculo correspondente ao raio de 54,50 m (cinquenta e quatro metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 14º 30' (quatorze graus e trinta minutos); a partir daí, um alinhamento tangente de 15,17 m (quinze metros e dezessete centímetros) e rumo de 17º 57' SW (dezessete graus e cinquenta e sete minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 66,00 m (sessenta e seis metros) e ângulo central de 25º 30' (vinte e nove graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 48,12 m (quarenta e oito metros e doze centímetros) e rumo de 11º 54' SE (onze graus e cinquenta e quatro minutos sudeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 20,50 metros (vinte metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 55º 30' (cinquenta e seis graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 7,56 m (sete metros e cinquenta e seis centímetros) e rumo de 44º 46' SW (quarenta e quatro graus e quarenta e seis minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo de raio igual a 60,50 m (sessenta metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 33º 00' (trinta e três graus); a partir daí, uma tangente com 30,22 m (trinta metros e vinte e dois centímetros) e rumo de 11º 56' SW (onze graus e cinquenta e seis minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 25,50 m (vinte e cinco metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 55º 30' (cinquenta e cinco graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 27,89 m (vinte e sete metros e oitenta e nove centímetros) e rumo de 66º 51' SW (sessenta e seis graus e cinquenta e um minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 39,00 m (trinta e nove metros) e ângulo central de 17º 15' (dezessete graus e quinze minutos), constituindo este ponto (limite do arco) o final e também inicial do caminhamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara
Nº 102, de 1966

(Nº 3.608-B-66, NA ORIGEM)

Projeto de Lei da Câmara
Nº 102, de 1966

(Nº 3.608-B-66, NA ORIGEM)

Dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa da Aeronáutica e das outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

Generalidades

Art. 1º A presente Lei tem por finalidade estabelecer os princípios, os requisitos e o processamento para as promoções dos oficiais da ativa da Aeronáutica.

Art. 2º As promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa são realizadas no interesse da Aeronáutica com o objetivo de atender:

1 — às necessidades da pessoa para a organização militar, com base nos critérios fixados em lei;

2 — ao justo aproveitamento dos valores profissionais para o desempenho das diferentes funções, principalmente as de comando, chefia e direção;

3 — ao adequado equilíbrio de acesso, de forma regular, gradual e sucessiva, aos postos da hierarquia militar.

Art. 3º O ingresso nos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa é feito no posto inicial da escala hierárquica do respectivo Quadro.

Art. 4º O ingresso nos quadros é permitido:

1 — aos possuidores de Curso de escola de formação de Oficiais da Aeronáutica da ativa;

2 — aos diplomados pelas faculdades civis, reconhecidas pelo Governo Federal, na forma estabelecida em lei, desde que habilitados em concurso, curso ou estágio, organizado pelo Ministério da Aeronáutica, quando não haja escola de formação de Oficiais da Aeronáutica da ativa para o respectivo Quadro.

Art. 5º Para os Quadros do Serviço de Saúde, é considerado posto inicial da escala hierárquica o de Primeiro-Tenente.

Art. 6º Para ingresso nos quadros é necessário que o Aspirante ou Estagiário revele correta conduta civil e militar.

Art. 7º O acesso aos postos da hierarquia militar é feito através de promoções graduais e sucessivas, obedecendo aos princípios de antiguidade, merecimento ou escolha.

Parágrafo único. Para atender a casos específicos, as promoções também poderão ser efetuadas por bravura, em ressarcimento de preterição ou "post mortem".

Art. 8º A ordem hierárquica de colocação dos oficiais no posto inicial é ditada pela Antiguidade Seletcionada.

Parágrafo único. Antiguidade Seletcionada é a ordem de colocação final, por aproveitamento, em Curso da Escola de Formação, Concurso, Curso ou Estágio, de acordo com a exigência para ingresso nos quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Art. 9º A efetivação da promoção só ocorrerá pela existência da vaga correspondente, exceto as efetuadas por bravura, em ressarcimento de preterição ou "post mortem".

Art. 10. As vagas nos diferentes quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa são provenientes de:

- 1 — falecimento;
- 2 — aumento ou criação de quadros;
- 3 — promoção ao posto superior;
- 4 — transferência para categoria especial;
- 5 — agregação;
- 6 — perda de patente;
- 7 — demissão;
- 8 — transferência para a reserva;
- 9 — reforma.

Art. 11. Os oficiais em condições de serem promovidos, de acordo com os princípios estabelecidos nesta Lei, serão relacionados em Quadros de Acesso, por Antiguidade, por Merecimento ou por Escolha, organizados separadamente, para cada posto e quadro.

Art. 12. A organização dos Quadros de Acesso é atribuída da Comissão de Promoções, que relacionará os oficiais da seguinte forma:

1 — Quadros de Acesso por Antiguidade:

Por ordem de precedência hierárquica.

2 — Quadros de Acesso por Merecimento:

Por ordem decrescente do grau de merecimento, no julgamento da Comissão de Promoções.

3 — Quadros de Acesso por Escolha: Por ordem de precedência hierárquica.

§ 1º Para as promoções por merecimento serão, sempre, reformulados os correspondentes Quadros de Acesso, mesmo que não tenha havido promoção anterior, em uma das datas fixadas no art. 52.

§ 2º Os Quadros de Acesso serão publicados nas condições previstas na regulamentação desta lei.

§ 3º Os Quadros de Acesso por Antiguidade serão constituídos pelos oficiais, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os seguintes limites:

a) efetivos até 20	12
b) efetivos de 21 a 40	16
c) efetivos de 41 a 80	24
d) efetivos de 81 a 160	36
e) efetivos de 161 a 320	52
f) efetivos acima de 320	72

§ 4º Os Quadros de Acesso por Merecimento são constituídos por metade do número de oficiais constantes dos correspondentes Quadros de Acesso por Antiguidade, e selecionados dentre esses, pela Comissão de Promoções.

§ 5º Os Quadros de Acesso por Escolha, para promoção a Brigadeiro, serão constituídos pela metade do número de Coronéis, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os limites abaixo fixados, selecionados pela Comissão de Promoções:

a) efetivos até 25	16
b) efetivos de 26 a 50	20
c) efetivos acima de 50	26

§ 6º Os Quadros de Acesso por Escolha para promoção de Oficiais-Generais serão constituídos pelos oficiais, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os seguintes limites:

a) efetivos até 10 — Todos;	
b) efetivos acima de 10 — 10 mais 50% do que exceder, de 10.	

Art. 13. Não poderá ser cogitado, incluído ou mantido em Quadros de Acesso, o oficial que estiver nas seguintes situações:

- 1 — "Sub judice";
- 2 — Agregado sem direito a promoção;
- 3 — Prisioneiro de guerra;
- 4 — Desaparecido;
- 5 — Extraviado.

§ 1º Considera-se "sub judice" o oficial:

- a) preso preventivamente em flagrante delito, enquanto a prisão não houver sido revogada;
- b) condenado em sentença transitada em julgado, durante o cumprimento da pena;
- c) condenado, mesmo beneficiado com "sursis", durante a sua vigência;
- d) denunciado em processo crime revogada ou não a prisão preventiva porventura imposta, enquanto não houver a sentença final transitada em julgado. Exclui-se o caso em que a denúncia não for aceita, quando então, o Oficial deixará de ser considerado "sub judice", a partir da data em que tenha transitado em julgado o despacho do não recebimento da denúncia;
- e) na situação de desertor.

§ 2º Considera-se agregado, sem direito a promoção, o oficial:

- a) licenciado para tratar de interesse particular;
- b) licenciado para exercer atividades em organizações civis;
- c) desertor.

§ 3º Considera-se prisioneiro de guerra o oficial que, em campanha,

fôr capturado por força, inimiga, até sua libertação ou repatriamento.

§ 4º Considera-se desaparecido o oficial do qual não haja notícia até 30 (trinta) dias, quando, comprovadamente, tenha desaparecido em viagem, acidente, operações ou calamidade pública.

§ 5º Considera-se extraviado, quando o desaparecimento ultrapassar de 30 (trinta) dias.

Art. 14. O oficial será excluído de qualquer Quadro de Acesso pela Comissão de Promoções, quando:

1 — fôr considerado incapaz para o acesso, temporária ou definitivamente;

2 — fôr enquadrado em qualquer uma das situações previstas no artigo 13;

3 — tiver sido incluído indevidamente no Quadro de Acesso.

Art. 15. O oficial não incluído em Quadros de Acesso, ou deles excluído, por motivo de situação de prisioneiro de guerra, desaparecido ou extraviado, será incluído ou reincluído no correspondente Quadro de Acesso, desde que, cessado o motivo, satisfaça as condições para o acesso.

Parágrafo único. Este artigo também se aplica ao oficial que, tendo estado na situação de "sub judice", foi impronunciado ou absolvido por sentença passada em julgado.

Art. 16. As vagas abertas serão preenchidas, em cada posto, por promoção, da seguinte forma:

- 1 — as de 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão — todas por antiguidade;
- 2 — as de Major — duas por antiguidade e uma por merecimento;
- 3 — as de Tenente-Coronel — uma por antiguidade e uma por merecimento;
- 4 — as de Coronel — uma por antiguidade e três por merecimento;
- 5 — as de Brigadeiro, Major-Brigadeiro e Tenente-Brigadeiro — todas por escolha.

Parágrafo único. Serão preenchidas, exclusivamente por merecimento, as vagas do último posto, nos quadros em que não haja acesso ao posto de Brigadeiro.

Art. 17. Havendo num posto oficiais aguardando reincidência em seu Quadro, as vagas que ocorrerem serão por eles preenchidas, por ordem de precedência hierárquica, e prioritariamente ao preenchimento das mesmas por promoções; excetuam-se as vagas decorrentes da aplicação das cotas compulsórias, de que trata a Lei de Inatividade dos Militares, as quais serão preenchidas de acordo com a referida lei.

Art. 18. Os oficiais incluídos em categoria especial, e os agregados, não preenchem vagas e, quando promovidos, não alteram o cômputo das cotas previstas no art. 16; quando integrando Quadros de Acesso, são considerados como excedentes aos limites fixados no art. 12.

Parágrafo único. Os oficiais de que trata este artigo serão incluídos em Quadros de Acesso:

a) por Antiguidade — desde que sejam mais antigos do que o último oficial numerado incluído;

b) por Merecimento — desde que constante do correspondente Quadro de Acesso por Antiguidade e selecionado pela Comissão de Promoções.

Art. 19. O preenchimento de vaga que deva ser feito pelo princípio de antiguidade, na forma do art. 16, poderá ser processado pelo princípio de merecimento, sem alterar a sequência no cômputo de cotas futuras, desde que o oficial a ser promovido figure em primeiro lugar no Quadro de Acesso por Merecimento.

Art. 20. A incapacidade do oficial para o acesso será:

- 1 — temporária:
 - a) por falta de requisitos sanáveis para a promoção;
 - b) na situação de "sub judice";
 - c) agregado sem direito a promoção;
 - d) na situação de prisioneiro de guerra;
 - e) na situação de desaparecido ou extraviado;
 - f) quando em inspeção de saúde fôr julgado incapaz temporariamente, observadas as disposições desta lei.
- 2 — definitiva, quando:
 - a) enquadrado em dispositivo de lei que acarrete sua passagem compulsória para a inatividade;
 - b) cogitado para integrar Quadros de Acesso, na forma desta lei, não possuir diploma de Curso exigido como requisito para acesso, escolhendo as possibilidades de obtê-lo.
 - c) fôr julgado incapaz, moral ou profissionalmente, em processo regular, na forma da legislação em vigor.
 - d) por falta de requisitos sanáveis, estiver fora do Quadro de Acesso por 2 (dois) anos consecutivos.

Capítulo II

Requisitos Essenciais

Art. 21. Para a promoção por qualquer dos princípios é necessário que o oficial possua, como requisitos essenciais, o interstício, a aptidão física, o conceito moral e profissional e as condições peculiares a cada posto e Quadro.

Art. 22. O interstício é o período mínimo de serviço, em cada posto, necessário para que o oficial adquira os conhecimentos imprescindíveis ao exercício das funções atribuídas ao posto imediatamente superior.

§ 1º Os interstícios para promoção, nos diferentes postos, são:

- a) a 2º Tenente — 6 (seis) meses como Aspirante;
- b) a 1º Tenente — 2 (dois) anos como 2º Tenente;
- c) a Capitão — 6 (seis) anos como Oficial subalterno, dos quais pelo menos 2 (dois) anos como 1º Tenente;
- d) a Major — 4 (quatro) anos como Capitão;
- e) a Tenente-Coronel — 3 (três) anos como Major;
- f) a Coronel — 2 (dois) anos como Tenente-Coronel;
- g) a Brigadeiro — 2 (dois) anos como Coronel;
- h) a Major-Brigadeiro — 2 (dois) anos como Major-Brigadeiro.

§ 2º O interstício de Oficial Estagiário do Serviço de Saúde é fixado pela duração do Curso ou Estágio previsto em legislação especial, não podendo, no entanto, ser inferior a 6 (seis) meses.

Art. 23. A aptidão física exprime as condições de sanidade que habilitam o oficial ao exercício das atividades físicas funcionais, inerentes ao posto, quadro e categoria a que pertence.

§ 1º A aptidão física será verificada mediante inspeção de saúde realizada por Junta Especial de Saúde, quando se tratar de pessoal funcionalmente obrigado ao voto, e por Junta Regular de Saúde, nos demais casos.

§ 2º O Oficial hospitalizado, ou temporariamente incapaz, em consequência de acidente ocorrido em serviço, ou de moléstia adquirida em serviço, será considerado para efeito

de promoção, em relação à aptidão física, da seguinte forma:

a) incluído ou mantido no Quadro de Acesso, satisfeitas as demais condições, desde que se encontre na situação de hospitalizado, ou incapaz temporariamente, até 12 (doze) meses consecutivos, referidos à data em que teve início a sua hospitalização ou incapacidade temporária;

b) excluído de Quadro de Acesso, se a hospitalização, ou incapacidade temporariamente, até 12 (doze) meses consecutivos;

c) Os prazos referidos nas letras a e b acima, quando se tratar de incapacidade temporária resultante de acidente aéreo em serviço autorizado por ordem de missão, será de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º O oficial enquadrado na letra b do parágrafo anterior, que venha a ser julgado apto em nova inspeção de saúde, realizada por Junta Superior, antes de haver atingido o vigésimo quarto mês de incapacidade física continuada, terá sua situação estabelecida na regulamentação desta Lei.

Art. 24. O conceito constitui requisito para promoção, por aferir o conjunto de qualidades morais do oficial e as qualidades profissionais reveladas e aperfeiçoadas durante o desempenho de suas atividades militares.

Parágrafo único. As instruções sobre avaliação, análise e processamento do conceito serão estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Art. 25. As condições peculiares de acesso serão estabelecidas na regulamentação desta lei, devendo, entre outras, ser consideradas as seguintes:

1 — para promoção ao posto de Major — o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, previsto para o correspondente Quadro;

2 — para promoção ao posto de Coronel no Quadro de Oficiais Aviadores — o Curso de Estado-Maior da Aeronáutica;

3 — para promoção ao posto de Brigadeiro no Quadro de Oficiais-aviadores — o Curso Superior de Comando da Aeronáutica;

4 — para promoção ao posto de Coronel no Quadro de Oficiais Intendentes e no Quadro de Oficiais Médicos — o Curso de Direção de Serviço.

Capítulo III

Promoção por antiguidade

Art. 26. A antiguidade é a precedência hierárquica de um oficial sobre os demais do mesmo posto, estabelecida de acordo com as leis e os regulamentos em vigor.

Art. 27. As vagas de cada posto e quadro, correspondentes às cotas de antiguidade, serão preenchidas, sucessivamente, pela promoção dos oficiais, de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por Antiguidade.

Parágrafo único. O oficial agregado por motivo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família só concorrerá à promoção pelo princípio de antiguidade.

Art. 28. Os oficiais incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadros de Acesso por Antiguidade, serão promovidos por esse princípio sempre que oficial mais moderno numerado, do mesmo posto e quadro, houver sido promovido por antiguidade.

Capítulo IV

Promoção por merecimento

Art. 29. O merecimento é o conjunto de atributos que distinguem e

realçam o valor do oficial, entre os seus pares. Tem por base as qualidades profissionais, morais e intelectuais de cada um, e a proficiência no desempenho das funções exercidas.

Art. 30. As vagas de cada posto e quadro, correspondentes às cotas de merecimento, serão preenchidas, sucessivamente, pela promoção dos oficiais, de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por Merecimento.

Art. 31. Os oficiais incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadros de Acesso por Merecimento, serão promovidos por esse princípio sempre que oficial numerado, e colocado abaixo deles nos referidos Quadros de Acesso, houver sido promovido por merecimento.

Capítulo V

Promoção por escolha

Art. 32. A Promoção por Escolha é a forma pela qual é processado o acesso aos postos de Oficial-Generai, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa.

Art. 33. A Escolha é ato da competência do Presidente da República, recaído a mesma em oficiais selecionados de Quadros de Acesso por Escolha e apresentados em Listas Para Promoções.

§ 1º O número de oficiais numerados promovidos deverá ser igual ao de vagas existentes.

§ 2º Os oficiais incluídos em Categoria Especial poderão ser promovidos, desde que não ultrapassem o total de oficiais numerados, previsto no parágrafo anterior.

Art. 34. As Listas Para Promoção, organizadas em função do número de vagas, são relações de oficiais de cada posto e quadro, selecionados dos correspondentes Quadros de Acesso por Escolha e sobre os quais recairá a preferência do Presidente da República, para a promoção aos postos de Oficial-Generai.

§ 1º Os oficiais do Quadro de Oficiais-Aviadores de categoria especial, colocados em Quadros de Acesso por Escolha acima de oficiais numerados incluídos em Listas Para Promoção, serão também incluídos nas correspondentes Listas Para Promoção, a critério da Comissão Especial.

§ 2º Os oficiais incluídos nas Listas Para Promoção, na forma do parágrafo anterior serão considerados como excedentes aos limites fixados no art. 38.

Art. 35. As Listas Para Promoção são constituídas por oficiais selecionados, de Quadros de Acesso por Escolha, pelo julgamento de uma Comissão Especial, tendo como membros natos o Ministro da Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

§ 1º Os demais membros da Comissão Especial são convocados pelo Ministro da Aeronáutica dentre os Tenentes-Brigadeiros e Majores-Brigadeiros do Quadro de Oficiais-Aviadores, em função.

§ 2º A seleção de oficiais, para constituir as Listas Para Promoção, será realizada em reunião da Comissão Especial, com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) membros, incluído o seu Presidente, salvo quando se tratar de promoção ao posto de Tenente-Brigadeiro, quando então serão convocados apenas os Tenentes-Brigadeiros.

§ 3º No impedimento do Ministro da Aeronáutica, a Comissão Especial será presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 36. A Comissão Especial regulará em ata o julgamento feito em cada reunião e a respectiva apuração de votos.

Art. 37. Os oficiais, inclusive os de categoria especial, serão relacionados nas Listas para Promoção, em ordem

decrescente do número de votos obtidos, no julgamento da Comissão Especial.

Parágrafo único. No caso de empate, a colocação dos Oficiais nas Listas Para Promoção será determinada pela precedência hierárquica.

Art. 38. Em função das vagas nos postos de Oficial-Generai, as Listas Para Promoção serão constituídas de:

I — Quadro de Oficiais-Aviadores

a) promoção ao posto de Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso;

2 — para cada vaga subsequente: mais 2 (dois) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso.

b) promoção aos postos de Major-Brigadeiro e Tenente-Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Brigadiereiros ou Majores-Brigadiereiros numerados, ou assim considerados selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondentes;

2 — para cada vaga subsequente: mais 1 (um) Brigadiereiro ou Major-Brigadiereiro numerado, ou assim considerado, selecionado dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente.

II — Quadros de Oficiais-Intendentes e de Oficiais Médicos:

a) promoção ao posto de Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente;

2 — para cada vaga subsequente: mais 2 (dois) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente.

b) promoção ao posto de Major-Brigadeiro: todos os Brigadiereiros constantes do Quadro de Acesso correspondente.

Art. 39. Os Coronéis e Oficiais-Generais não incluídos em Categoria Especial, quando agregados e em Quadros de Acesso, serão considerados como numerados para os efeitos de seleção, relacionamento e promoção.

Parágrafo único. Aos oficiais promovidos na forma deste artigo, não se aplica o disposto no art. 18.

Art. 40. O oficial, cujo nome constar por quatro vezes consecutivos em primeiro lugar na Lista Para Promoção, não poderá deixar de ser promovido, quando da sua apresentação pela quarta vez.

Art. 41. O Ministro da Aeronáutica apresentará ao Presidente da República, até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de abertura da vaga, as Listas Para Promoção.

Parágrafo único. As Listas Para Promoção serão organizadas considerando-se as vagas existentes em cada posto e quadro, e aquelas que decorrerem do preenchimento das mesmas.

Capítulo VI

Promoção por bravura

Art. 42. Bravura é o ato meritório que, ultrapassando o cumprimento do dever militar, é praticado com desprendimento e risco de vida.

Art. 43. A bravura, em casos de operações de guerra, constitui motivo de promoção.

§ 1º Para efeito deste artigo, a bravura deverá ser comprovada na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.

§ 2º A Promoção por Bravura será feita, independentemente de vaga ou condi-

ções, pelo Comandante do Teatro de Operações, pelo Comandante-em-Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 3º O Governo, posteriormente, proporcionará ao promovido a oportunidade de satisfazer as condições exigidas para o acesso.

Capítulo VII

Promoção em ressarcimento de preterição

Art. 44. Promoção em Ressarcimento de Preterição é aquela que é feita após ser reconhecido o direito de um oficial preterido à promoção que lhe caberia.

Art. 45. A promoção em ressarcimento de preterição ocorrerá após o reconhecimento, *ex officio* ou recorrido, do direito assecuratório da promoção.

Parágrafo único. Cabe à Comissão de Promoções a abertura do processo, quando o reconhecimento for *ex officio*, ou sua informação, quando recorrido.

Art. 46. A antiguidade do oficial promovido em ressarcimento de preterição será contada da data estabelecida no ato em que lhe for reconhecido o direito à promoção.

Art. 47. O oficial incluído ou reincluído em Quadro de Acesso por Antiguidade ou por Merecimento, na forma do disposto no art. 15, será promovido em ressarcimento de preterição, a contar da data em que lhe caberia a promoção por Antiguidade ou Merecimento.

Parágrafo único. As promoções efetuadas na forma deste artigo não dependerão de vagas.

Capítulo VIII

Promoção Post Mortem

Art. 48. Promoção Post Mortem é aquela efetuada após o falecimento do militar.

Art. 49. A promoção Post Mortem é feita de conformidade com a legislação em vigor.

Capítulo IX

Efativação das Promoções

Art. 50. As promoções pelos diversos princípios, exceto o de bravura, são efetivadas por Portaria Ministerial até o posto de Capitão, e por Decreto Presidencial para os demais postos.

Art. 51. A promoção ao posto inicial dos quadros, satisfeitas as condições, ocorrerá em qualquer época, o mesmo acontecendo com as nomeações e inclusões.

Art. 52. As promoções por Antiguidade e Merecimento se efetuarão nos dias 20 de janeiro, 22 de abril, 20 de julho e 23 de outubro, para preenchimento das vagas abertas até os dias 10 de janeiro, 12 de abril, 10 de julho e 13 de outubro, respectivamente.

Art. 53. As promoções por Escolha serão efetivadas a partir da apresentação da Lista Para Promoção.

Capítulo X

Recurso

Art. 54. O recurso é o meio legal de que dispõe o oficial, ou Aspirante-a-Oficial, para pleitear o reconhecimento de um direito que julga lhe tenha sido negado.

Parágrafo único. Os prazos e processamento do recurso serão fixados na regulamentação desta Lei.

Capítulo XI

Comissão de Promoções

Art. 55. A Comissão de Promoções diretamente subordinada ao Ministro da Aeronáutica, é o órgão encarregado do estudo de todos os assuntos a-

ativos a promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Art. 56. O Presidente da Comissão de Promoções é o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 57. Compete essencialmente à Comissão de Promoções:

1 — organizar os Quadros de Acesso para promoção pelos diversos princípios;

2 — assistir à Comissão Especial na organização das Listas Para Promoção;

3 — encaminhar ao Ministro da Aeronáutica, com parecer, os recursos interpostos;

4 — formular e emitir pareceres sobre promoções, merecimento profissional, precedência hierárquica e colocação nos Quadros de Acesso ou no Amanaque dos Oficiais da Aeronáutica;

5 — providenciar os documentos indispensáveis à elaboração dos Quadros de Acesso, determinando as Organizações as providências necessárias;

6 — propor ao Ministro da Aeronáutica agregações e reversões de oficiais, nos processos que impliquem em promoções.

Art. 58. A Comissão de Promoções é constituída por 7 (sete) Membros Efetivos e 5 (cinco) Membros Suplentes, todos Oficiais-Generais do Quadro de Oficiais-Aviadores.

§ 1º Dos 7 (sete) Membros Efetivos, 2 (dois) são considerados Membros Natos, e 5 (cinco), Membros Temporários.

a — São Membros Natos o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e o Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica;

b — Os Membros Temporários são designados anualmente, por decreto, na segunda quinzena do mês de dezembro, coincidindo com o ano civil imediato o período de exercício das funções na Comissão de Promoções.

§ 2º Os Membros Suplentes são designados no mesmo decreto de designação dos Membros Temporários, coincidindo com o ano civil imediato o período de exercício da suplência.

§ 3º A Comissão de Promoções será acrescida de 2 (dois) membros, o Diretor-Geral de Intendência e o Diretor-Geral de Saúde, convocados para a organização dos Quadros de Acesso de Oficiais Intendentes, Oficiais-Médicos e Oficiais-Farmacêuticos.

Art. 59. Os Membros Efetivos serão substituídos por Membros Suplentes, em seus impedimentos eventuais.

§ 1º No impedimento do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica as reuniões da Comissão de Promoções serão presididas pelo Membro Efetivo ou Suplente de maior precedência hierárquica.

§ 2º O Diretor-Geral de Intendência e o Diretor-Geral de Saúde serão substituídos pelo oficial do respectivo Quadro que lhe seguir na escala hierárquica e que esteja em função.

Art. 60. Só imperiosa necessidade do serviço, ou motivo de saúde, poderá impedir a presença de qualquer dos membros aos trabalhos da Comissão de Promoções, os quais preterem qualquer outro serviço, que não os da Justiça.

Art. 61. Os membros temporários não poderão exercer consecutivamente funções na Comissão de Promoções, por período superior a 2 (dois) anos.

Art. 62. A Comissão de Promoções disporá de uma Secretaria, chefiada por um Coronel-Aviador, com organização e funcionamento fixados na regulamentação desta lei.

Parágrafo único. A Comissão de Promoções disporá de um Regimento Interno, baixado por ato Ministerial.

Art. 63. As normas de trabalho, reguladoras do funcionamento e das atribuições da Comissão de Promoções, serão fixadas na regulamentação desta lei.

Capítulo XIII

Disposições Finais

Art. 64. O Aspirante a Oficial que, uma vez completado o interstício, — deixar de ser promovido por não possuir correta conduta civil ou militar, ou por indisciplina de vício, poderá ser licenciado do serviço ativo, mediante proposta da Comissão de Promoções.

Parágrafo único. Será, também por proposta da Comissão de Promoções, licenciado do serviço ativo o Aspirante a Oficial que, por conceito desfavorável, deixar de ser promovido na época regulamentar e que, 6 (seis) meses após haver completado o interstício, não satisfaça, ainda, essas condições para a promoção.

Art. 65. O oficial estagiário, desligado durante o curso ou estágio, por lhe faltar correta conduta e conceito favorável, retornará à situação que tinha antes da matrícula.

Art. 66. O oficial promovido indevidamente será agregado ao quadro a que pertence, sem contar antiguidade no novo posto.

Parágrafo único. O oficial agregado, na forma deste artigo, desagregará quando lhe couber a promoção de acordo com esta lei.

Art. 67. O oficial promovido em ressarcimento de preterição retornará à sua situação hierárquica sendo considerado excedente o oficial mais moderno do posto e quadro correspondente, se for o caso.

Art. 68. Aos oficiais que estiverem matriculados em Curso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica ou do Instituto Militar de Engenharia, ou que concluírem com aproveitamento os referidos cursos, há menos de 2 (dois) anos da data em que lhes calha promoção ao posto de Major, não se aplica, para efeito dessa promoção, o disposto no item 1º do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único. Os oficiais promovidos na forma deste artigo ficam obrigados ao cumprimento da exigência do item 1º do art. 25, para que possam ser incluídos em Quadro de Acesso para promoção ao posto de Tenente-Coronel.

Art. 69. O "Alto Comando da Aeronáutica", quando for ativado, assumirá as atribuições da Comissão Especial de que trata o art. 35 desta lei.

Art. 70. Os casos omissos serão resolvidos pelo Poder Executivo.

Capítulo XIII

Disposições Transitórias

Art. 71. Esta Lei não se aplica aos oficiais do Quadro Complementar de Aviadores, de que trata o Decreto-lei nº 3.448, de 23 de julho de 1941.

Art. 72. As promoções dos oficiais homólogos do Quadro de Infantaria-de-Guarda serão processadas da seguinte forma:

1 — as de Antiguidade — de acordo com o disposto em regulamentação específica;

2 — as de Merecimento — em número igual ao de oficiais numerados promovidos, do mesmo posto, satisfeitas, ainda, as condições estabelecidas nesta Lei e na sua regulamentação.

Art. 73. Aos atuais Primeiros-Tenentes que já tenham completado o interstício previsto para seu posto pelo Decreto nº 48.983, de 1º de ou-

tubro de 1960, não se aplica a exigência da letra e do § 1º do artigo 22 desta Lei.

Art. 74. Aos atuais Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Intendentes e Quadro de Oficiais-Médicos, não se aplica o disposto no item 4º do art. 25, durante o período de carência de 2 (dois) anos, contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Os oficiais promovidos de conformidade com este artigo ficam obrigados à realização do Curso de Direção de Serviços, no prazo máximo de 3 (três) anos, contados a partir da data de promoção ao posto de Coronel.

§ 2º Os oficiais enquadrados no presente artigo estarão incapacitados definitivamente para o acesso, na forma estabelecida nesta Lei, se, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, e por motivo dependente do interessado, não realizarem o Curso de Direção de Serviços.

Art. 75. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará a sua regulamentação.

Art. 76. Ficam revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Projeto do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 103, de 1966

(Nº 3.580-B-66, NA ORIGEM)

Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Art. 1º Fica criado um fundo de natureza contábil, denominado "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações", destinado a prover recursos para cobrir as despesas feitas pelo Governo Federal na execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações, desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução.

Art. 2º O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações será constituído:

- a) das taxas de Fiscalização;
- b) das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas no Orçamento Geral da União;
- c) dos créditos especiais votados pelo Congresso;
- d) do recolhimento das multas impostas aos concessionários e permissionários dos serviços de telecomunicações;
- e) das quantias recebidas pela prestação de serviços por parte do Laboratório e demais órgãos técnicos do Conselho Nacional de Telecomunicações;
- f) rendas eventuais;
- g) recolhimento de saldos orçamentários e outros;
- h) juros de depósitos bancários.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo serão recolhidos aos estabelecimentos oficiais de crédito, em conta especial, sob a denominação do "Fundo de Fiscalização das Telecomunicações".

Da Aplicação do Fundo

Art. 3º Os recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações serão aplicados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações exclusivamente:

- a) na instalação, custeio, manutenção e aperfeiçoamento da fiscalização dos serviços de telecomunicações existentes no País;
- b) na aquisição de material especializado necessário aos serviços de fiscalização;

c) na fiscalização da elaboração e execução de planos e projetos referentes às telecomunicações.

Art. 4º Até o dia 31 de outubro de cada ano, o Departamento Nacional de Telecomunicações elaborará o programa de aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para o exercício seguinte e o submeterá à aprovação do Plenário do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Art. 5º Até o dia 31 de março de cada ano, o Conselho Nacional de Telecomunicações prestará contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações a exercício anterior.

Das Taxas de Fiscalização

Art. 6º As taxas de fiscalização, a que se refere a letra "a" do art. 2º, são as seguintes: a) da instalação e b) do funcionamento.

§ 1º Taxa de fiscalização da instalação é aquela devida pelas concessionárias e permissionárias de serviços de telecomunicações, no momento em que lhes é outorgada autorização para a execução do serviço e tem a finalidade de ressarcir as despesas realizadas pelo Poder Público até o licenciamento das respectivas estações.

§ 2º Taxa de Fiscalização do funcionamento é aquela devida pelas concessionárias e permissionárias de serviços de telecomunicações para fazer face às despesas do Poder Público com a fiscalização da execução dos serviços.

Art. 7º A taxa de fiscalização da instalação tem os seus valores fixados no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Não serão licenciadas as estações das permissionárias e concessionárias de serviços de telecomunicações que não efetuem o pagamento da taxa de fiscalização da instalação.

Art. 8º A taxa de fiscalização do funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março e seus valores são os correspondentes a 10% (dez por cento) dos fixados para a taxa de fiscalização da instalação no Anexo I desta Lei.

§ 1º O não pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento até a data estabelecida neste artigo, importará em mora da entidade faltosa, que ficará sujeita ao pagamento de juros de um por cento (1%) calculados sobre o montante da dívida, por mês de atraso.

§ 2º O não pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento durante 2 (dois) exercícios consecutivos determinará a cassação da concessão ou permissão sem que caiba, às entidades faltosas, direito a qualquer indenização.

§ 3º A cassação, a que se refere o parágrafo anterior, será efetivada mediante decreto do Presidente da República, quando se tratar de concessão, e, por Portaria do Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, no caso de permissão.

Art. 9º O montante das taxas será depositado diretamente, pelas concessionárias e permissionárias no Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, em suas sedes ou agências, a crédito do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e à disposição do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Parágrafo único. Os depósitos a que se refere este artigo vencerão juros correspondentes aos abonados, pelas mesmas entidades bancárias, aos depósitos sem limites.

Das Disposições Gerais

Art. 10. Na ocorrência de novas modalidades de serviços de telecomunicações sujeitas a taxas de fiscalização não estabelecidas nesta Lei, será aplicada em caráter provisório e taxa do item 1 da Tabela Anexa, até que a lei fixe seu valor.

Art. 11. O salário-mínimo a que se refere a tabela de valores, constante do Anexo I desta Lei, é o maior vigente no País, na ocasião do pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 12. As populações das localidades a serem consideradas na aplicação da tabela de valores, constante do Anexo I desta Lei, serão as indicadas na última publicação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ocasião do pagamento das taxas.

Art. 13. Os serviços de telecomunicações realizados pela EMBRATEL, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelas Forças Armadas estão isentos do pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 14. Os serviços de telecomunicações realizados pelos Governos Estaduais e Municipais e pelos órgãos Federais, gozarão do abatimento de 50% (cinquenta por cento) no pagamento das taxas de fiscalização.

Art. 15. Poderão ser concedidos adiantamentos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações para custeio das despesas previstas em dotações orçamentárias, devendo esses, adiantamentos terminarem logo que cesse o motivo da sua concessão.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito com o Conselho Nacional de Telecomunicações em cada exercício, e até o montante correspondente a 60% (sessenta por cento) da receita estimada à conta da arrecadação futura do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

Art. 17. Os recolhimentos e transferências de recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações serão isentos de comissões e quaisquer taxa ou sobretaxas bancárias.

Art. 18. O Conselho Nacional de Telecomunicações fiscalizará a arrecadação e o recolhimento das taxas a que se refere esta Lei.

Art. 19. As ativas concessionárias e permissionárias ficam obrigadas ao pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento a partir do ano seguinte ao da vigência desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

Valores das Taxas de Fiscalização da Instalação

1. Concessionárias de serviço de telegrafia pública, internacional:
 - a) 1 x salário-mínimo por estação.
2. Concessionárias de serviço radiotelegráfico, público internacional:
 - a) 2 x salário-mínimo por estação.
3. Concessionárias de serviço radiotelegráfico, público internacional:
 - a) 2 x salário-mínimo por estação.
4. Concessionárias de serviços de telegrafia pública, internacional:
 - a) 2 x salário-mínimo por estação.
5. Concessionárias de serviço radiotelegráfico, público, interior:
 - a) 2 x salário-mínimo por estação.
6. Concessionárias e permissionárias de serviço de telefonia, público, interestadual:
 - a) 1 x salário-mínimo por estação.
7. Concessionárias e permissionárias de serviço de radiodifusão sonora:
 - a) estações de potência compreendida entre 100 (cem) e 1.000 (mil) watts:
 - i) 1 x salário-mínimo.
 - b) estações de potência superior a 1.000 (mil) watts, até 10.000 (dez mil) watts:
 - i) 2 x salário-mínimo.
 - c) estações de potência superior a 10.000 (dez mil) watts:
 - i) 3 x salário-mínimo.

8. Concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

a) estações instaladas nas cidades de população inferior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

3 x salário-mínimo.

b) estações instaladas nas cidades de população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

4 x salário-mínimo.

9. Permissionárias de serviço de transmissão de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

1 x salário-mínimo por estação.

10. Permissionárias de serviço interior:

a) limitado privado:

1 x salário-mínimo por estação.

b) limitado de múltiplos destinos:

1 x salário-mínimo por estação.

c) limitado de segurança, regularidade, orientação e administração dos transportes em geral:

1 x salário-mínimo por estação.

d) limitado rural:

1 x salário-mínimo por estação.

11. Permissionárias de serviço especial de música funcional:

2 x salário-mínimo.

12. Permissionárias de serviço de radiocamador:

a) primeiro domicílio:

1/20 (um vinte avos) do salário-mínimo por estação.

b) cada domicílio adicional:

1/10 (um décimo) do salário-mínimo.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PARECERES

Pareceres nº 416 e 417, de 1966

Nº 416, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1966 (nº 3.448-B, de 1966, na Casa de Origem), que dá nova redação ao artigo 95 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos e Vantagens.)

Relator: Sr. José Guimard.

O Senhor Presidente da República, na forma do artigo 5º, parágrafos 1º e 2º do Ato Institucional nº 2, enviou ao Congresso projeto de lei dando nova redação ao artigo 95 da Lei número 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

II — O referido artigo está, atualmente, assim redigido:

“Art. 95. O militar casado tem direito a um “auxílio para moradia” no valor mensal de 10 % (dez por cento) do seu soldo.

§ 1º O auxílio previsto neste artigo será pago ao militar até completar cada período de 5 (cinco) anos da mesma localidade.

§ 2º Esse prazo será contado a partir da vigência deste Código e para prazos, poderá ser prorrogado até 3 (três) anos”.

Pelo projeto governamental a redação passa a ser a seguinte:

“Art. 95. O militar com encargos de família, tem direito a um “auxílio para moradia” no valor mensal de 10 % (dez por cento) do seu soldo.

§ 1º Entende-se como “encargos de família” do militar, para os fins previstos neste artigo, os seus dependentes, na forma do disposto no artigo 57 deste Código.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do militar ao “auxílio para moradia”, enquanto se encontrar em uma das situações previstas no artigo 7º.

§ 3º O auxílio previsto neste artigo será pago ao militar até

completar cada período de 5 (cinco) anos na mesma localidade.

§ 4º Esse prazo será contado a partir da vigência deste Código e para prazos, poderá ser prorrogado até 3 (três) anos”.

III — O Presidente da República, justificando as alterações propostas, diz:

“O artigo em apreço, ao limitar o direito do “auxílio para moradia” ao militar casado, divorciado ou do espírito que norteou a elaboração de outras disposições da mesma lei.

O direito, líquido e certo, tirado por aquele dispositivo não permite interpretações jurídicas, nem interposições judiciais por aqueles que se julgam preteridos, na presunção do mesmo direito, porque tenham situações decorrentes, similares ou reconhecidas por outros dispositivos da própria lei. E o caso dos viúvos, desquitados, cohabitantes com mulher solteira, viúva ou desquitada por mais de cinco (5) anos e todos aqueles que são obrigados a ter seu teto para acolher seus respectivos dependentes e que não são igualmente beneficiados.

Enquanto o artigo 95 limita ao militar casado o direito à percepção de “auxílio para moradia”, o artigo 57, por sua vez, reconhece e mantém o direito, a todo o militar, do transporte por conta do Estado para as pessoas de sua família, considerando como tais as que vivem às suas expensas sob o mesmo teto e quando expressamente declarados:

a) esposa;

b) as filhas, enteadas, irmãs, cunhadas ou sobrinhas, desde que solteiras, viúvas, separadas ou desquitadas;

c) os filhos, tutelados, enteados, irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos;

d) a mãe e a sogra, desde que viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas;

e) os avós e os pais, quando inválidos;

f) os netos órfãos, se menores ou inválidos;

g) a pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica no mínimo há (5) cinco anos.

Os artigos 47, item “b” e 43, tratando da ajuda de custo devida ao militar transferido, não reservam esse benefício somente aos dependentes do militar casado e, sim, a todos aqueles que constam da declaração de família.

O instituto do salário-família, mantido pelo artigo 64 da mesma lei, é amplo em sua concepção de dependentes do militar, sem a exigência da situação de casado.

Conclui, pois, que concedendo o Estado salário-família, ajuda de custo e transporte aos dependentes do militar, não há como negar-lhe o direito àquele auxílio para moradia, quando obrigatoriamente tem, ele aqueles dependentes sob o teto e às suas expensas”.

IV — Aprovado na Câmara, de acordo com o pronunciamento de suas comissões técnicas, veio o projeto ao exame do Senado.

V — Do exame da matéria, conclui-se, de pronto, pela oportunidade da proposição, cujos propósitos são de molde a receber inteira aprovação, tão justos se revelam.

Realmente, encarando os fatos tais como se apresentam, vê-se que são em grande número os militares que, quando não casados, tem pesados encargos de família, fazendo jus ao “auxílio de moradia”.

O artigo 95 do Código de Vencimentos dos Militares, como bem observa a mensagem presidencial, está

divorciado da realidade, carecendo, assim, ser modificado, pois, insistir no erro que ele representa, é negar a evidência das coisas e preconizar na lei, uma situação iníqua.

VI — Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sale das Comissões, 1966. — Jefferson de Aquino, Presidente. — José Gomar, Relator. — Bezerra Netto. — Lino de Mattos. — Gai da Fonseca. — Antônio Carlos. — Wilson Gonçalves.

Nº 417, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1966 (nº 3.448-B, de 1966, na Casa de Origem), que dá nova redação ao art. 95 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Relator: Senador Oscar Passos.

Pelo presente projeto (art. 1º) o art. 95 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 95. O militar com encargos de família tem direito a um “auxílio para moradia” no valor mensal de 10% (dez por cento) do seu soldo.

§ 1º Entende-se, como “encargos de família” do militar, para os fins previstos neste artigo, os seus dependentes, na forma do disposto no art. 57 deste Código.

§ 2º Suspende-se, temporariamente, o direito do militar ao “auxílio para moradia”, enquanto se encontrar em uma das situações previstas no art. 7º.

§ 3º O Auxílio previsto neste artigo será pago ao militar até completar cada período de 5 (cinco) anos da mesma localidade.

§ 4º Esse prazo será contado a partir da vigência deste Código e para prazos poderá ser prorrogado até 3 (três) anos”.

II — O projeto é de iniciativa do Presidente da República, que, na Mensagem nº 8, enviada ao Congresso, assim justificou as alterações propostas:

1º O art. 95 da Lei nº 4.328, de 30.4.64, tal como está redigido, limita o direito do “auxílio para moradia” ao militar casado, no que se divorcia do espírito que norteou a elaboração de outras disposições da mesma lei;

2º Assim, enquanto o art. 95 limita ao militar casado o direito à percepção de “auxílio para moradia”, o art. 57 reconhece e mantém o direito, a todo o militar, do transporte por conta do Estado, para as pessoas de sua família, considerando como tais as que vivem às suas expensas sob o mesmo teto e quando expressamente declaradas:

a) a esposa;

b) as filhas, enteadas, irmãs, cunhadas ou sobrinhas, desde que solteiras, viúvas, separadas ou desquitadas;

c) os filhos tutelados, enteados, irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos;

d) a mãe e a sogra, desde que viúvas, solteiras, separadas ou desquitadas;

e) os avós e os pais, quando inválidos;

f) os netos órfãos, se menores ou inválidos;

g) a pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica no mínimo há cinco anos;

3º Os arts. 47, item b, e 48, tratando da ajuda de custo devida ao militar transferido, não

reservam esse benefício somente aos dependentes do militar casado, e, sim, a todos aqueles que constam da declaração de família;

4.º Do mesmo modo, o Instituto do salário-família, mantido pelo art. 64, da mesma lei, é amplo em sua conceituação de dependentes do militar, sem a exigência da situação de casado; e

5.º Dêsse modo, não há como negar ao militar o direito àquele auxílio para moradia, quando tenha aqueles dependentes sob o teto e às suas expensas.

III — A medida justa, porque equitativa, e mínimo o seu reflexo na despesa pública.

IV — Ante o exposto, e tendo em vista que as providências propostas são de iniciativa do Poder Executivo, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Oscar Passos, Relator. — José Ermírio. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves. — Bezerra Neto. — Lobão da Silveira. — Domício Gondim. — Sigefredo Pacheco.

Pareceres nº 418 e 419, de 1966

Nº 418, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 84, de 1966 (nº 3.507-B-66 — na Câmara), que inclui, em Parte Especial do Quadro de Secretária do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) abrangidos pelo art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Senhor Presidente da República, atendendo à solicitação do Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, encaminhando o presente Projeto de Lei à consideração do Congresso Nacional, visando a dar solução ao problema dos servidores da Novacap que, no momento, se encontram a disposição daquela Corte de Justiça e aos quais não podem ser aplicadas as disposições do Decreto nº 56.464, de 15 de junho de 1965, que regulamentou o art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, já acima referida.

As razões determinantes da providência legal estão contidas na Exposição de Motivos do Desembargador Presidente do Tribunal interessado, assim consubstanciadas:

"A Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, determina no seu artigo 40 que os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, admitidos até 31 de março de 1963, passam a condição de servidor público e serão incluídos, por decreto do Poder Executivo, nos órgãos da administração direta e indireta e na Prefeitura do Distrito Federal.

2. O dispositivo legal supracitado não prevê o aproveitamento em outros Poderes da União, o que vem acarretar dificuldades para este Tribunal, cujos serviços dependem em sua maior parte da valiosa colaboração do pessoal da NOVACAP.

3. Como se verifica do Decreto nº 56.464, de 15 de junho de 1965, que regulamentou o art. 40 da Lei nº 4.242, de 1963, os servidores da NOVACAP terão suas situações solucionadas através de

atos do Poder Executivo, ficando excluídos, pelas razões expostas no item anterior, o pessoal que se encontra a disposição do Poderes Legislativo e Judiciário.

4. Nestas condições, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso Nacional dispondo sobre o aproveitamento neste Tribunal dos servidores da NOVACAP, providência que se justifica em face do reduzido número de funcionários deste órgão.

5. Além disso, a medida proposta não acarretará aumento de despesas, uma vez que os servidores em tela continuarão sendo pagos pela NOVACAP, até que o Orçamento da União venha a consignar para o exercício de 1967 verba própria no Poder Judiciário".

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil, de Finanças e de Orçamento, foi a matéria aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados, em sessão de 20.4.66, e enviada ao Senado com o ofício nº 743, de 21 de abril último, para os fins devidos.

Como bem ressalta o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em sua Exposição de Motivos, os servidores da NOVACAP a disposição daquele órgão do Poder Judiciário não foram atingidos pelo Decreto nº 56.464, de 15 de junho de 1965, razão pela qual necessário se faz adotar-se quanto aqueles servidores, normas especiais que, garantindo-lhes os direitos outorgados pela Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, lhes permita continuar prestando seus serviços ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, a que, com real proveito para o órgão, vem servindo há alguns anos.

Sendo como se infere das razões aduzidas, medida das mais justas opinamos pela aprovação do Projeto. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Lino de Mattos. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto. — José Guimard. — Antônio Carlos.

Nº 419, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1966 (nº 3.507-B-66, na Casa de origem) que inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Pela Mensagem nº 45-66, o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o presente Projeto de Lei, que inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — abrangidos pelo art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

A Mensagem veio acompanhada de Exposições de Motivos do Presidente do Tribunal Regional do Distrito Federal e do Diretor do DASP.

A medida pleiteada na proposição não acarreta aumento de despesa, visto que o pessoal abrangido continuará a ser pago pelo órgão de origem, até que o Tribunal tenha verba consignada em orçamentos futu-

ros para atender ao pagamento de seus funcionários.

Assim sendo, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — José Leite. — Mello Braga. — Eugênio Barros. — Lobão da Silveira. — Manoel Villaga. — Pessoa de Queiroz. — Domício Gondim.

Parecer nº 420, de 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 91, de 1966 (número 3.508-B-66 — na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

O presente projeto, enviado à consideração do Congresso Nacional com a Mensagem nº 46, de 8 de março de 1966, visa a autorizar a abertura de crédito especial, no montante de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), destinado ao atendimento das despesas da Comissão Mista Lagoa Mirim, na parte em que ao Brasil foi atribuído o onus da execução do "Plano de Operações do Projeto Regional das Nações Unidas para Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim", plano a ser executado, na forma do documento firmado em 5 de agosto de 1953, por nosso país e pela República do Uruguai, em regime de mútua cooperação e com a ajuda técnico-financeira do "Fundo Especial das Nações Unidas".

As razões que determinaram e justificam a solicitação do Poder Executivo estão contidas na Exposição de Motivos do Sr. Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, assim consubstanciadas:

"Esses compromissos, Senhor Presidente, concernentes a serviços, contratação de pessoal, aquisição de equipamentos e suprimentos, de bens móveis e imóveis, a construção e a outros encargos, num total equivalente a Cr\$ 1.520.000.000 (um bilhão quinhentos e vinte milhões de cruzeiros), a serem cumpridos dentro do prazo máximo de quatro anos são a contribuição de contrapartida do Brasil, o quais serão executados, como vem sendo, pela Seção Brasileira referida.

Essa importância total, nela incluída a quantia referida de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), corresponde ao previsto no "Plano de Operações do Projeto Regional das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim", equivalente, mais ou menos, a US\$ 798.450,00 (setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta dólares), moeda em que a participação brasileira foi calculada naquele documento.

No entanto portanto, de possibilitar o atendimento dos encargos referidos e, na ausência atual de crédito orçamentário próprio, bem assim na impossibilidade — a esta altura do exercício — de fazê-lo inclusive para o próximo ano, faz-se mister recorrer-se à abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 570.000.000 (quinhentos e setenta milhões de cruzeiros), para que a Seção Brasileira em causa atenda as despesas previstas no Plano de Operações citado, até 31 de dezembro de 1966.

Trata-se, na espécie, como bem se vê, de dar ao Governo meio legal de atender a compromissos internacionais e, mais que isso, de autorizar recursos necessários à execução de um plano regional louvável, merecedor, portanto, do nosso apoio.

Face ao exposto, obedecidos que foram os trâmites legais, opinamos pela aprovação do Projeto.

E o parecer. Sala das Comissões, em 11 de maio de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Gay da Fonseca, Relator. — Bezerra Neto. — Manoel Villaga. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Eugênio Barros. — José Leite.

Pareceres nº 421 e 422, de 1966

Nº 421, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83-1966 (nº 3.505-B-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 para regularizar despesa com o programa de emergência no setor agropecuario, conforme plano de aplicação do Ministério da Agricultura.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

O projeto ora submetido ao nosso exame autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 para regularizar a despesa com o programa de emergência no setor agropecuario em todo o território nacional, conforme plano de aplicação organizado pelo Ministério da Agricultura.

II. A proposição, de iniciativa da Presidência da República, esta acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda.

III. Qualquer medida governamental visando a beneficiar as zonas rurais brasileiras deve merecer pronta e festiva acolhida, pois o homem do campo tem vivido, e continua a viver, no Brasil, verdadeiramente marginalizado.

O campo está esquecido, ainda, e o Ministério da Agricultura, infelizmente, tem sido, em nosso país, uma Secretaria meramente decorativa, sem quase nenhuma atuação prática.

Pode-se dizer, sem exagero, que tudo esta por ser organizado, do setor da pecuária, e, sobretudo, da agricultura, pelo que a chamada Reforma Agrária situa-se, perante a consciência nacional, como um imperativo de sobrevivência do Estado brasileiro.

Os últimos pronunciamentos e certas atitudes do governo dão a esperança de melhores rumos para a ação política, nesse setor, principalmente depois que o IBRA procedeu a um censo rural, visando ao levantamento da situação dos lavradores e pecuaristas, para efeito de remover os processos administrativos do Ministério da Agricultura.

IV. O presente projeto tem, portanto, um alto merecimento e é da maior oportunidade, razão por que somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29-4-66. — José Ermírio Presidente em exercício. — Gay da Fonseca, Relator. — Bezerra Neto. — Edmundo Levy. — Wilson Gonçalves.

Nº 422, DE 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara número 83-1966 (nº 3.506-B-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 para regularizar despesa com o programa de emergência no setor agropecuario, conforme plano de aplicação do Ministério da Agricultura.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

O projeto ora submetido ao nosso exame autoriza o Poder Executivo a

abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500, para regularizar as despesas com o programa de emergência no setor agropecuário em todo o território nacional, conforme plano de aplicação organizado pelo Ministério da Agricultura.

II — A proposição, de iniciativa da Presidência da República, esta acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, que, justificando-a, informa:

1 — Plano de Mecanização — (aquisição de tratores nacionais e despesas de qualquer natureza com a importação de tratores estrangeiros, referente a operações já iniciadas)	3.000.000.000
2 — Recurso ao Programa de combate à Febre Afiosa	800.000.000
3 — Sementes Melhoradas — Produção e Aquisição de Sementes	600.000.000
4 — Pecuária de Corte e Leiteira — Projetos urgentes, visando ao incremento da produção animal em todo o país	1.000.000.000
5 — Outros Programas	1.072.592.500
Total	6.472.592.500

b) tal solicitação decorre dos recursos orçamentários do exercício de 1965, cujas entregas foram transferidas para o ano em curso;

c) a Contadoria Geral da República esclarece que o aludido montante, embora programado para entrega nos primeiros meses do corrente exercício, deixou de ser reacionado em "Restos a Pagar" e, em consequência, só mediante abertura de crédito especial poderá ser atendida a referida solicitação;

d) dado o caráter urgente e inadiável da despesa e a omissão ocorrida, foi o Banco do Brasil autorizado a colocar a quantia em apreço à disposição daquele Ministério.

III — Qualquer medida governamental visando a beneficiar as zonas rurais brasileiras deve merecer e festiva acolhida, pois o homem do campo tem vivido, e continua a viver, no Brasil, verdadeiramente marginalizado.

O campo está esquecido, ainda, e o Ministério da Agricultura, infelizmente, tem sido, em nosso país, uma Secretaria meramente decorativa, sem quase nenhuma atuação prática.

Pode-se dizer, sem exagero, que tudo está por ser organizado, no setor da pecuária, e, sobretudo, da agricultura, pelo que a chamada Reforma Agrária situa-se, perante a consciência nacional, como um imperativo de sobrevivência do Estado brasileiro.

Os últimos pronunciamentos e certas atitudes do governo dão a esperança de melhores rumos para a nossa política, nesse setor, principalmente depois que o IBRA procedeu a um censo rural, visando ao levantamento da situação dos lavradores e pecuaristas, para efeito de renovar os processos administrativos do Ministério da Agricultura.

IV — O presente projeto, tem, portanto, um alto merecimento e é da maior oportunidade, razão por que somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Gay da Fonseca, Relator. — Bezerra Neto — Manoel Villaca — Wilson Gonçalves — Victorino Freire — Eugênio Barros — José Leite.

Pareceres nºs 423, 424 e 425 de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1966 (nº 3.512-B-66 — Câmara), que modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela Lei nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

Relator: Sr. Bezerra Neto. Mensagem do Senhor Presidente da República, de 16 de março do corrente ano, submeteu à apreciação do

a) que, pelo Aviso nº 19, de 19 de janeiro de 1966, o Ministério da Agricultura solicitou autorização para aplicar, por antecipação e na forma do parágrafo 1º do artigo 48 do Código de Contabilidade da União, a importância de Cr\$ 6.472.592.500, no programa de emergência no setor agropecuário em todo o território nacional, conforme a seguinte discriminação:

Cr\$

Congresso Nacional, o presente projeto de lei, que modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 1954, e a de número 3.543, de 1959, referente a organização e atribuições do Tribunal Marítimo.

2. Logrou a proposição sem emendas, ser aprovada na Câmara dos Deputados, e ela altera vários dispositivos da lei orgânica da entidade, na sua composição, atualização das particularidades financeiras, que eram irracionais, passando ao Sistema de cálculo pela mobilidade do salário-mínimo, e quanto aos registros e condições para a fiscalização da navegação e embarcações.

Entendemos como oportuna e bem elaborada a matéria, mas é conveniente uma alteração no artigo vinte proposto.

Diz ele que não será concedido registro de armador "a pessoa jurídica da qual faça parte quem já tenha participado de outra sociedade cujo registro haja sido cancelado naquelas condições." O justo é que seja atingido pela proibição quem haja participado de outra Sociedade, "com poderes de administração" e cujo registro haja sido cancelado. Opinamos pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda aditiva ao texto do art. 20.

Emenda nº 1-CCJ

Ao Art. 20, entre as palavras "sociedade" e "cujo", inclua-se:

"com poderes de administração e ..."

E o parecer.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Josaphat Marinho. — Menezes Pimentel. — Adalberto Sena.

Nº 424, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei número 92, de 1966 (nº 3.512-B-66 — na Câmara, que modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela Lei nº 3.543, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo e dá outras providências).

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Projeto de Lei em exame, proposto pelo Executivo, em 1962, foi, posteriormente, na forma da Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Marinha, submetido ao exame dos órgãos interessados e, sanado nas suas falhas, novamente encaminhado ao Congresso Nacional — como substitutivo anterior — pela Mensagem número 62, de 10 de março de 1966.

As razões determinantes dessas providências estão consubstanciadas na Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Marinha, assim expressas:

"O Projeto de Lei nº 4.265-62 de autoria do Conselho de Ministros, submetido à apreciação do Congresso

Nacional, sofreu modificações no seu texto, por parte do ex-Deputado Eloy Dutra e, posteriormente, novas modificações foram propostas pelo Deputado Nelson Carneiro, seu relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Neste estágio foi, por intervenção da assessoria parlamentar do meu Gabinete junto a Deputados da bancada governista, sustada a tramitação do anteprojeto para que ouvida fosse a nova administração da Marinha sobre a oportunidade e a conveniência das alterações propostas, face à mudança de orientação da política governamental a partir de abril de 1964.

Submetido o Projeto, pelo meu antecessor, à atenção do Tribunal Marítimo, apresento aquele Tribunal à minha consideração novas sugestões, visando a melhorá-lo, atualizando-o, ampliando atribuições e corrigindo falhas. Tal anteprojeto, revisto pela Administração Naval sob o aspecto do interesse da Marinha, e, consequentemente, do Poder Executivo, do qual o Tribunal em causa é parte integrante, deu origem ao projeto em anexo, o qual devidamente justificado, tenha a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência, sugerindo seja o mesmo apresentado ao Congresso Nacional como substitutivo do Governo ao Projeto lá existente."

Manifestaram-se favoravelmente ao Projeto, quando do seu exame naquela Casa, as Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças, da Câmara dos Deputados, de cujos pronunciamentos, por refletirem, igualmente, nosso pensamento em relação à matéria, queremos ressaltar:

"O Projeto não conflita com as normas constitucionais vigentes, nem fere princípios do direito a que, nas suas linhas gerais, de obediência.

No mérito, as modificações propostas, assim no tocante à estrutura do Tribunal, como no que diz respeito ao andamento dos processos que por ali tramitam e às medidas de caráter punitivo que decorrem de suas decisões, merecem a acolhida desta Comissão, por melhorarem substancialmente a legislação vigente, obsoleta, em parte, incompleta em vários ângulos, ineficaz em muitos outros.

Ampliando o princípio do mérito para a seleção de todos os seus juizes, civis, e militares, excessão aberta apenas para o provimento do cargo de Presidente, que continua a ser ocupado, em caráter temporário, por um oficial general da Armada, de livre escolha do Presidente da República; tornando o processo dos feitos de sua competência mais célere e econômica; submetendo à ação fiscalizadora e repressiva do Tribunal a operação dos navios; e atualizando as custas, de modo a tornar o funcionamento da corte menos oneroso ao Estado, a proposição encerra providências que correspondem ao exato interesse público.

O Tribunal Marítimo, criado em 1931, teve sua existência regida por Decretos, Decretos-Leis e Leis até 1946, quando a sua existência foi reconhecida pela própria Constituição. A partir daí a lei ordinária regulamentou as suas atribuições e funcionamento.

O fato é que se tem procurado acompanhar com legislação própria a evolução da navegação comercial do país. Agora, faz-se mister, mais uma vez, revitalizar o órgão, seja incluindo normas no processo de seleção dos juizes e outros servidores; seja atualizando medidas punitivas ou melhorando a processualística na tramitação dos processos; seja estabelecendo controle mais efetivo sobre os armadores ou atualizando custas. A tudo isso se propõe o presente projeto de lei, o qual procura, em síntese, contribuir para que o Tribunal Marítimo adquira um padrão de trabalho que possa ser o modelo no Brasil e no estrangeiro como um organismo ativo e eficiente."

O projeto teve origem no próprio Tribunal Marítimo que contou, para sua elaboração, com a assistência da Administração Naval e com os valiosos subsídios resultantes da primeira fase de estudos da matéria na Câmara dos Deputados.

Tratando-se de medidas que visam a dar ao Tribunal Marítimo os meios indispensáveis para torná-lo um organismo atual, já quando à sua estrutura administrativa, já no que concerne à sua ação judicante, opinamos pela aprovação do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — José Guimard. — Bezerra Neto. — Gay da Fonseca. — Lino de Matos. — Antônio Carlos.

Nº 425, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 92, de 1966 (número 3.512-B-66, na Câmara), que modifica dispositivos da Lei número 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela Lei nº 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo e dá outras providências.

Relator: Sr. Vitorino Freire

O projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por objeto modificar dispositivos legais referentes ao Tribunal Marítimo.

Na Exposição de Motivos de que faz acompanhar o Projeto teceu o Senhor Ministro da Marinha, dentre outras, as seguintes considerações:

a) que o Projeto de Lei nº 4.265 de 1962, de autoria do Conselho de Ministros foi bastante alterado na sua estrutura quando de sua tramitação na Câmara;

b) que nesse estágio procurou sustar o andamento do mencionado projeto a fim de que fossem estudadas a oportunidade e a conveniência das modificações já referidas ante a mudança de orientação na política governamental a partir de abril de 1964;

c) que o projeto ora remetido consubstancia sugestões do Tribunal Marítimo devidamente revistas pela Administração Naval, no sentido de ampliar as atribuições daquele Tribunal e atualizá-lo.

Deflui do exposto que o atual Projeto teve origem no próprio Tribunal Marítimo e dentre as modificações dignas de realce por ele introduzidas podemos citar:

a) as que ampliam o princípio do mérito para a seleção de todos os juizes civis e militares, com exceção apenas da Presidência, que continuará a ser ocupada por um oficial General da Marinha;

b) as que atualizam medidas;

c) as que melhoram a técnica processualística apressando a tramitação dos feitos;

d) as que fixam custas processuais em bases reais;

e) as que estabelecem um controle mais efetivo com relações aos armadores.

Isto posto, a Comissão, fazendo remissão aos doutos pareceres já expendidos sobre a matéria, manifesta-se, no âmbito de sua competência, favoravelmente à proposição em tela.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1966. — Pessoa de Queiroz — Presidente. — Victorino Freire — Relator. — Wilson Gonçalves. — Manoel Villaca. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto. — Eugênio Barros. — José Leite.

Pareceres ns. 426 e 427,
de 1966

Nº 426, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara, nº 82, de 1966 (nº 3.492-B, de 1966 na Casa de Origem), que estabelece normas para a instituição e a execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde e das outras providências.

Relator: Sr. Senador José

Ermírio de Moraes

Originou-se a proposição de iniciativa do Ministério da Saúde, submetida ao crivo do reexame do Departamento Administrativo do Serviço Público, por despacho presidencial e, a seguir, encaminhada pelo Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 34, de 8 de março último, à apreciação do Congresso Nacional.

Estabelece o projeto normas para a instituição e execução das Campanhas de Saúde Pública, objetivando tornar exequível a coordenação de recursos técnicos e financeiros para dar mais eficiente combate às doenças que "constituem problemas de interesse coletivo", mediante a adoção de medidas preventivas e de "tratamento e recuperação das vítimas dessas doenças".

Na Câmara dos Deputados a proposição recebeu pareceres das Comissões de Constituição e Justiça (24 de março de 1966), da Comissão de Saúde (24 de março de 1966) e da Comissão de Finanças (30 de março de 1966), tendo sido aprovada com as Emendas ns. 1 a 5 oferecidas pela Comissão de Saúde.

Como bem assinalou o Relator da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados as alterações por sua sugestão introduzidas tiveram em vista:

"... harmonizar as restrições por nós feitas ao projeto com aquilo que propõe seja criado, a instituição e execução das Campanhas de Saúde Pública, sugerimos-lhe algumas modificações que visam a restabelecer a autonomia do Ministério da Saúde para a execução das campanhas que pertencem, por imperativo constitucional, bem como outras de natureza formal."

De fato. As modificações feitas em decorrência da aceitação das Emendas propostas por esse Relator deram melhor redação à ementa e aos artigos ns. 2º e 22; tornaram mais explícito o art. 3º, definindo o *modus faciendi* da cooperação prevista entre entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais; permitiram que a designação do substituto do Superintendente da Campanha (Parágrafo Único do artigo 3º) se fizesse por ato da autoridade ministerial e não do Presidente da República; possibilitaram, finalmente, que a delegação de atribuições do Superintendente aos Coordenadores Regionais fosse possível, inclusive, para o efeito de contratação de pessoal.

Dúvida não há, portanto, de que muito ganhou a proposição original com os aperfeiçoamentos que lhe foram feitos, pois através deles as Campanhas do Ministério da Saúde gozarão de maior flexibilidade, principalmente pela descentralização de atribuições, contornadas, assim, de ongas e dificuldades burocráticas que, normalmente, emperram a máquina administrativa.

E' inegável, por outro lado, o mérito da iniciativa governamental, qual seja o de proporcionar meios eficazes de prevenção e combate intensi-

vos às doenças de caráter endêmico que atingem e dizimam grandes contingentes da população brasileira, o que só pode, efetivamente, ser conseguido mediante estreita coordenação de recursos humanos, materiais e financeiros e de sua aplicação planejada e contínua, por métodos da mais radical descentralização administrativa.

Manifestamo-nos, conseqüentemente, pela aprovação, sem restrições, do projeto.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — José Ernirio — Presidente em exercício e Relator. — Bezerra Neto. — Gay da Fonseca. — Edmundo Levy. — Wilson Gonçalves.

Nº 427, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1966 (nº 3.492-B-66 — na Câmara), que estabelece normas para a instituição e a execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde e das outras providências.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Projeto ora submetido à nossa apreciação decorreu de solicitação do Poder Executivo e tem por objetivo estabelecer normas para a instituição e a execução de Campanhas de Saúde Pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.

Na Exposição de Motivos de que fez acompanhar a proposição, o Departamento Administrativo do Serviço Público apresenta, entre outros, os seguintes argumentos dignos do realce:

"1 — O combate intensivo às doenças endêmicas e a recuperação de grande população por elas atingidas tem sido objeto de esforços geralmente descoordenados e dispersivos do Poder Público e dos particulares, frustrando-se, por isso mesmo, e pela inflexibilidade nada realista dos meios de execução, os investimentos nacionais desestimulando-se, ainda, as contribuições, estrangeiras.

2 — Para sanar esses inconvenientes, o anteprojeto de lei estabelece uma eficiente integração das atividades públicas e particulares de combate às doenças que, por sua elevada incidência, constituem graves e angustiantes problemas de interesse coletivo.

3 — Salienta, ainda, aquela Secretaria, ser alarmante a incidência de endemias, que atingem, comprovadamente, a mais de quarenta milhões de pessoas no País, sendo inadiável a adoção de um regime de Campanhas de Saúde Pública capaz de possibilitar ao Poder Público e à iniciativa privada, em conjunto e com a colaboração estrangeira ou internacional, a modificação desse panorama sanitário, que julga dramático".

Aduziu o DASP, ainda, na Exposição referida, que o pessoal empregado nas Campanhas de Saúde será preferentemente admitido em regime de legislação trabalhista, rescindindo-se os contratos empregatícios ao final dos trabalhos e que os recursos postos à sua disposição serão concentrados em contas especiais no Banco do Brasil e movimentados pelo Superintendente respectivo, ficando a aplicação das verbas orçamentárias fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União e demais recursos pelo Ministério da Saúde.

Defini do exposto que o Ministério da Saúde, considerando obsoleta e ineficiente sua organização atual para erradicar o índice verdadeiramente alarmante de doenças endêmicas que, segundo expressa o próprio titular daquela Secretaria de Estado, atingem a mais de quarenta milhões de brasileiros, vindica, através da proposição

em estudo, meios e modos mais adequados para a consecução daquele propósito.

O projeto, quando de sua tramitação na Câmara, foi alvo de acurado estudo pelas Comissões técnicas, principalmente pela Comissão de Saúde, cujo relator apresentou várias emendas no sentido de melhor ajustá-lo aos seus fins. Acentuou, entretanto, o ilustre Deputado Leão Sampaio, sua estranheza por intentar o Ministério da Saúde resolver o problema através da instituição de Campanha de Saúde Pública tão somente com a sua participação. Acrescenta, no, ainda, já possuir o Ministério em questão diversos órgãos incumbidos da matéria, tais como o Departamento de Endemias Rurais, a Campanha da Malária, Campanha da Varíola, Serviços Nacionais de Câncer, de Lepre, de Tuberculose etc.

A Comissão, considerando a magnitude do problema que se procura resolver, maxime se atentarmos para a taxa de incidência das endemias sobre o povo brasileiro, podendo, mesmo, mencionar, à guisa de exemplo, a malária, que vem se constituindo em verdadeiro terror nas cercanias da própria Capital Federal, manifesta-se favoravelmente ao projeto, fazendo votos para que o mesmo venha a contribuir eficazmente para os fins colimados.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Wilson Gonçalves. — Manoel Villaca. — Gay da Fonseca. — Engênio Barros. — Bezerra Neto. — José Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

Vão ser lidos dois requerimentos de informações pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 177, de 1966

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, se oficie ao Senhor Superintendente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário a fim de que informe quais as medidas até agora tomadas a fim de dar efetividade à Reforma Agrária e qual o índice de terras distribuídas e quantos os beneficiados, até a presente data.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1966. — Adão Sittbruch.

Requerimento nº 178, de 1966

Nos termos do art. 213, do Regimento Interno, requeremos ao Poder Executivo sejam prestadas pelo Conselho Monetário Nacional, com vistas ao cumprimento da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 (que disciplina o mercado de capitais), as seguintes informações:

a) qual o capital mínimo fixado para as sociedades corretoras, membros da Bolsa;

b) quais as condições fixadas para o funcionamento das sociedades corretoras, e as das normas gerais a serem observadas em matéria de organização, disciplinas e suas atividades (arts. 8º e 9º);

c) se foram expedidas as normas gerais sobre o registro das pessoas jurídicas de direito privado no Banco Central, e relativas a:

I — informações e documentos a serem apresentados para obtenção do registro inicial;

II — informações e documentos a serem apresentados periodicamente para a manutenção do registro;

III — casos em que o Banco Central poderá recusar, suspender ou cancelar o registro;

d) em caso afirmativo, se foram publicadas para receber sugestões, como manda a lei;

e) quantas sociedades já foram registradas e como se distribuem territorialmente aos Estados.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1966. — Vicente Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vão à publicação os dois requerimentos de informações que acabam de ser lidos e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento de urgência.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 179, de 1966

Nos termos do art. 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o projeto que institui o novo Código Nacional do Trânsito (PLC nº 238-65).

Sala das Sessões, 11 de maio de 1966. — Wilson Gonçalves — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Resolução Nº 28,
de 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Acrescente-se ao Artigo 169 do Regimento Interno do Senado (Resolução nº 5-59) o seguinte parágrafo, que será o primeiro, passando a segundo o atual parágrafo único:

§ 1º No último dia útil da semana, aos debates serão entregues o calendário e avulsos e, aos Senadores a relação dos projetos que deverão integrar as ordens do dia das sessões ordinárias da semana seguinte. A qualquer Senador será lícito pedir avulsos ou cópia de projeto cujo estudo pretenda.

Justificação

A proposição visa a possibilitar o estudo dos projetos que deverão ser discutidos durante cada semana. A simples leitura, ao término de cada sessão, da Ordem do Dia, cuja matéria será discutida na sessão seguinte, não permite detido exame, por parte do Plenário, da proposição a ser votada.

A sugestão, se aceita, muito contribuirá para o aprimoramento do processo legislativo.

Brasília, 3 de abril de 1966. — Edmundo Fernandes Levi.

(Nogueira da Gama) — O projeto que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões, para receber emendas, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — No expediente lido figuram Mensagens contendo as razões de votos presidenciais a dois projetos de lei, a saber:

— Projeto de Lei nº 2, de 1966 (C.N.) que altera a redação do art. 8º e seu parágrafo único, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral);

— Projeto de Lei nº 59-64 no Senado e nº 2.564-65 na Câmara, que reduz o prazo para aquisição

da nacionalidade brasileira ao natural de pais fronteiriço e dá outras providências.

Para apreciação desses vetos, a Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se no dia 7 de junho próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados. Para as Comissões Mistas que os deverão relatar designa:

quanto ao primeiro veto os Senhores Senadores Eugênio Barros, Antônio Carlos e Edmundo Levi; quanto ao segundo, os Srs. Senadores José Guimard, Pessoa de Queiroz e Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência comunica haver recebido Mensagem com a qual o Presidente da República encaminha ao Congresso, para tramitação em conjunto, Projeto de Lei que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior e dá outras providências.

Para a leitura dessa mensagem e providências iniciais relativas à tramitação da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta para hoje, às 21 horas.

Essa sessão será sem prejuízo da outra, convocada anteriormente, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

Nº 173, do Sr. Senador Aarão Steinbruch, ao Ministro do Trabalho e Previdência Social;

Nº 174, do Sr. Senador Gilberto Marinho, ao Ministro da Fazenda;

Nº 175, do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, ao Ministro da Guerra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, os últimos dias de abril findo foram de férteis noticiários sobre assuntos relacionados com a Amazônia. Reflete, na verdade, constante preocupação dos atuais dirigentes do País "levar a civilização a vastas áreas da interlândia", que, se traduz no inflexível poder de decisão no que toca à execução dos projetos ligados à integração da grande planície, a fim de que seja superada a profunda desigualdade existente entre áreas da geografia pátria, como bem acentuou recente editorial do "Correio Braziliense".

Mais adiante, ele, revela, ainda, nas letras de forma, de seus melhores períodos, os conceitos seguintes, que, aliás, não escapam às mentes ajuizadas e patrióticas de todos os homens de Estado, nos seus postos de escuta e de ação. "O desprêzo, em que viveu a Híleia, durante vários séculos, vem indicar a visão pobre de governantes. Área gigantesca, cujo documento mais expressivo é a sua própria potencialidade natural, a Amazônia, uma vez anexada ao quadro agro-industrial brasileiro, trará a Pátria notável contribuição, ensejando o fortalecimento da estrutura nacional. O patriotismo, unido à técnica, é a razão do êxito dessa programação. A população amazônica, enganada por sucessivos governos, voltou a acreditar no Poder Público. A bacia do Rio-Mar reencontra-se com o futuro, e a forma lúcida, com que se arrosta questão dessa monta, ensejou a rutura das pedras que prendiam o grande vale

úmido ao atraso. Terras providenciais, onde se destacam as madeiras de lei e em cujo subsolo se encerram impressionantes riquezas naturais, cremos que na Amazônia está o fator da definitiva emancipação econômico-social brasileira".

E ainda: "Acreditamos que, com a retomada vigorosa do processo de dinamização da Híleia, teremos, sem tardança, um mapa equilibrado".

Este o pensamento dos que escrevem em Brasília, em um de seus prestigiosos jornais, a respeito do que representa para o País agitar esse quadro de riquezas amazônicas, dentro da compreensão do atual Governo, notoriamente comprovada ante a decisão de aplicar os recursos indispensáveis a uma área que representa, em última análise, mais da metade do território brasileiro.

Já se tem, por outro lado, conhecimento de que, agora, a Amazônia, será tema específico de um conclave de mais de 200 cientistas entre nacionais e estrangeiros, conforme a divulgação adiante oronda dos setores governamentais responsáveis por seus trabalhos e objetivos:

Com a participação de mais de 200 cientistas de 18 nações terá lugar de 6 a 11 de junho vindouro, em Belém do Pará, o I Simpósio Sobre a Biotá Amazonica, sob os auspícios do Conselho Nacional de Pesquisas. O certame se inclui no plano de comemorações do primeiro centenário de fundação do Museu Emilio Goeldi, na Capital paraense.

O Presidente da Comissão Organizadora do Simpósio, disse hoje, em entrevista coletiva, que a simples realização do encontro já é de uma importância sem precedentes. Além de ser o primeiro que se realiza em regiões equatoriais, assume relevância especial pelos estudos e conclusões que serão auferidos.

Afirmou que o interesse pelo certame ultrapassou todas as expectativas, estando inscritos, até agora, 186 trabalhos científicos, procedentes de instituições nacionais e de 17 outras, de diferentes países. A iniciativa do Simpósio e da Associação de Biologia Tropical, com pleno apoio do Conselho Nacional de Pesquisas.

Esclareceu que, pela sua própria organização, o certame é abrangente, constando de uma multiplicidade de assuntos, que estão divididos em oito seções: geociências, antropologia, iminologia, botânica, zoologia, patologia, conservação da natureza, recursos naturais e planejamento, e futuras pesquisas na Amazônia.

Disse também que "Biotá", por definição, é o estudo do conjunto de seres vivos — homem, planta e animais — em vivência harmônica com o meio. A esse tema ficará restrita a ação do certame que não devesse estender seus estudos a outros campos.

Pondera ainda que, entretanto, algumas das observações já colhidas terão implicações, forçosamente, no campo econômico e político. Entre elas, cita o fato da agricultura, na região, estar ainda mais atrasada do que a utilizada pelos primitivos indígenas, com queimadas e desmatamentos irregulares que não obedecem à menor técnica, não dão rendimento à produção e ainda estragam o solo para futuras colheitas. Outro aspecto é a verdadeira pilhagem que está sendo feita nas madeiras da região, por serrarias que se beneficiam de legislação mal feita ou são simplesmente clandestinas. Citou, também, como exemplo, desta vez favorável, o progresso que está surgindo nas áreas de influência da Rodovia

Belém-Brasília, desde que esta foi aberta ao tráfego, progresso que deveria repetir-se com a abertura da Brasília-Acre e da Brasília-Manaus, esta última com picadas já abertas pela Fundação Brasil Central. Estas estradas poderão diminuir sensivelmente os isolamentos a que estão submetidas as populações amazônicas, que vivem exclusivamente em função das ligações por água, existindo por isto um baixíssimo índice populacional.

Dá-se conta, outrossim, de que participarão do Simpósio Cientistas de instituições do Brasil, Alemanha, Argentina, Bélgica, Guiana Inglesa, Canadá, Colômbia, Equador, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Japão, Peru, Trinidad, México, Uruguai e Venezuela. A participação dos países, que não têm território na área amazônica, explica-se pelo interesse científico em problemas de biologia tropical.

Tão logo soube a redação de "O Globo" do conclave em vista, deu-lhe a honra de um editorial esplêndido e significativo, que se publicou a 27 do mês aludido, isto é, de abril passado, com o título de "Tarefa Inadiável", que vale transcrito na sua íntegra:

"Não pode restar a menor dúvida de que o fato mais importante da vida brasileira dos nossos dias é o da crescente tomada de consciência dos nossos problemas e das causas concretas que até hoje têm impedido o desenvolvimento integrado da economia nacional. E nesse contexto de auto-conscientização nacional que se vai realizar dentro em breve no Museu Goeldi, em Belém do Pará, um simpósio sobre os problemas da Amazônia. Patrocina-lo o Conselho Nacional de Pesquisas e a Associação de Biologia Tropical. 41 instituições de pesquisa e 15 instituições governamentais e privadas do Brasil participarão do conclave. Águas, plantas, animais e o homem da Amazônia serão estudados a luz da biocenogênese. A botânica, a zoologia, a limnologia, as ciências naturais e sociais serão mobilizadas nesse simpósio sobre a Biotá Amazonica, cujas conclusões devem servir ao Governo para a estruturação de um plano efetivo de integração definitiva da gigantesca região ao patrimônio social e humano do Brasil.

Geograficamente a Amazônia interessa a seis países sul-americanos (Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia e Brasil). Quanto ao seu destino brasileiro, ele está vinculado a sorte de nove unidades federativas: Amazonas, Pará, Maranhão, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Goiás e Mato Grosso. Comprende, tal como hoje é definida, cerca de dois terços da área total do Brasil — 5.030.109 quilômetros quadrados, nos quais a densidade humana se distribui da forma mais rarefeita: 0,7 habitante por quilômetro quadrado. Não é mais possível, pois, que essa região, com todas as suas gigantescas potencialidades naturais, continue divorciada dos destinos do Brasil, desquitada da comunidade nacional. Durante longos anos atribuiu-se esse divórcio inconcebível a fatores geográficos e climáticos. Hoje, porém, sobretudo a partir dos admiráveis estudos de Charles Wagley, sabemos que as causas verdadeiras são de ordem social e cultural. A rarefação demográfica seria um mal em si mesmo, mas seria bem menor se as populações da Híleia fossem humanamente qualificadas, socialmente valorizadas. Não o são, mas isto não acontece por fatalidade biológica ou étnica, como se

disse no passado. As causas do atraso são de ordem estrutural, vale dizer, material, e podem, portanto, ser removidas. A ciência traz hoje esperança aos homens atormentados, e é essa mensagem de esperança que deve ser levada à Amazônia.

Nenhuma região brasileira, nem mesma a do Nordeste, já foi tão estudada quanto a Amazônia brasileira. Mas esses estudos, feitos em grande parte à luz dos preconceitos da antropogeografia, não ajudavam a ação humana a favor da integração da Amazônia. O mérito do simpósio que agora se vai realizar está justamente em promover a revisão daqueles estudos, e aprofundar os que não passaram da superfície dos fatos, permitindo, já com apoio nas conquistas da ciência e da tecnologia, um reequacionamento racional do complexo de problemas suscitados pela colossal área brasileira. No passado, os preconceitos contra a investigação científica da Amazônia eram tão grandes que se chegou no ano de 1800 a mandar prender "um tal Barão de Humboldt, natural de Berlim" — dizia assim o alvará — se acaso ele aparecesse no Brasil. Mas este fato grotesco não impediu que o grande sábio naturalista, com a amostragem da Híleia sul-americana que é uma parte ínfima da Amazônia prevista que na grande planície equatorial brasileira está a maior reserva — celeiro, disse — do nosso país. Outro fato importante que ajuda a revisão daqueles estudos está na proclamação do homem tropical como capaz de empreendimentos gigantescos, visão que uma antiga antropologia muito comprometida com o racismo nórdico negava violentamente, mas que hoje é feita com o maior rigor científico.

Ignorada do País, inclusive por causa de sua rala representatividade política, provocada pela sua rarefação demográfica, a Amazônia esteve entregue ao longo dos anos a uma ação predatória que atingia indiscriminadamente todas as suas riquezas naturais. Basta dizer que num só ano foram ali exterminadas 24 milhões de tartarugas! E isto para não falar da devastação dos recursos de sua fitogeografia. Esse saque prolonga-se até hoje, movido pelo extrativismo, enquanto as endemias aniquilam suas populações, marginalizadas pela falta de ensino. É todo um quadro estereotipado, que não é mais possível ser tolerado.

Com a mesma energia com que o Brasil mobilizou-se para redimir o Nordeste, levantem-se agora os brasileiros exigindo que a maior área de seu território seja definitivamente integrada na nossa civilização.

O simpósio que se vai realizar na capital paraense, e que se eleva ao nível de verdadeira concentração de cientistas dotados de visão moderna dos fatos da vida, não só na natureza como na sociedade humana, deve-se converter no instrumento adequado à tarefa cíclica de incorporação da Amazônia à comunidade nacional. Tarefa que já tarda em ser levada a efeito, e que precisamente por isso não mais pode ser postergada. Renunciar a ela é lançar um estigma sobre nós mesmos. O abandono dentro de nossas fronteiras de regiões como a planície amazônica, os vales do Tocantins, Araguaia e Xingu e todas as nossas áreas — problema equivalente à prática de ato de autonegligência nacional. É suicídio cívico a prestação. Convençamo-nos de que esta não é a nossa vocação brasileira. Com resolução patriótica, aceitemos o desafio amazônico".

O SR. ANTONIO CARLOS:
(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, a quem, por dever da officio ou legítimo interê se, accompanha a politica exterior de nosso pais, chamaram partici-

cular atenção dois fatos recentes e expressivos.

Não será exagero afirmar que tais fatos significaram eloquente comprovação das afirmações do Itamaraty de que nossas relações internacionais são conduzidas com firme propósito de independência em relação quaisquer outros interesses que não sejam os do Brasil.

Quero referir-me à orientação da Delegação Brasileira à Conferência do Panamá e ao pronunciamento do Chanceler Juracy Magalhães sobre a estrutura atual do Comércio Internacional.

Na reunião do Paraná, destinada ao exame e proposição de medidas necessárias à reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, a nossa Delegação, chefiada pelo Embaixador Azeredo da Silveira, traduziu com propriedade e firmeza o propósito da política exterior que vem sendo executada pelo Senhor Juracy Magalhães, não deixando dúvidas quanto à nossa posição contrária à criação de qualquer instituto ou norma de direito internacional que venha ferir os princípios de não intervenção e a autodeterminação.

Essa atitude é tanto mais importante quanto situa em seus devidos termos e proporções a nossa participação na Força Armada que se encontra na República Dominicana.

Assim, no setor político, oferecemos um eloquente testemunho de independência. Esse testemunho era necessário.

O Governo instituído em abril de 1964, desde o seu início, manifestou o propósito de retificar a nossa política exterior, livrando-a dos excessos e impropriedades anteriores. Essa retificação provocou uma série de explosões e equívocos que eprmitiram a divulgação da ideia, segundo a qual sairíamos mão de nossa independência.

A nossa conduta no Panamá revela o contrário.

Confiemos em que os Estados Unidos da América compreendam essa posição e não insistam em condicionar o cumprimento de programas de cooperação econômica a um recuo de nossa parte.

O outro fato que desejo registrar é o discurso pronunciado pelo Senhor Juracy Magalhães, durante o banquete que ofereceu ao Sr. Raul Prebisch, Secretário-Geral, para a Conferência da Organização das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento. Foi, pelo que sei, o primeiro pronunciamento enfático de um Chanceler brasileiro em favor do grande movimento renovador do comércio e do desenvolvimento, oficialmente iniciado em 1964.

Para nós que, desde o relatório que redigimos e apresentamos ao Senado sobre a XVIII Assembleia Geral da ONU, realizada em 1963, o grande problema econômico dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento é a dificuldade de obter preços justos e estáveis para os produtos de exportação — principalmente as matérias-primas — soa como uma vitória para o país a afirmação do Ministro que o desenvolvimento econômico constitui interesse vital e responsabilidade inelutável de todas as nações, fortes e débeis, e que o comércio internacional, em sua estrutura vigente, ao invés de coadjuvar o desenvolvimento, como deveria, freia-o e o obstaculiza.

Referindo-se à II Conferência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento, a realizar-se em 1967, disse o Ministro:

“É com essa consciência e fundamentos nessa filosofia que entramos agora na fase operacional da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Estamos a um ano apenas da

realização da II Conferência, e assim como a primeira foi a conferência da formulação de princípios e objetivos, a segunda queremos que seja, insofismavelmente, a da sua implementação. Não desejamos que perdure para os países em desenvolvimento a tendência negativa de suas taxas de crescimento econômico que nos últimos dez anos, conforme demonstram os estudos do Secretariado que V. Ex^a preside, e os do Banco Mundial e da OECDE, têm declinado em lugar de aumentar. Para o Brasil, manter uma taxa anual de 6 a 7% de crescimento econômico na próxima década, significa ter de multiplicar por cerca de duas vezes e meia o valor atual de nossas exportações. Para o mundo dos países em desenvolvimento, que representam dois terços da população mundial, obter uma taxa de crescimento de 5% ainda lhes acarretará em 1970, se até lá continuarem inalteradas as condições atuais do comércio internacional, um déficit comercial de 20 mil milhões de dólares.

Mencionei estes números que não lhe são novidade. Dr. Raul Prebisch, pois que constituem a rotina de suas preocupações diárias, apenas para alicercar a afirmação que lhe fiz há pouco, de que o Governo brasileiro emprega todo o seu apoio à Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento: porque os seus objetivos visam ao progresso, à paz e ao bem-estar da sociedade mundial, segundo os princípios cristãos de que o Brasil e o Governo brasileiro fazem a sua norma de vida e de conduta.

Ficamos a II Conferência, a realizar-se no ano próximo, como um acontecimento decisivo para a consecução daqueles objetivos vitais. Para que assim seja, o esforço e a responsabilidade de todos, países desenvolvidos e em desenvolvimento, devem ser totais tanto de uns como de outros. Não há lugar — esta é a nossa tese e a nossa política — para confrontação ou antagonismos agressivos: o que buscamos é o entendimento e a cooperação. E estamos certos de que na II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a compreensão dos que têm o que ceder corresponderá às aspirações dos que legitimamente têm o que esperar.”

Estou convicto que nada melhor para consagrar a nossa atitude de independência, no setor econômico das nossas relações internacionais, do que os propósitos revelados nesse discurso. Por isso mesmo, julguei oportuno trazer o assunto ao Senado, para o devido registro e aplauso. (Muito bem; muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES

José Guimard.
Victorino Freire.
José Cândido.
Ruy Carneiro.
João Agripino.
Gilberto Marinho.

O SR. AARÃO STEINBRUCH.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Questão de ordem) Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vou fazer algumas considerações com referência a resposta a requerimento formulado há questão de dois meses.

Em dias do mês de março próximo passado, enviamos à mesa requerimen-

to que tomou o número 119, no qual solicitávamos aos ilustres Ministros do Planejamento e da Fazenda, que informassem se o Conselho Monetário Nacional se reuniria para modificar o resíduo inflacionário que fixou em 10% para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1966, com base nas estimativas do orçamento do corrente exercício. Em outra indagação acentuávamos que não poderia perdurar esse resíduo de 10%, de vez que nos primeiros três meses deste ano, o índice do custo de vida se elevou a mais de 10%, conforme estatísticas fornecidas pelos próprios órgãos governamentais.

Estranhamente o Sr. Ministro do Planejamento, confirmando que, realmente, o resíduo inflacionário fixado pelo Conselho Monetário Nacional foi da ordem de 10%, disse mais adiante que não era do seu conhecimento que o Conselho Monetário Nacional estivesse tomando providências para rever o referido índice, acentuando o Sr. Ministro Roberto Campos que faz parte, que é membro desse Conselho.

Ora, com a devida vênica de S. Exa. não foi respondido o requerimento de informações, porque, se S. Exa. faz parte do Conselho Monetário Nacional, deveria ouvir o Conselho, saber se este vai rever esse resíduo, porque ele é inconsciente, não tem mais razão de ser, já que nos três primeiros meses o custo de vida se elevou em mais de 10%.

É preciso tomar na devida consideração que o resíduo inflacionário instrui processos de dissídios coletivos instaurados pelos empregados na Justiça do Trabalho, e é com base no resíduo inflacionário que os tribunais julgam os aumentos de salários.

Ora, se esse resíduo não será aumentado, muito embora o próprio Governo informe que o custo de vida lá se elevou em mais de 10% nos últimos três meses, é inquestionável que o Conselho Monetário Nacional terá que se reunir para interferir sobre o aumento.

Por isso voltamos à Mesa com novo requerimento, a fim de que o anterior seja complementado servidamente, na forma regimental. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Mesa aguarda que o Sr. Senador Aarão Steinbruch examine o requerimento anunciado.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Passa-se à Ordem do Dia.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que os itens 1 — 2 — 3 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 13 e 15 dependem de escrutínio secreto. A Mesa os agrupa para serem apreciados no final da Ordem do Dia nos termos do Regimento.

Item 4:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 157 de 1965 (nº 1.315-B de 1965 na Casa de origem), que dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (que eleva o Território do Acre à categoria de Estado) tendo pareceres favoráveis sobre o Projeto e a Emenda de Plenário (ns. 1.516 a 1.518 de 1965 e 329 a 331 de 1966) das Comissões — de Constituição e Justiça; — de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam levantam permanentemente sentados. (Pausa)

Aprovado. (Pausa)

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam levantam permanentemente sentados. (Pausa)

Aprovada. A matéria vai à Comissão de Redação.

São os seguintes o projeto e a emenda aprovados:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 157, DE 1965

(Nº 1.315-B-65, na Casa de origem)

Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, que eleva o Território do Acre à categoria de Estado, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, passam a ter a seguinte redação:

“§ 1º O pessoal dos serviços mantidos pela União e transferidos ao Estado na forma deste artigo continuará a ser remunerado pelos cofres federais, inclusive o que passar à inatividade, através da Mesa de Rendas Alfandegárias de Rio Branco, enquanto não for criada e instalada a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Acre, ficando assegurada aos inativos a percepção de seus proventos nas Delegacias Fiscais existentes nos locais onde tenham residência e domicílio. Passarão a ser remunerados pelo novo Estado, que os proverá na forma da lei os novos servidores nomeados para cargos iniciais de carreira ou cargos isolados que se vagarem e para cargos que vierem a ser criados bem como os acréscimos de vencimentos, proventos e vantagens estabelecidos pelo novo Estado.

§ 2º A aposentadoria dos servidores remunerados pela União será por essa decretada ficando a seu cargo o pagamento dos respectivos proventos, na forma do parágrafo anterior, e também assegurado sem restrições, o direito dos atuais contribuintes de entidades federais de previdência. A aposentadoria resultará sempre de requerimento devidamente instruído dirigido pelo interessado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Acrescente-se:

“§ 3º — Para execução do pagamento de que trata o § 1º, poderão ser requisitados funcionários do Estado do Acre seja pela Mesa de Rendas de Rio Branco, seja pelas Coletorias Federais do Interior”.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Item 5.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1965 (nº 2.766-B de 1965 na Casa de origem) que dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 327 e 328 de 1966, das Comissões — de Educação e Cultura e — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas. Em discussão.

O SR. GAY DA FONSECA:

Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra para a discussão, o nobre Senador Gay da Fonseca.

O SR. GAY DA FONSECA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção da Casa para o projeto em discussão — de nº 307 na Câmara dos Deputados — que dispõe sobre irradiações em língua estrangeira. O projeto em exame é da autoria do nobre Deputado Norberto Schmidt e visa a corrigir defeitos existentes na legislação vigente que impedia a irradiação em língua estrangeira por parte de estações de radiodifusão de pequena potência.

Sabemos que muito interessa à Região Sul do País, principalmente ao Rio Grande do Sul que possui um

irradiados programas em língua estrangeira para elementos oriundos da velha Europa que, afeitos à língua mater, ainda não se integraram totalmente à nossa língua devido às dificuldades de contatos e comunicações, não que sejam menos brasileiros do que nós. Esses emigrantes já são tão bons brasileiros como qualquer um de nós. A transmissão em língua estrangeira por estações de radiodifusão virá, portanto, propiciar a esses homens maiores contatos com a língua brasileira com a realidade e com os problemas brasileiros, especialmente na área da agricultura, possibilitando-lhes maiores conhecimentos de métodos, técnicas e processos nossos.

A legislação anterior autorizada a irradiação submetendo-a antes à fiscalização do Conselho Nacional de Telecomunicações. O projeto ora em exame não tira, pelo contrário, submete às irradiações ao Conselho Nacional de Telecomunicações dependendo de autorização expressa ou requerimento apresentado ao Ministério das Relações Exteriores.

A ampliação da faixa das estações de rádio difusão para que permita a transmissão em língua estrangeira, torna mais acessível, ao homem do interior, o conhecimento dos problemas que afligem e atingem a realidade nacional.

Peço, pois, Sr. Presidente, a aprovação do Senado Federal para este Projeto de Lei, como homenagem a aqueles homens oriundos de países estrangeiros que, no Brasil, ajudam a construir a riqueza de nossa terra. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Continua em discussão o Projeto.

O SR. ARAÚJO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, estou inteiramente de acordo com as considerações expostas pelo nobre Senador Gay da Fonseca, relator na Comissão de Educação e Cultura do Projeto de Lei da Câmara nº 307-65.

Sr. Presidente, na verdade não se justiça que nessas estações de rádio fossem impedidas de transmitir programas em outras línguas, sendo apenas permitidos programas irradiados em ondas curtas e ainda mediante prévia autorização do CONTEL. A proposição apresentada na Câmara, de autoria do Deputado Norberto Schmidt, vem preencher uma lacuna em nossa legislação e merece, portanto, todo o apoio, de vez que condiciona a permissão à prévia autorização do Ministério das Relações Exteriores. Entendo, entretanto, que não se devia ir tão longe. Bastava que havendo irradiação infringindo qualquer artigo da Lei, fossem punidos e responsabilizados os infratores e impedidos inclusive, de transmitir, mais tarde, outros programas em língua estrangeira.

Para evitar que uma emenda proteja mais a decisão da matéria — porque, aprovada a emenda, teria que ser remetida a outra Casa do Congresso — darei voto favorável à proposição.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.) Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, darei por encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o projeto e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 307, DE 1965

(Nº 2.766-B-65, na Casa de origem)

Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As estações de radiodifusão poderão, mediante prévia aprovação do Ministério das Relações Exteriores, transmitir programas falados ou gravados em idioma estrangeiro.

§ 1.º As entidades interessadas, ao submeterem os programas à apreciação do Ministério especificarão os assuntos que serão pelos mesmos divulgados e o esquema de sua apresentação.

§ 2.º Deferido o requerimento pelo Ministério das Relações Exteriores, este encaminhará o processo ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CANTEL), que autorizará as irradiações.

Art. 2.º Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações fiscalizar as irradiações objeto desta Lei e determinar a sua suspensão, quando desatenderem ao esquema aprovado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3.º Independente das formalidades exigidas nesta Lei as irradiações de aulas sobre línguas estrangeiras e as transmissões de palestras ou entrevistas ocasionais, proferidas por autoridades ou visitantes ilustres estrangeiros, que serão, sempre que possível, seguidas da respectiva tradução.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1966 (nº 3.504-B, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis (ns. 406 e 401, de 1963) das Comissões — de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

O projeto foi aprovado e irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 1966

(Nº 3.504-B-66, na Casa de origem)

Cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criada, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia.

Art. 2.º Ficam ratificados os atos praticados no Curso de Biblioteconomia criado, em 1950, por iniciativa do Instituto Nacional do Livro e atualmente mantido pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Art. 3.º O acervo do Curso de Biblioteconomia passa a integrar o patrimônio da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, devendo o Instituto Nacional do Livro promover a respectiva transferência.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 14:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1966 (nº 3.525-A de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal, tendo Parecer, sob 405, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça favorável ao substitutivo da Comissão Mista do Congresso Nacional.

Há sobre a mesa requerimento de nova audiência da Comissão, Mista, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 180, de 1966

Com fundamento no art. 271, alínea "a" do Regimento Interno, requiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1966, seja retirado da Ordem do Dia, por 24 horas, para reexame do substitutivo, pela Comissão Mista incumbida do estudo da matéria.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1966. — Manoel Villaga, Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, a matéria sai da Ordem do Dia para a audiência solicitada.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 167, de 1966, em que o Senhor Senador Bezerra Neto solicita informações, a serem prestadas pelo Conselho Monetário Nacional, através do Ministro da Fazenda, sobre instituições financeiras mencionadas nos artigos 17 e 18 da Lei número 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, serão pedidas as informações nele objetivadas, devendo ser consignado no ofício o fato de haver a matéria sido aprovada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 17:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 168, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Bezerra Neto solicita informações a serem prestadas pelo Banco Central da República, através do Ministro da Fazenda sobre instituições financeiras reguladas pelos artigos 17 e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Serão solicitadas as informações nele objetivadas.

O SR. PRESIDENTE

(Nogueira da Gama)

Passa-se à matéria que exige votação secreta.

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 18, de 1963 (nº 3.819-B de 1932 na Casa de origem), que cria três Juntas de Conciliação e Julgamento da 2.ª Região da Justiça do Trabalho, com sedes nas Comarcas que especifica, tendo Pareceres (ns. 1.405 a 1.408, de 1955, 372 a 375, de 1966) Sobre o Projeto: da Comissão de Constituição e Justiça; 1.º pronunciamento — pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, com voto em separado do Senhor Senador Eurico Rezende; 2.º pronunciamento — pela constitucionalidade do Substitutivo da Comissão de Legislação Social; — da Comissão de Legislação Social, pela aprovação, nos termos de substitutivo que apresenta; — da Comissão de Serviço Público Civil, pela aprovação do projeto, com a alteração que sugere no artigo 2.º e rejeição do substitutivo da Comissão de Legislação Social; e — da Comissão de Finanças, pela aprovação do Projeto, com a alteração sugerida pela Comissão de Serviço Público Civil, e rejeição do substitutivo da CSPC. Sobre as emendas de plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição; — da Comissão de Legislação Social, pela rejeição; — da Comissão de Serviço Público Civil, pela rejeição — da Comissão de Finanças, pela rejeição.

Resumindo: foram apresentados ao projeto dois substitutivos interestais: um, da Comissão de Legislação Social; outro, do Plenário, que é a Emenda nº 2. O substitutivo da Comissão de Legislação Social recebeu pareceres contrários das demais Comissões. O substitutivo do Plenário teve pronunciamento contrário de todas as Comissões. Além disso, há uma Emenda aditiva do Plenário, de nº 1.

A votação da matéria vai ser feita em escrutínio secreto, devendo obedecer à ordem prescrita no Regimento, que dá preferência ao substitutivo da Comissão de Legislação Social. Acontece, entretanto, que há sobre a Mesa requerimento de preferência, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 181, de 1966

Nos termos dos artigos 212, letra p, e 309, nº I, do Regimento Interno, requiro preferência para o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1963, a fim de ser submetido à aprovação do Plenário antes dos respectivos substitutivos.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1966. — Gay da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento foi aprovado e, assim, concedida a preferência para o projeto.

Em votação o projeto, em escrutínio secreto pelo processo eletrônico, com a ressalva constante do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que lhe aronhou um parecer equivocado, e sem prejuízo da Emenda nº 1 do Plenário.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa)

Votaram "Sim", 28 Srs. Senadores; votaram "Não", 3 Srs. Senadores. Houve 3 abstenções.

O projeto foi aprovado.

Ficam, assim, prejudicados os substitutivos.

2 o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
N.º 18, DE 1963

(N.º 3.819-B-62, na Câmara)

Cria três Juntas de Conciliação e Julgamento na Segunda Região da Justiça do Trabalho, com sedes nas Comarcas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São criadas, na 2.ª Região da Justiça do Trabalho, três (3) Juntas de Conciliação e Julgamento com sedes, respectivamente, nas Comarcas de Franca, Estado de São Paulo, Paranaguá e União de Vitória, Estado do Paraná.

Art. 2.º Ficam criados três (3) cargos de Juiz do Trabalho — Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, três (3) de suplentes de Juiz do Trabalho — Presidente de Junta, e seis (6) funções de Vogais, sendo três (3) para a representação de empregados e três (3) de empregadores.

Parágrafo único — Haverá um suplente para cada Vocal.

Art. 3.º Os vencimentos dos cargos e as gratificações das funções de que trata esta Lei serão os fixados aos cargos e funções correspondentes da mesma Região.

Art. 4.º Os mandatos dos vogais das Juntas ora criadas terminarão simultaneamente com os dois titulares das em funcionamento nos Estados de São Paulo e Paraná.

Art. 5.º Ficam criados, no no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, para lotação nas Juntas mencionadas no art. 1.º, os cargos constantes da Tabela anexa.

Art. 6.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região promoverá a instalação das Juntas bem como as outras medidas decorrentes desta Lei.

Art. 7.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região — o crédito especial necessário à execução desta Lei, até o limite de Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros).

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA A QUE SE REFERE
O ART. 5.º

Justiça do Trabalho
Segunda Região

Juntas de Conciliação e Julgamento de Franca, Estado de São Paulo, Paranaguá e União da Vitória, no Estado do Paraná.

Tabela do Pessoal

N.º de cargos	Especif. de cargos	Níveis
3	Chefes de Secret.	PJ-2
3	Of. de Justiça ...	PJ-9
3	Aux. Judiciários ...	PJ-9
3	Porteiros de Aud. ...	PJ-9
3	Serventes ...	PJ-14

O SR. PRESIDENTE:

(*Noqueira da Gama*) — Passa-se à votação da Emenda n.º 1, de Plenário, que tem parecer contrário de todas as Comissões.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Val-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram "Sim", 4 Srs. Senadores; votaram "Não", 29 Srs. Senadores. Houve uma abstenção.

A emenda foi rejeitada. A matéria vai à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA

Acrescente-se, onde couber:

"Art. — São também criadas Juntas de Conciliação e Julgamento nas localidades de Vitória, Colatina, Barra do São Francisco, Santa Teresa e Guacuí, no Estado do Espírito Santo."

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(*Noqueira da Gama*) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(*Pela ordem*) — Sr. Presidente V. Exa. tinha anunciado, por ocasião da votação do Item n.º 1 da Ordem do Dia, que havia uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça, não sei se de redação. Penso que V. Exa. não a submeteu a votos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Noqueira da Gama*) — O projeto foi submetido a votos com a ressalva criada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça e que se referia a pequeno engano de ordem material no texto da matéria. O projeto foi submetido a votos com essa ressalva.

Não havia propriamente uma emenda. A emenda era do Plenário. Tinha-se de corrigir a expressão "suplente de Juiz do Trabalho", que foi aplicada imprópriamente e a Comissão de Constituição e Justiça fez a retificação empregando a expressão exata: "Juiz do Trabalho Substituto".

Foi a ressalva com a qual se votou o projeto.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(*Noqueira da Gama*) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 92, de 1964 (n.º 3.000-B, de 1961 na Casa de origem) que reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências, tendo pareceres (ns. 417 a 419, de 1965 e 383 a 386, de 1966) das Comissões: Sobre o Projeto: — de Educação e Cultura, favorável, com emendas que oferece, sob ns. 1-CEC a 6-CEC; — de Serviço Público Civil, favorável com a emenda que oferece, sob número 7-CSP; — de Finanças, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão de Educação e Cultura e oferecendo subemenda à emenda n.º 7-CSP. Sobre a emenda: (de plenário n.º 8) — de Educação e Cultura, favorável, apresentando subemenda à emenda n.º 8; — de Constituição e Justiça: — de Serviço Público Civil favorável; — de Finanças, favorável.

Votação secreta, pelo processo eletrônico.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa).

Val-se proceder à apuração. — (Pausa).

Votaram "sim" 24 Senhores Senadores e "não" 8. Houve duas abstenções.

Como o painel não anunciou o resultado, convidou os Srs. Senadores Lino de Mattos e Pedro Ludovico para conferirem os resultados da máquina

que se acha junto à Mesa, servindo como escrutinadores. (Pausa).

O projeto foi aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
N.º 92, DE 1964

(N.º 3.000-B, DE 1961, NA ORIGEM)

Reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Dos Sociólogos

CAPÍTULO I

Da profissão de Sociólogo

Art. 1.º A designação profissional de sociólogo pasas a ser privativa:

a) dos bachareis em Sociologia e Política, diplomados pelas Escolas de Sociologia e Política do Brasil, oficiais ou reconhecidas;

b) dos diplomados em Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia das Universidades Federais ou equiparadas;

c) dos diplomados no Brasil em outros cursos legalmente equiparados aos casos previstos nos itens a e b;

d) dos que houverem feito cursos similares no estrangeiro, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

e) dos que, exercendo funções definidas como privativas dos sociólogos tenham adquirido, em face da lei, estabilidade nas respectivas funções e se registrem nesta categoria profissional, na forma que a lei estabelece.

Art. 2.º Os sociólogos de que trata o artigo anterior, só poderão exercer a profissão após registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO II

Do campo profissional

Art. 3.º Constituem atividades a serem exercidas privativamente, pelos sociólogos, as seguintes:

1. Projetar, dirigir e efetuar pesquisas sociais promovidas por entidades privadas ou públicas, ressalvadas as que correspondam à área própria das demais ciências sociais;

2. Ensinar em Escolas de Sociologia e Política, nos Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia e nos demais estabelecimentos onde se ministrem cursos em cujo currículo constem a disciplina Sociologia e as conexas.

Parágrafo único. O ensino privativo referido neste artigo, limita-se às disciplinas incluídas, exclusivamente nos currículos das Escolas de Sociologia e Política e dos Cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia ou dos que lhes sejam legalmente equiparados.

Art. 4.º Compreendem-se, também entre atividades a serem exercidas por sociólogos, as que seguem:

1. Participar na elaboração e execução dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento;

2. Assessorar empresas de economia mista, de economia privada, associações de classe, entidades autárquicas ou órgãos de poder público, relativamente a problemas sociais.

§ 1.º Fica criado, no quadro de funcionalismo federal, a função de sociólogo, com os mesmos direitos e vantagens das demais funções de nível técnico.

§ 2.º Os organismos públicos, as empresas de economia mista e as entidades privadas que realizem estudos de caráter econômico-social visando a intervir na realidade do País ou de regiões deste, manterão, em caráter

permanente ou enquanto durar a investigação, em suas equipes especializadas, um ou mais sociólogos legalmente habilitados.

CAPÍTULO III

Art. 5.º As atividades do Sociólogo podem ser autônomas ou na dependência de um contratante, respeitadas sempre as normas éticas e técnicas características da profissão.

Art. 6.º Poder-se-ão, ainda, exercer em grupo as atividades profissionais do sociólogo, admitindo-se a constituição de empresas destinadas à prestação de serviços previstos nesta lei desde que haja Sociólogo responsável e que não se cometam atividades privativas dos Sociólogos a pessoas não habilitadas.

TÍTULO II

Da fiscalização da profissão
CAPÍTULO I

Art. 7.º A fiscalização de exercício profissional será feita pelo Ministério do Trabalho, através das delegacias regionais.

Parágrafo único. Aos delegados regionais do trabalho, compete impor penalidade aos infratores da presente lei, exceto no que respeita às pessoas de direito público, às quais se aplicará a legislação vigente.

Art. 8.º A fiscalização do disposto no art. 3.º, item 2, ficará a cargo do Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO II

Das penalidades

Art. 9.º Não se reconhecerá validade jurídica a qualquer documento elaborado com desrespeito às normas desta lei.

Art. 10.º Ao Sociólogo que infringir ou favorecer a infração dos dispositivos desta lei, aplicar-se-á pena de suspensão de exercício profissional, cuja duração poderá variar de um a seis meses.

Art. 11.º As pessoas físicas e jurídicas que agirem ou em desacordo com o aqui disposto, aplicar-se-á pena de multa, que variará de Cr\$ 5.000 a Cr\$ 50.000. Qualquer interessado poderá promover a responsabilidade do faltoso, sendo a este facultada ampla defesa.

Art. 12.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(*Noqueira da Gama*) — Passa-se à votação das emendas de ns. 1 a 6 da Comissão de Educação e Cultura, todas com parecer favorável.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa).

Passa-se à apuração. (Pausa).

Votaram apenas 33 Srs. Senadores. Não há quorum. Vai-se proceder à chamada para verificação de presença.

O 1.º Secretário fará a chamada de Norte para Sul.

Procede-se à chamada.

RESPONDEM A CHAMADA OS SEQUINTE SRS. SENADORES:

José Guilomard.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Manoel Vilaca.
Ruy Carneiro.
Domício Gonçalves.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
José Ermirio.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.

100,7.2

Votaram sim", 5 Srs. Senadores; votaram não", 23 Srs. Senadores. Houve 4 abstenções.

A subemenda foi rejeitada.

E' a seguinte a subemenda rejeitada:

SUBMENDA À EMENDA Nº 1-CSN

Transforme-se o parágrafo único do art. 1º em § 1º, o art. 3º em artigo 2º e o art. 2º em § 2º do artigo 1º, dando-se a este a seguinte redação:

"§ 2: — O disposto neste artigo, igualmente aplicável à Polícia do Distrito Federal, alcança a situação dos militares já falecidos, sendo que as vantagens financeiras só serão devidas aos seus beneficiários a partir da vigência desta Lei."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação da Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Nacional, ressalvada a Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça a essa emenda.

Devo explicar aos Srs. Senadores que, no seu primeiro parecer, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela constitucionalidade do projeto, favorável à Emenda número 1, da Comissão de Segurança Nacional, com a Subemenda que ofereceu.

Vai-se votar, agora, a Emenda número 1, da Comissão de Segurança Nacional, ressalvada a Subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram sim, 24 Srs. Senadores; votaram não, 6 Srs. Senadores. Não há quorum.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à chamada para verificação de presença.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA OS SEGUINTESENADORES:

José Guimard.
Vivaldo Lima.
Edrundo Levi.
Cattete Pinheiro.
Eugênio Barros.
Victorino Freire.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Manoel Vilça.
Ruy Carneiro.
Domicio Gondin.
Barros Carvalho.
Pessoa de Queiroz.
José Ermirio.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Jefferson de Aguiar.
Raul Giuberti.
Aarão Steinbruch.
Gouveia Vieira.
Gilberto Marinho.
Milton Campos.
Nogueira da Gama.
Lino de Mattos.
Pedro Ludovico.
Bezerra Neto.
Antônio Carlos.
Atílio Fontana.
Guido Mondim.
Daniel Krieger.
Gay da FONSECA (34).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Responde-se à chamada 34 Srs. Senadores.

Vai-se repetir a votação da Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Nacional, ressalvada a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram sim 25 Srs. Senadores; votaram não 7 Senhores Senadores. Houve 2 abstenções.

Foi aprovada a emenda.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1 — C.S.N.

Transforme-se o parágrafo único em § 1º, o art. 3º em art. 2º e o artigo 2º em § 2º, dando-se a este a seguinte redação:

"§ 2 O disposto neste artigo abrange a situação dos militares já falecidos, sendo que as vantagens financeiras só serão devidas aos seus beneficiários a partir da vigência desta Lei".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Devo esclarecer que a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Nacional acaba de ser aprovada, com a ressalva formulada pela Comissão de Constituição e Justiça, que sugeriu, em vez do vocábulo *abrange*, se entendesse *alcançar*. E' mera correção, de ordem material, do texto.

(Pausa.)

Passa-se à votação da Emenda nº 2 de Plenário. Tem pareceres contrários.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Pausa.)

Vai-se proceder à contagem.

(Pausa.)

Votaram Sim 11 Srs. Senadores; votaram Não 26 Senhores Senadores. Houve 3 abstenções.

A emenda foi rejeitada.

A matéria irá à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda rejeitada

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. Os militares atingidos pela revogação da Lei nº 388, de 18 de setembro de 1948, serão promovidos ao posto imediato, desde que tenham ou venham a ter quinze anos de oficial até trinta de agosto de 1965".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 6:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 313, de 1965 (nº 4.689-B, de 1962, na Casa de origem), que concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília, o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), tendo Pareceres favoráveis (sob ns. 292, a 294, de 1966) das Comissões: de Constituição e Justiça; do Distrito Federal e de Finanças.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação.

(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração.

(Pausa.)

Votaram Sim 23 Srs. Senadores, Não, 7 Srs. Senadores.

Houve 5 abstenções.

Aprovado o projeto. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 313, DE 1965

(Nº 4.689-B-62, na Casa de origem).
Concede à empresa TV Rádio Nacional de Brasília o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedido à empresa TV Rádio Nacional de Brasília, o auxílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), destinados a correr às despesas de qualquer natureza, inclusive com a ampliação das suas instalações.

Art. 2º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), para atender à concessão do auxílio a que se refere o artigo precedente.

Art. 3º O crédito em apêço, uma vez registrado pelo Tribunal de Contas, será distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional e creditado, no Banco do Brasil S.A., em Brasília, à disposição da TV Rádio Nacional de Brasília.

Art. 4º A TV Rádio Nacional de Brasília comprovará ao Tribunal de Contas, através do Ministério da Fazenda, a aplicação dada ao auxílio de que trata esta Lei.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 24, de 1966 (nº 491-B, de 1963, na Casa de origem), que concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães, tendo Parecer favorável, sob nº 267, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

Projeto de Lei da Câmara número Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação.

(Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração.

(Pausa.)

Votaram Sim, 19 Srs. Senadores; votaram Não, 8 Srs. Senadores; houve 10 abstenções.

O projeto foi aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1966

(Nº 491-B-63, na Casa de origem).
Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para um automóvel doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, da taxa de despacho aduaneiro e de emolumentos consulares para um automóvel Mercedes-Benz doado a Mauro Ramos de Oliveira por cidadãos alemães.

Parágrafo único. O automóvel a que se refere este artigo só poderá ser objeto de transação comercial, decorrido o prazo mínimo de 2 (dois) anos, a contar da data da liberação, mediante pagamento de todos os impostos e taxas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 27, de 1966 (nº 2.95-B, de 1961 na Casa de origem), que concede isenção de direitos, imposto de consumo, taxas aduaneiras, exclusão de previdência social, para importação de um altar de madeira e dois sinos de bronze, doados pelo Japão ao Templo Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo, tendo Parecer favorável, sob nº 379, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão.

(Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar discuti-lo, irei declarar encerrada a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Votaram "Sim" 22 Srs. Senadores; votaram "Não" 4 Srs. Senadores; houve 8 abstenções.

O projeto foi aprovado e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1966

(Nº 2.951-B-65, na Casa de origem)

Concede isenção de direitos, imposto de consumo, taxas aduaneiras, exclusão de previdência social, para a importação de um altar de madeira e dois sinos de bronze, doados pelo Japão ao Templo Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida isenção de direitos, imposto de consumo, taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação, do Japão, de um altar de madeira e dois sinos de bronze, num total de 9 (nove) volumes, doados pelo Templo Higashi Hongwanji, com sede em Kyoto, ao Templo de Hongwanji da América do Sul, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cursino nº 761, nos termos da Licença de Importação sem Cobertura Cambial ns. 18-65/2418-108 e 18-65/2418-109, de 21 de janeiro de 1965, pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., seção de São Paulo, visada pelo Consulado-Geral do Brasil em Kobe, sob nº 1.029, de 14 de maio de 1965, e embarcados no navio "Argentina Maru", nessa última cidade, em 29 de abril de 1965, com destino ao porto de Santos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Item 9.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1966 (nº 2.649-C, de 1966 na Casa de origem) que cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 380 e 381, de 1966 das Comissões de Serviço Público Civil, pela aprovação com emenda que apresenta: sob nº 1-CSPC: — Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, dou como encerrada a discussão.

Vai se passar à votação do projeto, sem prejuízo da emenda, em escru-

Mais secreto, pelo processo eletrônico.
Em votação. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)
Votaram "Sim" 22 Srs. Senadores;
votaram "Não" 9 Srs. Senadores;
houve 5 abstenções.
O projeto foi aprovado, sem prejuízo da emenda.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 33, DE 1966

(Nº 2.649-B-61, na Casa de origem)

Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento, em Santo André, Estado de São Paulo, e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criada, na 2ª Região da Justiça do Trabalho, mais uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2º Ficam criados um cargo de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta, um de suplente de Juiz do Trabalho e duas funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a representação de empregadores, com o intuito de atender ao disposto no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Vogal.

Art. 3º Os mandatos dos vogais da Junta ora criada terminarão simultaneamente com os dos titulares das atualmente em funcionamento no respectivo Estado.

Art. 4º O Presidente do Tribunal Regional promoverá a instalação da Junta ora criada, bem como as outras medidas decorrentes da presente lei.

Art. 5º Os vencimentos dos cargos e as gratificações das funções de que trata esta Lei serão os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, para as sedes das 1ª e 2ª Regiões.

Art. 6º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito especial necessário à execução desta Lei, até o limite de Cr\$ 2.766.904 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil e novecentos e quatro cruzeiros).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se ao item 10 da Ordem do Dia.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se votar a emenda do projeto anterior de nº 1, da Comissão de Serviço Público Civil.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente, V. Exa. já retificou sua declaração anterior. Já justamente suscitar questão de ordem para que houvesse votação da Emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Agradeço a intervenção oportuna de V. Exa. Vai-se proceder à votação da Emenda nº 1, da Comissão de Serviço Público Civil.

A votação deve ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)
Votaram "Sim" 24 Senadores e 7 "Não".

Houve 7 abstenções.

A emenda foi aprovada.

A matéria à vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1 — CSPC

Ao art. 5º

Acrescente-se ao art. 5º, in fine, o seguinte:

"com as modificações estabelecidas em leis posteriores."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1966 (nº 3.902-B, de 1962 na Casa de origem) que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios, tendo Parecer favorável, sob número 264, de 1966 da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação, por escrutínio secreto. Os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)

Votaram "Sim" 27 Senhores Senadores. 7 Senhores Senadores votaram "Não". Houve três abstenções. O Projeto foi aprovado. Irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 38, DE 1966

(Nº 3.902-B-62, na Casa de origem)

Concede isenções dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Igreja Memorial Batista de Brasília, para importar um órgão elétrico e acessórios, doados pela Foreign Mission Board of the Southern Baptist Convention, de Richmond, Virginia, Estados Unidos da América.

Art. 2º Os bens doados obedecem à seguinte especificação: um órgão marca "Hammond", tipo "Concerto", modelo RT-3; uma banqueta da mesma marca e tipo; um conjunto de pedais, idem; dois alto-falantes, marca "Hammond", modelo ER-10; constituindo 5 (cinco) volumes de 3,86m3 (três virgula oitenta e seis metros cúbicos), com 545 (quinhentos e quarenta e seis) quilos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Discussão, em turno único, do Projeto (Nogueira da Gama) Item 11:

de Lei da Câmara nº 40, de 1966 (nº 4.016-B de 1962 na Casa de origem), que altera a Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção do imposto de importação e outros tributos para donativos consignados à Confederação Evangélica do Brasil, tendo Parecer favorável, sob número 323 de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação, por escrutínio secreto. Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Vai-se proceder à contagem. (Pausa.)
Votaram "Sim" 27 Srs. Senadores; "Não", 8 Srs. Senadores. Houve quatro abstenções.

O projeto foi aprovado. Vai à Sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 40, DE 1966

(Nº 4.016-B-62, na Casa de Origem)

Altera a Lei nº 3.931, de 3 de agosto de 1961, que concede isenção do imposto de importação e outros tributos para donativos consignados à Confederação Evangélica do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazenagens e capacidades para os donativos até o limite de 50 (cinquenta mil) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, artigos de higiene e material escolar, remetidos, até 1970, inclusive, pela Church World Service e Lutheran World Relief, Inc. (L.W.R.), dos Estados Unidos, Lutheran World Relief Inc. do Canadá, Hilfswerk — Inner Mission, da Alemanha Ocidental, Lutherhjälpen e Vastkustens Efterkrigshjälp, da Suécia, e Kirkens Nodhjälp, da Noruega, à Confederação Evangélica do Brasil para sua distribuição gratuita, através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 13:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1966 (nº 3.228-B de 1961 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), destinado à suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana, tendo Parecer favorável, sob o nº 411, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação será feita em escrutínio secreto.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Procede-se à votação.

Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)
Votaram "Sim" 25 Senadores e 4 "Não". Houve 5 abstenções.

O projeto foi aprovado. Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 69, DE 1966

(Nº 3.228-B-60, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir através do Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), destinado à suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito es-

pecial de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros), destinado à suplementação do auxílio federal concedido à Companhia de Navegação Bahiana, para cobertura do déficit do exercício de 1960.

Art. 2º O crédito especial de que trata esta Lei será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 15.

Discurso, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1966 (nº 3.497-B de 1963, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto; e da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público, tendo Parecer favorável, sob nº 404, de 1966 da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

A votação será feita por escrutínio secreto.

Em votação. (Pausa.)
(Procede-se à votação)

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)
Votaram "Sim" 25 Srs. Senadores, e "Não", 5. Houve 5 abstenções. O projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA
Nº 85, DE 1966

Isenta de tributos alfandegários material hospitalar destinado ao Hospital Miguel Couto; e, da taxa de despacho aduaneiro, materiais para obras de interesse público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida a isenção de impostos e taxas alfandegárias para o material hospitalar importado pela, então Prefeitura do Distrito Federal para o Hospital Miguel Couto, despendido sob a garantia de termo de responsabilidade.

Art. 2º É concedida isenção da taxa de despacho aduaneiro, prevista no art. 66 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, para os ônibus elétricos, peças sobressalentes e substâncias constantes das Licenças DG-58/4954-5029, DG-58/4955-5030, DG-58/4956-5031, DG-58/4957-5032, DG-58/4958-5033, DG-58/4959-5034 e DG-58/4960-5035; para os materiais destinados à adutora do Guandu constantes das Licenças ns. DG-62/3908-4013, DG-63/3909-4050, DG-63/4291-4049, DG-64/3383-3112 e DG-64/3475-3259; e Certificado de Cobertura Cambial nº 61/4676 N; e para quatro centrais termoeletricas constantes da Licença nº DG-63/4532-4752, materiais esses importados pelo Governo do Estado da Guanabara e já despendidos mediante assinatura de termo de responsabilidade.

Art. 3º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação do Requerimento nº 179, lido na hora do Expediente, pelo qual o Sr. Senador Wilson Gonçalves e outros pedem urgência para o projeto que institui o novo Código Nacional de Trânsito (Projeto nº 238-85).

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

O requerimento foi aprovado e, em consequência, passa-se imediatamente ao exame do projeto cuja urgência foi solicitada.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, pela ordem o Sr. Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como se trata de projeto de importância, seria conveniente que V. Exa. fizesse soar as campainhas a fim de evitar qualquer surpresa quanto ao resultado da votação que já foi anunciado.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. Senador Josaphat Marinho será atendido logo após o projeto ser anunciado pela Mesa e no momento oportuno da votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Nogueira da Gama).

Passa-se à votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1965, que institui o Código Nacional do Trânsito, em regime de urgência, nos termos do Art. 326, nº 5-b, do Regimento Interno.

O projeto tem parecer da Comissão de Transporte e Comunicações e Obras Públicas, favorável, com as emendas que oferece, de ns. 1 a 2; da Comissão de Relações Exteriores, favorável, com as emendas ns. 1 e 2; da Comissão de Finanças, em dois pronunciamentos, o primeiro favorável e o segundo oferecendo substitutivo, e da Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Finanças.

O projeto depende de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas de Plenário.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou o seu parecer, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Parecer nº 428, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas oferecidas em plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1965 (nº 2.259-C-60 — Câmara), que institui o Código Nacional de Trânsito.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1. O projeto de lei nº 238, de 1965, na Câmara dos Deputados — número 2.259-C-60, — que institui o Código Nacional do Trânsito, apresentou-se no plenário do Senado como um substitutivo elaborado pelo eminente relator, Senador Pessoa de Queiroz, após reexame da matéria pela Comissão de Finanças. O projeto originara-se de mensagem presidencial de 26 de agosto de 1963, por sua vez convertido em substituto da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que foi o remetido à Câmara Alta.

2. No plenário desta Casa, na apreciação do substitutivo da Comissão de Finanças, foram oferecidas vinte e sete emendas, que como relator da Comissão de Constituição e Justiça se passa a relatar.

Crítério face a um Código

3. Na apreciação das emendas é claro que devemos levar em apreço o fato de que aprovado o substitutivo há a unidade de um código a preservar,

as emendas merecem abrigo até quando não afetem a homogeneidade do estatuto aprovado. Defender a sistemática adotada no projeto constitui atribuições regimentais desta Comissão.

As Emendas

4. Emenda nº 1 — Do Senador Lino de Matos.

Manda que seja acrescentado ao artigo 2º, o parágrafo seguinte: "A competência de que trata este artigo é deferida aos Municípios, quando estes contarem com população superior a 1.000.000 de habitantes, sendo-lhes facultado celebrar convênio com o Estado respectivo para a execução da presente lei".

E manda acrescentar ao artigo 108, os parágrafos 3º e 4º, aquele prevendo para os municípios com população superior a criação de um Conselho Municipal de Trânsito — COMUTRAN — com a mesma competência dos Conselhos Estaduais de Trânsito, no que lhes for aplicável, e o último prevê a indicação do representante referido na letra c de um especialista em trânsito indicado pela Sociedade Amigos da Cidade.

Os dispositivos enumerados pela emenda não são os do Substitutivo aprovado, e, sim, os do projeto vindo da Câmara. Não obstante, entendemos que os objetivos da emenda nº 1 estão atendidos no art. 10, §§ 3º e 4º do Substitutivo do Senado, que tratam da criação do COMUTRAN, sua constituição e jurisdição igual a dos Conselhos Estaduais.

Pela rejeição.

Emenda nº 2 — Senador Lino de Matos:

Subordina o Conselho Nacional de Trânsito Rodoviário ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para o que oferece nova redação ao art. 4º. Ocorre que o sistema adotado no projeto do Senado é o de subordinar diretamente o Conselho ao Ministério da Justiça (art. 6º), que passa a ser instância dos recursos finais (art. 8º). Teríamos que, aceitando a emenda, alterar vários dispositivos do projeto.

Pela rejeição.

Emenda nº 3 — Senador Lino de Matos.

Na composição do COMUTRAN manda acrescentar: "(i) um representante do Touring Club do Brasil".

Pelo substitutivo é facultada a criação de Conselho Municipal de Trânsito em municípios cuja população seja superior a 200.000 habitantes. O projeto não inclui elemento do Touring Club na composição. Entendemos que não funcione a entidade em todos esses municípios.

Convertemos a emenda na seguinte

Subemenda nº 1-CCJ

Art. 6º
§ 3º

h) um representante do Touring Club do Brasil, se a entidade tiver funcionamento e instalações no município.

Emenda nº 4 — Senador Lino de Matos:

No item VIII que reza "permitir estacionamentos especiais devidamente justificados", a emenda amplia prevendo estacionamentos especiais, principalmente a veículos usados por autoridades identificadas como membros do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios.

Essa ampliação, ao mesmo tempo discriminatória, constando do Código, dificulta sua aplicação. Melhor confiar na destinação dos estacionamentos como matéria regulamentar.

Pela rejeição, pois a emenda é atendida na forma do item VIII, do artigo 17, do Substitutivo.

Emenda nº 5 — Senador Lino de Matos:

Advoga a inclusão do item IX: "Manter, nos estabelecimentos privados para veículos de entidades públicas, civis e militares, lugares reservados para veículos de parlamentares". Isto se contém na matéria a ser regulamentada do art. 17, VIII, do projeto, e não é possível generalizadamente incluir todos os veículos de propriedade de parlamentares nos estabelecimentos privados.

Pela rejeição.

Emenda nº 6 — Senador Aarão Steinbrück:

Propõe ao art. 18 este parágrafo terceiro: "Aos organizadores e participantes não será atribuída responsabilidade criminal por acidentes verificados durante ensaios e competições desportivas automobilísticas realizadas sob estrita observância da lei regulamentar em vigor".

Entendemos desnecessária a emenda. Se houve "estrita observância da lei e regulamentos em vigor" na competição dificilmente há responsabilidade criminal a apurar. Ademais, quanto aos organizadores não vemos como a responsabilidade penal possa ser transferida no caso de acidente.

Além do mais a preocupação revelada na emenda é bem tratada no Capítulo X da proposição da Comissão Finanças.

Pela rejeição.

Emendas ns. 7 e 8 — Do Senador Filinto Muller:

Restabelecem as prerrogativas do Touring Club do Brasil sobre permissão internacional para conduzir, Certificado Internacional de Circulação e Caderneta de Passagem.

As emendas foram feitas com base no projeto, e coincidem com a emenda nº 20, do Senador Gilberto Marinho, já com propósito conciliador ao sistema do substitutivo e aos merecimentos do Touring Club do Brasil.

Oferecemos subemenda à de número 20, na qual procuramos a forma que dê o alcance nela previsto e nas emendas 7 e 8.

Assim, consideramos estas prejudicadas.

Emenda nº 9 — Senador Filinto Muller:

Atendida pela nova redação do artigo 26 e o processo firmado em seu parágrafo único, do substitutivo. Prejudicada.

Emenda nº 10 — Senador Vitorino Freire:

Obriga aos veículos de transportes de carga ou coletivos de passageiros, quando solicitados, a condução de mala postal, até 20 quilos. Para isso propõe parágrafo único ao artigo 42.

Consideramos que a matéria é própria à legislação dos serviços postais, e não de um Código de Trânsito.

Pela rejeição.

Emenda nº 11 — Senador Aarão Steinbrück:

Acrescenta o seguinte parágrafo ao art. 49: "As operações de compra e venda de automóveis, veículos automotores de carga e coletivos de passageiros, processar-se-ão na forma que o Conselho Nacional de Trânsito estabelecer".

Os propósitos padronizadores desta emenda estão contemplados nos arts. 53 a 57 e 60 do Substitutivo do Senado.

Assim a consideramos prejudicada.

Emenda nº 12 — Senador Sebastião Archer:

Propõe este parágrafo único ao art. 59: "Tratando-se de condutores da categoria profissional, exigir-se-á também a prova de quitação das contribuições para com a Previdência

Social, relativamente ao último mês vencido".

A emenda oferece mais um instrumento de garantia a créditos da Previdência Social, mas ela se torna, sem intenção da eminente autoria, em um meio de dificuldade ao trabalhador, ao motorista. Muitas vezes este empregado não está em dia com a Previdência Social por culpa de seu empregador, que não recolhe a prestação descontada. Não é justo que se exija, ao operário, apresente sempre consigo o recibo do pagamento do último mês vencido.

Pela rejeição.

Emenda nº 13 — Senador Jefferson do Aguiar:

Substitui a redação do art. 80 do Substitutivo.

Acrescenta à letra c "atestado de saúde", na licença para que menores de 18 anos e maiores de 15 anos de idade guiem, a título precário, bicicletas motorizadas, motonetas e similares, equipadas com motor até 50 cilindradas. E mais acauteladora.

Opinamos pela sua aprovação.

Emenda nº 14 — Senador Jefferson do Aguiar:

Ao art. 105, acrescenta: "(h) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (categoria dos trabalhadores em transportes rodoviários)".

E ao art. 108: "(f) um representante dos motoristas profissionais indicado pelas Federações de Trabalhadores em Transportes Rodoviários". Esses objetivos da alteração proposta encontram-se acolhidos nas letras g e h do substitutivo, do art. 6º e emenda nº 12 ao art. 10.

Pela rejeição.

Emenda nº 15 — Senador Guido Mondini:

Esta emenda oferece substituição para mais de trinta dispositivos do projeto e de mais de um capítulo. Trata-se de uma nova proposição. A aceitar-se esta emenda estaria subvertido o sistema adotado na Comissão de Finanças, o qual entendemos bem elaborado e plenamente capaz de acudir aos reclamos do problema.

Pela rejeição.

Emenda nº 16 — Senadores Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca:

Pequena e necessária emenda da redação no § 2º do art. 6º.

Pela aprovação.

Emenda nº 17 — Senadores Gay da Fonseca e Wilson Gonçalves:

Acrescenta a seguinte alínea ao art. 10: "(j) um representante da Confederação Nacional de Transportes (categoria das Empresas de Transportes Rodoviários)".

Trata-se de complementar as componentes do CETRAN, na ordenação adotada pela proposição.

Pela aprovação.

Emenda nº 18 — Senadores Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca:

Ao art. 12 acrescenta o parágrafo único, instituindo interposição de recurso das resoluções do COMUTRAN para o CETRAN, no prazo de trinta dias.

Esse, no sistema do projeto e o completa

Pela aprovação.

Emenda nº 19 — Senadores Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca:

Determina que haja referência à alínea "a", do art. 13, no parágrafo único do art. 15.

E cuidado de redação e mérito da matéria.

Pela aprovação.

Emenda nº 20 — Senador Gilberto Marinho:

Da nova redação ao art. 26, e con-
juga-se aos objetivos do mesmo dis-
positivo e aos das emendas ns. 7 e 8
de autoria do Senador Filinto Mül-
ler.

É esta a redação proposta ao ar-
tigo 26: "Compete aos Departamentos
de Trânsito, às Circunscrições Re-
gionais de Trânsito e ao Touring Club
do Brasil, a expedição da Permissão
Internacional para Conduzir, Certifi-
cado Internacional de Circulação e
Caderneta de Passagem nas Alfân-
degas".

O dispositivo visado pela emenda
preceitua que "competem aos Depar-
tamentos de Trânsito e às Circunscri-
ções Regionais de Trânsito a expedi-
ção da Permissão Internacional para
Conduzir, Certificado Internacional de
Circulação e Caderneta de Passagem
nas Alfândegas, sendo que, nos locais
onde não existirem os referidos ór-
gãos, o Conselho Nacional de Trânsito
poderá atribuir aquela competência a
Confederação Brasileira de Automobi-
lismo, ao Touring Club do Brasil ou
a outra entidade idônea".

Como está redigida, a emenda esta-
belece a competência pura e simples
de mais de uma entidade, sem disci-
plinar, sem determinar as normas de
funcionamento e o exercício.

É certo que o projeto prevê a exe-
cução de um regulamento para sua
execução, e levando isto em conta pro-
porciono a conversão da emenda nº 20
na seguinte:

Subemenda nº 20 — CCJ:

"Art. 26. Compete aos Departa-
mentos de Trânsito, às Circunscrições
Regionais de Trânsito e ao Touring
Club do Brasil, a expedição da Per-
missão Internacional para Conduzir,
Certificado Internacional de Circula-
ção e Caderneta de Passagem nas Al-
fândegas, nos termos do regulamento
que for baixado."

Emenda nº 21 — Senador Ray Car-
neiro:

Manda suprimir no art. 26 do Subs-
titutivo da Comissão de Finanças as
expressões: "sendo que nos locais onde
não existirem os referidos órgãos" e
"ou a outra entidade idônea".

Estas supressões, atendidas, con-
fluirão no texto da emenda nº 20, do
Senador (Gilberto Marinho, com sub-
emenda de nossa autoria.

Prejudicada.

Emenda nº 22 — Senadores Wilson
Gonçalves e Gay da Fonseca:

Ao art. 63, acrescentar a alínea:

"c) Os Estados, Territórios e o Dis-
trito Federal, consignarão em seus
orçamentos anuais as verbas indis-
pensáveis ao cumprimento deste ar-
tigo".

São despesas de emplantamento, que
as entidades oficiais usuárias estão
habilitadas legalmente a custear.

Pela aprovação.

Emenda nº 23 — Senadores Wilson
Gonçalves e Gay da Fonseca:

Emenda de redação, para no § 3º
do art. 79 substituir a expressão "a
autoridade municipal ..." por "a
autoridade local de trânsito".

Pela aprovação.

Emenda nº 24 — Senador Josaphat
Marinho:

Manda suprimir a alínea b do ar-
tigo 20.

Esta alínea, especificando as com-
ponentes da receita do FUNTRAN,
determina a inclusão de dois por-
cento do valor da venda, nas fontes
de produção, dos pneus e câmaras de
ar.

É invasão da competência tributá-
ria privativa dos Estados, no caso dos
impostos sobre vendas e consignações,
e, de acordo com o art. 154, da Constituição,
é fácil encontrar outras fontes de
receita.

Pela aprovação.

Emenda nº 25 — Senador Gilberto
Marinho:

Acrescente-se ao art. 131, in fine,
"e, no que couber, da Confederação de
Automobilismo".

Propõe a emenda que se ajus-
ta melhor a redação do art. 131
na parte final. Retira o dispositivo,
cuja emenda é proposta. "A consor-
ciação adaptada e estabelecimento de
postos de controle desenhados a com-
petição desportiva e automobilística
dependem de autorização do Con-
selho Nacional de Trânsito".

Pela conversão, a emenda nº
25 na Subemenda nº 3-CCJ.

Acrescente-se ao art. 131, in fine:
"ouvida previamente a Confederação
de Automobilismo".

Emenda nº 26 — Senador Aloysio
de Carvalho:

Manda suprimir o art. 135 do subs-
titutivo, que padece de um vício e
condenável voto legislativo: instituir
franquias postais aos órgãos int-gran-
da do projeto em exame.

A emenda manda suprimir a libe-
ralidade programada às custas de um
serviço industrial do Estado.

Pela aprovação.

Emenda nº 27 — Senador Antônio
Carlos:

Propõe a inclusão de um artigo: "A
documentação inicial de propriedade,
caso para o Certificado de Registro
deva ser transcrita no Registro de
Títulos e Documentos, em termos
prescritos pelo Código Civil e de acor-
do com o regulamento deste Código".

Confessa-se o autor entre os que
se preocupam com o índice alarman-
te do roubo de automóveis no Brasil
e as vendas subsequentes dos veículos
roubados.

Nas operações feitas por firmas ins-
critas para a venda de veículos não
vemos necessidade daquelas cautelas,
pois a nota fiscal, a duplicata, a fa-
tura, etc. são documentos hábeis e
controladores da lisura da transa-
ção.

A emenda refere-se ao registro do
documento inicial para a expedição
do Certificado de Registro. Ora quan-
do o veículo é roubado, este certifi-
cado já existe, o atentado se consuma
a despeito dele.

Os arts. 56 e 57 do projeto prevêm
normas acatadoras do Renavam,
em torno do Certificado de Registro,
as mudanças de propriedade, a entra-
da de veículo e sua saída, no territó-
rio nacional a baixa do veículo, etc.

A emenda pode ser aproveitada na
hipótese rara, do Certificado de Re-
gistro ser expedido à vista do do-
cumento não merrantil, isto é, de
transmissão de um particular não co-
mercial, a outro adquirente. Mas
isto, ainda, se faz tendo à vista um
Certificado de Registro, já existente,
ou sua segunda via seu endosso, ou
Certidão no caso de extravio. Outras
vêzes adquire-se a vistoria em leilão
fiscal, judicial, ou venda administra-
tiva.

O roubo do veículo não está condi-
cionado à existência ou não de do-
cumentação e esta pode ser falsifi-
cada com ou sem registro. Ou me-
lhor: o documento falsificado pode
ser muito bem levado a registro de
portão por este Brasil afora, e seu
portador impressionará muito mais
para surpreender o incauto compra-
dor.

A criação do Renavam, a experiên-
cia do seu funcionamento, dará ele-
mentos para se aperfeiçoar o sistema
contra a ilicitude.

Face aos novos dispositivos acate-
ladores do projeto, a emenda não é
de imediato oportunidade.

Pela rejeição.

Para finalizar este parecer da Co-
missão de Constituição e Justiça, ofe-
remos a seguinte quadro-retorno da
aprovação das emendas de plená-
rio:

Emendas aprovadas: 13 — 16 17 —
18 — 19 — 22 — 23 — 24 — 26.
Emendas rejeitadas: 1 — 2 — 4 —
5 — 6 — 10 — 12 — 15 — 27.
Emendas c/subemendas: 3 — 20 —
25.
Emendas prejudicadas: 7 — 8 — 9
— 11 — 21 — 14.

Sala das Comissões, 6 de maio de
1963. — Milton Campos, Presidente
— Bezerra Neto Relator. — Jefferson
de Aguiar. — Josaphat Marinho. —
Adalberto Sena. — Menezes Pimen-
tel.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o
parecer da Comissão de Transporte,
Comunicações e Obras Públicas, e
para isto dou a palavra ao seu rela-
tor, nobre Senador Eugênio Barros.

O SR. EUGENIO BARROS:

(Para emitir parecer) — Sr. Pre-
sidente, examinando as Emendas de
Plenário ao Projeto de Lei da Câmara
nº 238, que institui o novo Código de
Trânsito, damos parecer pela aprova-
ção das Emendas, nos termos do pa-
recer da Comissão de Finanças.

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o
parecer da Comissão de Relações Ex-
teriores, e para isto dou a palavra ao
seu Relator, Sr. Senador José Guio-
nard.

O SR. JOSE' GUIOMARD:

(Para emitir parecer) — Sr. Pre-
sidente, esse Projeto, de nº 238, de 1963,
que é o mesmo de nº 2.259 da Câma-
ra dos Deputados de 1960, é da cate-
goria daqueles que, depois de uma pe-
grinação de anos pelo Congresso, um
bela dia aparecem aqui no Senado. E
em consequência da importância que
tem o assunto, encontram receptivi-
dade para uma urgência — urgentíssi-
ma, e daí esse corre-corre de última
hora.

Não tenho críticas a fazer aos fun-
cionários e à Mesa do Senado, já que
no caso presente o projeto está com
cerca de 6 anos de tramitação. Mas
a Comissão de Relações Exteriores
somente neste momento está rece-
bendo as emendas de Plenário.

Ouvi com atenção os pareceres dos
meus nobres colegas Senadores, Be-
zerra Neto e Eugênio Barros, e sei
que está para ser lido o parecer do
Senador Pessoa de Queiroz.

Devo dizer a V. Ex.ª que tomei co-
nhecimento circunstanciado, não de
emendas — que não era possível, em
tão curto tempo, fazer, honestamente,
uma apreciação sobre elas — mas do
parecer da Comissão de Finanças, que
foi a última a opinar, chegando à
conclusão de que ele é muito naci-
do com o da Comissão de Constitui-
ção e Justiça.

Os nobres colegas Senadores Be-
zerra Neto e Pessoa de Queiroz tiveram
conscienciosamente — e para isso dis-
puseram de algum tempo — uma
análise dessas emendas. Eu prefiro
em consciência — repito — dizer que
melhor será que a Comissão de Re-
lações Exteriores subscreva os pa-
receres dados sobre as emendas pela
Comissão de Finanças. Pelo seguinte:
as emendas não interessam, em aque-
lha, à Comissão de Relações Exte-
riores, a não ser uma ou outra, como
o caso da circulação de veículos de
turismo e de sua entrada neste País.

É um assunto muito controvertido,
muito cheio de fagulhas.
Assim, prefiro, da leitura que fiz do
Parecer da Comissão de Finanças
considerá-lo como o mais adequado.
Em todas as emendas de Plenário
adotamos o parecer da Comissão de
Finanças. Considero, assim, satisfeita
essa obrigação puramente repren-
ta a que estava obrigado, por ter sido

Relator quando o projeto tramitou na
nossa Comissão.

É esse o meu parecer, Sr. Presi-
dente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Solicito o
parecer da Comissão de Finanças.
Tem a palavra o nobre relator, Se-
nador Pessoa de Queiroz.

O SR. PESSOA DE QUEIROZ:

(Para emitir parecer — L.º) Se-
nhor Presidente, passo a relatar as
seguintes emendas:

EMENDA Nº 1

Autor: Sr. Lino de Matos.

A emenda, que visa aos arts. 2º e
10 (equivocadamente) refere o artigo
138, em vez do art. 10, do Substitu-
tivo, pretende, de um lado, registre
o Código que os Municípios poderão
legislar, supletiva ou complementar-
mente, sobre matéria de trânsito, além
do "celebrar convênio com o Estado
respectivo para a execução da pre-
sente lei", e, de outro, a criação de
Conselho Municipal de Trânsito nos
Municípios com mais de 1.000.000 de
habitantes, devendo participar desse
órgão um especialista de trânsito, in-
dicado pela Sociedade Amigos da Ci-
dade.

A Comissão de Constituição e Jus-
tita recomendou-lhe a rejeição.

Somos por, que merece rejeição,
atentas as seguintes e principais ra-
zões:

I — Ao legislador estadual e não
ao federal compete dispor sobre atri-
buição aos Municípios do poder de le-
gislar supletiva ou complementar-
mente em matéria que a Constituição Fe-
deral a eles não reservou.

II — Desnecessária, pelo menos, a
referência, no Código, à faculdade de
os Municípios poderem celebrar con-
vênios com o Estado para a execução
de serviços que caibam a um ou
outro, pois, hoje, livre lhes é fazê-lo.
Inôcuo, portanto, a sugestão contida
na emenda quanto ao particular, o
que basta para lhe recomendar a re-
jeição.

III — No tocante à criação de Con-
selhos Municipais de Trânsito, o
Substitutivo, com melhor critério,
mais amplo, atende aos fins da emen-
da (art. 10, §§ 3º, 4º e 5º).

EMENDA Nº 2

Autor: Sr. Adalberto Sena.

Propugna a modificação do artigo
1º do Projeto da Câmara, atribuindo
ao Conselho Nacional de Trânsito o
nome de Conselho Nacional de Trânsito
Rodoviário, além de o subordinar
"ao Conselho Nacional de Trans-
porte e vinculado ao Ministério da
Viação e Obras Públicas".

Rejeitou-a a Comissão de Consti-
tuição e Justiça, assinando que, se
aceita, importaria a modificação de
vários dispositivos do Projeto ou do
seu Substitutivo.

Também estamos por sua rejeição,
já pela fundamentação do parecer da
Comissão de Constituição e Justiça,
já porque temos como apropriada a
denominação tradicional do órgão má-
ximo da coordenação da política de
trânsito, já porque entendemos corre-
ta a sua vinculação, e direta, ao Mi-
nistério da Justiça e Negócios Inte-
riores, em cuja competência pertence
cabem e se contém as maté-
rias disciplinadas num Código de
Trânsito.

EMENDA Nº 3

Autor: Sr. Lino de Matos.

Propõe se inclua um representante
do Touring Club do Brasil nos Con-
selhos Municipais de Trânsito.

A Comissão de Constituição e Jus-
tita converteu-a na seguinte

Subemenda nº 1 — CCJ

Art. 6º
§ 3º

h) um representante do Touring Club do Brasil, se a entidade tiver funcionamento e instalações no Município.

O Substitutivo, sempre que entendeu útil ao interesse coletivo, apontou entidades privadas idôneas à colaboração responsável na execução dos encargos do trânsito.

Se deixou de sugerir a inclusão de um representante do Touring Club do Brasil nos Conselhos Municipais de Trânsito, foi porque o seu relator apurou que essa eficiente entidade não tem funcionamento regular senão em poucos Estados.

A Comissão de Constituição e Justiça, atiladamente, encontrou forma que, atendendo ao nobre autor da emenda, não propicia desfalque na composição daqueles órgãos, além de servir a incentivar o funcionamento do Touring Club do Brasil nos Municípios onde sejam criados.

Somos, assim, pela aprovação da Subemenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

EMENDA Nº 4

Autor: Sr. Lino de Matos.

Propõe nova redação para o item VIII do art. 14 do Projeto da Câmara (art. 17, VIII, do Substitutivo), a fim de assegurar estacionamentos especiais "a veículos usados por autoridades identificadas como membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios."

Contrariamente à sua aprovação como discriminatória e capaz de dificultar a aplicação do Código, manifestou-se a Comissão de Constituição e Justiça.

A redação cuja alteração se sugere é a seguinte:

"VIII — permitir estacionamentos especiais devidamente justificados"

Na sua singeleza, compreende, por sem dúvida, o objetivo do nobre autor da emenda, sem o realçar, sem lhe dar destaque enojoso da suspeita de outorga de censurável privilégio.

O Substitutivo deixa à autoridade de trânsito liberdade para, criteriosamente, e sempre obséquia ao interesse da coletividade, disciplinar a matéria, atendendo, inclusive, quando se justificar, à preocupação que norteou a emenda.

Pela sua rejeição.

EMENDA Nº 5

Autor: Sr. Lino de Matos.

Defende se adite ao art. 14 do Projeto da Câmara (art. 17 do Substitutivo) o seguinte:

"IX — manter, nos estacionamentos privativos para veículos de entidades públicas, civis e militares, lugares reservados para veículos de parlamentares."

Repeliu-a a Comissão de Constituição e Justiça, entendendo que "não é possível, generalizadamente, incluir todos os veículos de propriedade de parlamentares nos estacionamentos privativos."

O Projeto e o Substitutivo guardaram-se de baixar a particularidades no assunto de estacionamento de veículos, atentos aos fatores que devem informar-lhe a disciplinação, variáveis no tempo e no espaço. Entregaram, confiadamente, a matéria ao regulamento.

A emenda em comento olvida esse cuidado, ou, se nele atendeu, desprezou-o, com o que não estamos.

De outra parte, acolhida a emenda, cujo objetivo encontra ressonância no item VIII do art. 17 do Substitutivo, passaria o novo Código a ostentar disposição de discutível procedência, ademais de servir de lastrear crítica à isenção com que o Congresso Nacional se entregou à elaboração de lei de tamanha importância.

Somos, assim, por sua rejeição.

EMENDA Nº 6

Autor: Sr. Aarão Steinbruch.

Planteia a inclusão de um parágrafo ao art. 18 do Projeto da Câmara (art. 21 do Substitutivo), a fim de assegurar imunidade penal aos organizadores e participantes de "ensaios e competições desportivas automobilísticas realizadas sob estrita observância da lei e regulamentos em vigor."

A douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se por seu não acolhimento.

Igualmente, somos pela sua rejeição, porque, de parte defeito de técnica em sua redação:

I — a matéria tem lugar adequado na legislação penal;

II — quanto poderia pretender o nobre autor da emenda, está contido no art. 19, II, *in fine*, do Código Penal;

III — se a mais do que prevê a nossa lei penal vigente mira o ilustre Senador Aarão Steinbruch, não lhe podemos dar a nossa modesta adesão, pois a violência esportiva, autorizada *pro virtute*, não deve valer um direito de matar ou estropiar o adversário ou o espectador.

EMENDAS Ns. 7, 8, 9, 20 E 21

Autores: Srs. Filinto Müller (7, 8 e 9), Gilberto Marinho (20) e Rui Carneiro (21).

Alvejam, as emendas, disposições contidas no capítulo que cuida da Circulação Internacional de Veículos.

Em resumo, propõem a outorga de poderes ao Touring Club do Brasil e à Confederação Brasileira de Automobilismo para a expedição de documentos exigidos para a circulação internacional, sem os temperamentos com que a tais entidades lhes reconhece o Substitutivo.

A matéria é delicada, e, por sua importância e implicações indistiguíveis, requer trato cauteloso e rigoroso, qual aplicamos em o parecer com que apresentamos o Substitutivo. Ali escrevemos:

"A matéria, por sua importância e implicações, está a exigir rígida disciplina, de modo a impedir-se que, sob a capa de turismo ou da participação de delegações desportivas ou missões oficiais, se abriguem a fraude à lei fiscal e a ameaça à indústria nacional."

É mister proibir que turistas ou estrangeiros com permanência temporária vendam, aberta ou simuladamente, veículos que trazem consigo, em fraude à lei, e prejuízo aos interesses nacionais.

As atribuições de expedir Permissão Internacional para Conduzir, Certificado Internacional de Circulação e Caderneta de Passagem nas Alfândegas devem caber a órgãos públicos, federais ou estaduais. Só excepcionalmente, quando economicamente contraindicado, em dadas épocas e partes do território nacional, poderão ser entregues a entes particulares idôneos. Com este espírito, redigiram-se os artigos 25 e 26, o primeiro dos quais põe nos devidos limites a intervenção das entidades desportivas em matéria de circulação internacional de veículos automotores. Essa intervenção não deve ir além da facilitação, nos termos legais, da entrada e saída dos veículos e material destinados a competições internacionais."

Os conceitos encerrados nas justificações das emendas em discussão, os quais poderíamos ratificar, não nos abalaram a convicção informadora da forma que demos aos dispositivos do capítulo pertinente à circulação internacional de veículos, depois de amavelmente esclarecido dos interesses que o assunto envolve.

Não suspeitamos da seriedade com que atuam aquelas entidades, nem tememos que, de futuro, se dispam dessa seriedade. Tanto assim, que lhes

deferimos, no Substitutivo, muitos e importantes encargos.

Não vemos razão convincente, isso sim, para rebaixar o Poder Público tarefas que deve executar, por todos os títulos, entregando-lhes a execução a entes privados.

Todos os proclamados méritos daquelas entidades não são suficientes a convencer-nos de que a lei lhes deva conferir a realização das graves incumbências de *quo agitur*, concorrentemente com o Estado. Até porque não placaríamos o injusto agravo que, aos órgãos públicos encarregados da execução desses serviços, se aninharia em uma tal linha de raciocínio.

Aceitamos, sim, que elas, como outras igualmente idôneas, possam, facultativamente, ser chamadas pelo Estado a colaborar com ele na prestação desses serviços, onde e quando entenda conveniente essa colaboração.

Admitindo cooperarem com os Poderes Públicos, não admitimos, porém, se discrimine entre elas, para distinguir uma e menosprezar outra ou outras. Propunhamos — e está consignado nos arts. 25 e 26 do Substitutivo — que a todas, desde que idôneas, possa ser atribuída a distinção de colaborar. Assim, não podemos apoiar a Subemenda nº 2 da Comissão de Constituição e Justiça, porque dispensa ao Touring Club do Brasil tratamento recusado à Confederação Brasileira de Automobilismo e conseqüentemente igualmente idôneas, deste modo acolhendo a Emenda nº 20, do ilustrado Senador Gilberto Marinho, mas desprezando as dos ilustres Senadores Filinto Müller e Rui Carneiro, que contemplam a citada Confederação.

Numa transação com os eminentes colegas subscritores das emendas ora comentadas e da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, sem quebra, porém, do rigor de cautela que defendemos para o trato da matéria, propomos-lhes a conversão na seguinte

Subemenda nº 1-CF

"Art. 26. Compete aos Departamentos de Trânsito e às Circunscrições Regionais de Trânsito a expedição da Permissão Internacional para Conduzir, do Certificado Internacional de Circulação e da Caderneta de Passagem nas Alfândegas."

§ 1º O Presidente da República, após audiência do Conselho Nacional de Trânsito, poderá autorizar a Confederação Brasileira de Automobilismo, o Touring Club do Brasil ou outra entidade idônea a expedir a Caderneta de Passagem nas Alfândegas.

§ 2º Os documentos a que se refere este artigo terão validade por um (1) ano, e os emolumentos correspondentes serão fixados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Nacional de Trânsito."

Assim, facultar-se a criteriosa atribuição de competência, a entidades privadas, para a expedição da Caderneta de Passagem nas Alfândegas, e tão-somente, atenta a natureza dela e a posição que lhe assina ato internacional subscrito pelo Brasil.

EMENDA Nº 10

Autor: Sr. Victorino Freire.

Propõe se acrescente ao art. 42 do Projeto da Câmara (art. 45 do Substitutivo) o seguinte:

"Parágrafo único. Os veículos de transporte de carga ou coletivos de passageiros, quando solicitados, são obrigados, sem prejuízo de seus itinerários, a conduzir mala postal do Correio Nacional, cujo peso máximo de 20 (vinte) quilos não será computado nos limites de capacidade de carga fixada no regulamento."

Rejeitou-a a douta Comissão de Constituição e Justiça, por entender

que "a matéria é própria à legislação dos serviços postais".

Embora o seu alto sentido, ressaltado na justificação que a acompanha, afigura-se-nos deva ser rejeitada, pela razão invocada pelo ilustre Senador Bezerra Neto, como relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Aliás, a redação do art. 45 do Substitutivo enseja oportunidade à efetivação do a que mira a emenda.

Pela sua rejeição, pois, o nosso parecer.

Se vier a ser aprovada, deverá ser-o como artigo, a inserir-se no capítulo das disposições gerais e transitórias.

EMENDA Nº 11

Autor: Sr. Aarão Steinbruch.

Advoga que "as operações de compra e venda de automóveis, veículos automotores de carga e coletivos de passageiros, processar-se-ão na forma que o Conselho Nacional de Trânsito estabeleça".

A Comissão de Constituição e Justiça teve-a por prejudicada, em face dos arts. 53 a 57 e 60 do Substitutivo.

O fim visado pelo nobre Senador Aarão Steinbruch já encontra acolhida, ampla, no Substitutivo, através do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).

Assim, louvando-lhe a preocupação, também entendemos prejudicada a emenda.

EMENDA Nº 12

Autor: Sr. Sebastião Archer.

Sugere se adite ao art. 59 (corretamente, 58) do Projeto da Câmara (artigo 53 do Substitutivo) o seguinte:

"Parágrafo único. Tratando-se de condutores de categoria profissional, exigir-se-á também a prova de qualificação das contribuições para com a Previdência Social, relativamente ao último mês vencido".

A ilustrada Comissão de Constituição e Justiça aconselhou-lhe a rejeição.

A exigência contida na emenda já se aprofila nas previstas na legislação previdenciária em vigor.

Assim, opinamos por que se rejeite.

EMENDA Nº 13

Autor: Sr. Jefferson de Aguiar.

A emenda pretende a modificação da redação e conteúdo do art. 80 do Substitutivo.

O confronto dos dois textos, parece-nos, bastará a evidenciar que o Substitutivo deve ser preferido. Eilos:

SUBSTITUTIVO

"Art. 80. Aos menores de dezoito anos de idade e maiores de quinze, poderá ser concedida autorização para dirigir, a título precário, bicicletas motorizadas, motonetas e similares equipadas com motor até 50 cc de cilindrada, obedecidas as seguintes exigências:

- a) autorização do pai ou responsável;
- b) autorização do Juiz de Menores da jurisdição onde residir;
- c) habilitação, apurada através dos exames previstos neste Código e seu Regulamento".

EMENDA

"Art. 80. Aos menores de dezoito anos de idade e maiores de quinze, poderá ser concedida autorização para dirigir, a título precário, bicicletas, motonetas e similares, equipadas com motor até 50 cilindros, obedecidas as seguintes exigências:

- a) autorização do pai ou responsável;
- b) atestado de saúde;
- c) permissão de circulação concedida aqueles que demonstrem conhecer as regras de trânsito e conhecimento da sinalização nas vias públicas.

Dêsse confronto, percebe-se, *actu oculi*, duas alterações principais da emenda ao Substitutivo: 1º) dispensa da autorização do Juiz de Menores; 2º) exigência de atestado de saúde.

A autorização do Juizado de Menores, inscrevemo-la no Substitutivo como uma cautela a mais à concessão de que cuida o artigo. Através da medida, talvez se evite sejam admitidos a dirigir os veículos ali referidos menores delinquentes ou que por qualquer razão, mereceram cuidado ao Juizado de Menores, e aos quais se não deva autorizar a fazê-lo, em benefício deles próprios e de terceiros.

A exigência do simples "atestado de saúde" já se contém, ampliada, no Substitutivo, pois a referência, no artigo 80.º c. a

"exames previstos neste Código e seu regulamento" abrange exame

"de sanidade física e mental a cargo de médicos do serviço oficial de trânsito ou por ele credenciados" objeto do art. 72.º a.

Contrariamente à douta Comissão de Constituição e Justiça, que a aprovou, opinamos pela rejeição da emenda.

EMENDA Nº 14

Autor: Sr. Jefferson de Aguiar.

Há evidente engano na referência aos arts. 105 e 103 que diz emendar. Certamente, reve em mira os arts. 4º e 7º do Projeto da Câmara (arts. 6º e 10 do Substitutivo).

Defende a inclusão de um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (categoria dos trabalhadores em transportes rodoviários) no Conselho Nacional de Trânsito, no lugar do representante da Federação Nacional de Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, assim como a de um representante das Federações de Trabalhadores em Transportes Rodoviários nos Conselhos Estaduais de Trânsito. O Substitutivo, no particular, acompanhou o Projeto da Câmara.

Humildemente, reconhecemos procedência na argumentação da emenda quando se reporta ao Conselho Nacional de Trânsito. Se existe uma Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, entidade máxima de grau superior, representante dos rodoviários, ela e não outra deve representá-los no Conselho Nacional do Trânsito, qual acontece com a representação, nêle, das empresas de transportes rodoviários que o Projeto da Câmara (art. 4º, o) e o Substitutivo (art. 6º, b) deferem à Confederação Nacional de Transportes Terrestres (categoria das empresas de transportes rodoviários).

Assim, opinamos pelo acolhimento da emenda, na parte em que altera a composição do Conselho Nacional de Trânsito, convertendo-a na seguinte

Subemenda Nº 2 — F

"Art. 6º

g) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (categoria dos trabalhadores em transportes rodoviários)";

Atinentemente à constituição dos Conselhos Estaduais, parece-nos conveniente, quando menos por sua flexibilidade, a redação do Substitutivo (também do projeto da Câmara) considerando-se que em muitos Estados não tem sede Federação de Trabalhadores em Transportes Rodoviários. O Substitutivo, como está redigido, proporciona a indicação do representante dos motoristas profissionais pela entidade máxima da classe com sede no Estado.

Assim, estamos em que, nesse ponto, se rejeite a emenda.

EMENDA Nº 15

Autor: Sr. Guido Mondin.

A emenda advoga a supressão de vários dispositivos (até de capítulos in-

teiros) do Substitutivo acrescido de outros e modificações de outros mais. A Comissão de Constituição e Justiça, rejeitando-a, pela ratificação do lícito parecer do meu douto Senador Bezerra Neto, assinalou:

"Trata-se de uma nova proposição. A aceitar-se esta emenda, estaria subvertido o sistema adotado na Comissão de Finanças..."

Efeivamente, a aprovação *in totum* da emenda descaracterizaria o Substitutivo e não teria a virtude de estabelecer o Projeto da Câmara. Provocaria o surgimento de um texto desconchavado, sem urdidura lógica.

Das dezenas de alterações que sugere, entendemos devam ser aproveitadas três: 1º) acrescido ao art. 5º; 2º) *idem* ao art. 11; 3º) apuro técnico da redação da alínea b do art. 120.

A primeira, propomos se transforme na seguinte

Subemenda Nº 3 — CF

"Art. 5º

1) os órgãos rodoviários federal, estaduais e municipais, também executivos."

Assim, com ajustamento de redação não promovido pela emenda, incluem-se os órgãos rodoviários municipais entre os enumerados naquela alínea.

As duas outras, considerar-lhe-emos a substância ao cuidarmos das Emendas nº 18 e 24.

Resumindo, somos pela rejeição das várias emendas contidas na Emenda nº 15, exceto da relativa à alínea "f" do art. 5º do Substitutivo, em substituição à qual propomos a Subemenda nº 3-CF retro.

EMENDA Nº 16

Autores: Srs. Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca.

Pleiteia se troque, no § 2º do art. 6º do Substitutivo, a expressão "no Distrito Federal" por esta: "na sede do Conselho".

Data *venia* dos seus eminentes autores, não lhe descobrimos vantagem. Se a sede do Conselho é no Distrito Federal, exigir, como condição para dele participar, "residência permanente no Distrito Federal", como reza o Substitutivo, ou o mesmo será que reclamar "residência permanente na sede do Conselho", qual defende a emenda.

O argumento de que a modificação proposta facilitaria "a remissão a outros artigos que cuidam da enunciação dos membros dos COMUTRAN, CETRAN e CONETRAN", salvo melhor juízo, se procedente, levaria a nova ou novas emendas.

Afigura-se-nos que a redação do § 3º do art. 10 do Substitutivo, com o advérbio "adequadamente", que nêle se lê, deve basilar a apaziguar a preocupação dos operosos e ilustres subscritores da emenda.

Pronunciando-nos pela sua rejeição, observamos que, se aprovada vier a ser, como aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça, dever-se-á estabelecer que a substituição da expressão "no Distrito Federal" se faça por, "na sua sede", e não como proposta pela emenda — "na sede do Conselho" —, que enfearia a redação do texto, por nêle se repetir a palavra "Conselho".

EMENDA Nº 17

Autores: Srs. Gay da Fonseca e Wilson Gonçalves.

A emenda quer se inclua um representante da Confederação Nacional de Transportes Terrestres (categoria das empresas de transportes rodoviários) na composição dos Conselhos Estaduais de Trânsito.

Endossamos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido da sua aprovação.

EMENDA Nº 18

Autores: Srs. Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca.

Estabelece que das resoluções dos Conselhos Municipais de Trânsito cabera recurso para os Conselhos dos respectivos Estados.

Não vemos motivo para lhe aconselharmos a rejeição antes entendemos que, se aprovada como o foi pela Comissão de Constituição e Justiça, concorrerá para o aperfeiçoamento do Substitutivo.

Parece-nos porém, que melhor se consagra no art. 10 que trata da criação, composição e competência dos Conselhos Municipais.

Dêste modo pensando, apresentamos-lhe a seguinte

Subemenda Nº 4 — CF

"Art. 10

§ 5º. Das resoluções dos Conselhos Municipais de Trânsito, no prazo de quinze (15) dias, contados do seu conhecimento por qualquer modo, caberá recurso para o Conselho Estadual de Trânsito do respectivo Estado, que lhe poderá suspender os efeitos."

Em consequência, o atual § 3º do artigo passará a § 6º.

EMENDA Nº 19

Autores: Srs. Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca.

Manda incluir, na enumeração contida no parágrafo único do art. 15 do Substitutivo, a alínea "a" do seu artigo 13, com o que as Circunscrições de Trânsito passariam a contar, obrigatoriamente, com serviço de engenharia de trânsito.

Acompanhando a douta Comissão de Constituição e Justiça, opinamos por sua aprovação.

EMENDA Nº 20

Autores: Srs. Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca.

Advoga que, ao art. 63 do Substitutivo, se adite a seguinte alínea:

"c) os Estados, Territórios e o Distrito Federal consignarão, em seus orçamentos anuais, as verbas indispensáveis ao cumprimento deste artigo".

Reconhecido, já, pela Ilustrada Comissão de Constituição e Justiça, que a aprovou, não padecer a emenda do vício de inconstitucionalidade, não descobrimos razão para adversá-la.

Pela sua aprovação.

EMENDA Nº 23

Autores: Srs. Wilson Gonçalves e Gay da Fonseca.

Quer se substitua, no § 3º do art. 79 do Substitutivo, a expressão "a autoridade municipal" por "a autoridade local de trânsito".

Estamos em que poderá receber aprovação, como lhe aconteceu na Comissão de Constituição e Justiça.

EMENDA Nº 24

Autor: Sr. Josaphat Marinho.

A emenda, do eminente Senador Josaphat Marinho, propõe a supressão da alínea "b" do art. 120 do Substitutivo, por vício de inconstitucionalidade, pois, qual ali se apresenta redigida, caracteriza o antigo imposto de vendas e consignações (art. 19, IV, da Constituição), substituído pelo imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores (art. 12 da Emenda Constitucional número 18), como aquele reservado à competência dos Estados.

Na realidade, alínea cuja supressão é proposta pela emenda padece de defeito na sua redação.

Parece-nos, porém, que se não deva eliminar, porque retiraria ao Fundo Nacional de Trânsito a sua principal e verdadeiramente importante fonte de receita. Recomendável se nos afigura, sim, dar-lhe outra redação, de modo que atenda ao rigor técnico-jurídico e assegure ao Fundo os necessários recursos.

ridico e assegure ao Fundo os necessários recursos.

Propomos-lhe, assim, a seguinte:

Subemenda Nº 5 — CF

"b) o correspondente a dez por cento (10%) do imposto de consumo arrecadado, ou daquele que o substituir, relativo a protetores, pneumáticos, câmaras-de-ar e "flaps", de borracha vulcanizada, não endurecida, para rodas de qualquer tipo, e a automóveis de passageiros e caminhonetes sedan, inclusive de esporte, de qualquer peso".

Assim, elimina-se o vício que contaminava a alínea, do mesmo passo que se propiciam ao FUNTRAN os recursos indispensáveis às suas importantíssimas finalidades.

EMENDA Nº 25

Autor: Sr. Gilberto Marinho.

Subordina a construção, adaptação e estabelecimento de pistas permanentes para competições desportivas automobilísticas à autorização da Confederação Brasileira de Automobilismo.

O Substitutivo, por motivos óbvios, exige, para tanto, apenas a autorização do Conselho Nacional de Trânsito.

Na competência da Confederação, por sem dúvida não se insere a atribuição que lhe deseja reconhecer a emenda.

A Comissão de Constituição e Justiça, inteligentemente, formulou subemenda, onde se estabelece a simples *audiência* da Confederação.

Opinamos favoravelmente à aprovação da Subemenda nº 3 da Ilustrada Comissão de Constituição e Justiça.

EMENDA Nº 26

Autor: Sr. Aloísio de Carvalho.

Pleiteia a supressão do art. 135 do Substitutivo, que assegura franquia postal-telegráfica aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, mas tão-só

"em suas relações recíprocas".

No Substitutivo, pensadamente, introduziu-se aquela franquia, atendendo, de uma parte, a que os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, salvo raras exceções, lutam com a falta de recursos, e, de outra, que, com a criação no Renavam os Departamentos de Trânsito serão obrigados a constante correspondência postal com tal órgão, ao qual deverão remeter as seguintes vias de todos os Certificados de Registro que expedirem, e comunicar especialmente. Para facilitar-lhes o cumprimento desses deveres, importantíssimo à consecução dos fins lastreadores da criação do Renavam, e porque não seria justo nem conveniente desfalcar-lhes os recursos financeiros com o impor-lhes os ônus das taxas postais exigidas pelas referidas remessas e comunicações, foi que o Substitutivo previu a discutida franquia, e em termos apertados, restritíssimos: "em suas relações recíprocas".

Continua a parecer-nos acertada a medida, criteriosamente adotada, restringida ao máximo e não liberalizada. Ergo, estamos em que a emenda merece rejeição.

EMENDA Nº 27

Autor: Sr. Antônio Carlos.

Pretende se acrescente um artigo ao Substitutivo, deste teor:

"At. A documentação inicial de propriedade, base para o Certificado de Registro, deverá ser transcrita no Registro de Títulos e Documentos, em termos prescritos pelo Código Civil e de acordo com o regulamento deste Código".

Do ponto em claro desaconselhável, *data venia*, a medida objetivada pela emenda com caráter obrigatório, visto que, através do Renavam, serão alcançados, e mais amplamente, os fins com ela perseguidos pelo seu nobre autor. Facultativamente, não caberia prevê-la no novo Código, já porque

que adota providências mais eficazes, já porque, hoje, ao alcance de quem queira utilizar.

O ilustre Senador Bezerra Neto, em seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, unânimemente acolheu o cabal refutação à emenda, concluindo pela sua rejeição.

Nosso parecer é, também, por que se rejeite.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Foram proferidos todos os pareceres pelas Comissões que deviam fazê-lo.

É necessário, entretanto, que a matéria seja devidamente ordenada, tendo em vista o grande número de emendas. Por essa razão vou suspender a sessão por quinze minutos, para que a Secretaria-Geral da Presidência possa desincumbir-se dessa tarefa.

Está suspensa a sessão.

(Suspense-se a sessão às 17 horas e 25 minutos e reabre-se às 17 horas e 45 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão.

Sendo necessário, ainda, mais algum tempo para o ordenamento da matéria do Projeto de Lei nº 328, ora em votação, tendo em vista o grande número de emendas e os pareceres divergentes sobre as mesmas, vou encerrar a sessão e convocar os Srs. Senadores para outra, extraordinária, às 18 horas de hoje, com a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO EM 11 DE MAIO DE 1966
(Quarta-feira)

(Extraordinária às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1965 (nº 2.259-C-60 na Casa de origem), que institui o Código Nacional de Trânsito, em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5-B do Regimento Interno, tendo

Pareceres sob ns. 1.375, 1.376, de 1965; 260, 261 e 308, de 1966, das Comissões:

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, com as emendas que oferece, de ns. 1 a 27-CT;

— de Relações Exteriores, favorável, com as emendas números 1 e 2-CRE;

— de Finanças:
1º pronunciamento — favorável
2º pronunciamento — oferecendo substitutivo;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos).

ATA DA 51ª SESSÃO EM 11 DE MAIO DE 1966

4ª sessão Legislativa da 5ª Legislatura

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

José Guimard
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Eugênio Barros
Victorino Freire
Joaquim Parente
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Manoel Vilaca
Ruy Carneiro
Domício Gondim

Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Gouveia Vieira
Gilberto Marinho
Milton Campos
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Krieger
Gay da Fonseca — (37).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 37 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates. Não há expediente a ser lido nem oradores inscritos. Passa-se à

ORDEN DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 238, de 1965 (nº 2.259-C-60, na Casa de origem), que institui o Código Nacional de Trânsito (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5-B do Regimento Interno), tendo Pareceres, sob números 1.375, 1.376, de 1965, 260, 261 e 308, de 1966, das Comissões:

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, com as emendas que oferece, de ns. 1 a 27-CT;

— de Relações Exteriores, favorável, com as emendas números 1 e 2-CRE;

— de Finanças:
1º pronunciamento — favorável;
2º pronunciamento — oferecendo substitutivo;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Finanças.

O SR. BEZERRA NETO:

(Nogueira da Gama) — Na sessão anterior manifestaram-se sobre as emendas de plenário as Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas de Relações Exteriores, de Finanças e de Constituição e Justiça, cujos pareceres foram emitidos pelos respectivos relatores.

Passa-se à votação do Substitutivo da Comissão de Finanças.

Esse Substitutivo, de acordo com o Regimento Interno, tem preferência sobre o projeto, razão pela qual deverá ser votado desde logo. Se aprovado, ficarão prejudicados o projeto, o Substitutivo da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e as emendas das demais Comissões.

Em votação o substitutivo da Comissão de Finanças, ressalvadas as emendas do Plenário e das demais Comissões. Vota-se apenas o substitutivo da Comissão de Finanças, que, conforme já foi declarado, tem preferência regimental sobre as demais matérias.

O SR. BEZERRA NETO:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador. (Pela ordem) — Consulto apenas V. Ex. se não há um pedido de

destaque para rejeição de determinado dispositivo do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa não recebeu nenhum pedido de destaque, até o presente momento.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador.

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

(Pela ordem) — Em face da ponderação de V. Exa., tenho a declarar que entreguei à Secretaria da Presidência um requerimento de destaque para a Emenda nº 13, de minha autoria. Peço, portanto, que V. Exa. esclareça a matéria convenientemente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência acaba de ser informada de que o nobre Senador Jefferson de Aguiar encaminhou à Mesa pedido de destaque para uma emenda. Esse pedido será apresentado à deliberação do Plenário no momento oportuno. Nesse instante, a Presidência está submetendo à votação o substitutivo da Comissão de Finanças.

O nobre Senador Lino de Mattos encaminhou, igualmente, à Mesa requerimento nas mesmas condições e com o mesmo objetivo do encaminhado pelo nobre Senador Jefferson de Aguiar, requerimento esse referente a emenda, matéria que ainda não está sendo submetida à votação.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Pela ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a dúvida que como a liberdade de suscitar é de que a emenda de minha autoria, à semelhança da emenda de autoria do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, se refere ao projeto de Lei que procede à Câmara. Entretanto, o que vamos votar é um substitutivo. A emenda prevalecerá para esse substitutivo? Pode haver, até, descondição com relação ao artigo mencionado.

Essa a dúvida que suscito. Tecnicamente, Sr. Presidente, quando se trata de um substitutivo, ele absorve todas as demais matérias apresentadas, e desaparecem as emendas, a não ser que a Mesa tenha encontrado uma outra fórmula para manter as emendas ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deixou explicito que o substitutivo da Comissão de Finanças, de acordo com o Regimento, tem preferência para votação. Aprovado esse substitutivo estarão prejudicados o projeto, o substitutivo da Comissão de Transportes e as demais emendas das outras Comissões.

O pedido de destaque a que se refere o nobre Senador Lino de Mattos diz respeito a dispositivo do projeto. Evidentemente, se o substitutivo for aprovado, o projeto estará prejudicado e o pedido de destaque não poderá ser acolhido.

O SR. LINO DE MATTOS — Senhor Presidente vê V. Exa. que procediam as minhas razões.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Perfeitamente. Tem toda a procedência a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como há vários pedidos de destaque, pelo que estamos presenciando, conviria que V. Exa. fizesse soar as campainhas para que os Senadores ausentes comparecessem ao plenário, a fim de evitar o retardamento de nossas decisões, se ocorrer pedido de verificação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à votação do substitutivo da Comissão de Finanças já enunciado pela Presidência.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo, sem prejuízo das emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Lino de Mattos.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo da Comissão de Finanças queiram levantar-se. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram o substitutivo e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votam a favor do Substitutivo 23 Senhores Senadores e contra, 1. Não há número. Vai-se proceder à chamada do norte para o sul.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Vivaldo Lima — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Eugênio Barros — Victorino Freire — Joaquim Parente — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Manoel Vilaca — Rui Carneiro — Domício Gondim — Barros Carvalho — Pessoa de Queiroz — Dylton Costa — Aloysio de Carvalho — Josaphat Marinho — Jefferson de Aguiar — Raul Giuberti — Gouveia Vieira — Gilberto Marinho — Milton Campos — Bezerra Neto — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Guido Mondin — Daniel Krieger e Gay da Fonseca.

RESPONDE A CHAMADA E VOTA "NAO" O SR. SENADOR:

Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Votaram sim, 23 Srs. Senadores; não, 1 Senhor Senador.

Votaram ao todo 30 Srs. Senadores, com o Presidente, 31. Não há número.

Fica, assim, interrompida a votação que prosseguira na sessão de amanhã.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para reunir-se, hoje, às 21h, a fim de ouvir leitura de Mensagem presidencial, e às 21h 30m, para apreciação de Veto presidencial.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA:

SESSÃO EM 12 DE MAIO DE 1966

(Quinta-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1965 (nº

2.259-C-60 na Casa de origem), que institui o Código Nacional do Trânsito (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 5-b, do Regimento Interno), tendo Pareceres sob números 1.375, 1.376, de 1965, 260, 261 e 308, de 1966, das Comissões:

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, com as emendas que oferece, de números 1 a 27-CT);

— de Relações Exteriores, favorável, com as emendas números 1 e 2-CR2;

— de Finanças:

1º pronunciamento — favorável;
2º pronunciamento — oferecendo substitutivo;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 231, de 1935 (nº 1.473-B-63, na Casa de origem), que aplica às telefonistas o disposto no art. 227 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo Pareceres sob números 1.443, de 1965 e 104, de 1966.

— da Comissão de Legislação Social, oferecendo substitutivo;

— da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao substitutivo.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1966 (nº 2.158-B-60, na Casa de origem), que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Comissão de Marinha Mercante — de crédito especial de Cr\$ 1.955.066 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e seis cruzeiros), pa-

ra pagamento de diferença salarial a marítimos e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob número 412, de 1966, da Comissão de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1966 (nº 2.756-B-61, na Casa de origem), que autoriza o Conselho Nacional de Pesquisas a ceder parte de área de terreno integrante do seu patrimônio, tendo Parecer favorável, sob o número 410 de 1966,

— da Comissão de Finanças.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1966 (nº 3.260-A-65, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional da Segunda Região — crédito especial de Cr\$ 268.440 (duzentos e oitenta e oito mil quatrocentos e quarenta cruzeiros) para o fim que especifica, tendo Parecer favorável, sob nº 409, de 1966, da Comissão de Finanças.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1966 (nº 3.525-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República que dispõe sobre o Código Sanitário do Distrito Federal, tendo Parecer, sob nº 405, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao substitutivo da Comissão Mista do Congresso Nacional.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos).

Concedeu.

Nos termos do art. 270, item I e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 9 de 1960, licença para tratamento de saúde, conforme comunicação da Junta Médica, aos seguintes funcionários:

Pedro Alves Ribeiro, Linotipista, "pro labore", no período de 23.4.65 a 9.5.66 (DP 553-66);

João Alves da Silva, Motorista, PL9, no período de 14 a 28 de março de 1966 (DP 254-63);

Ogoberto Paiva do Nascimento, Auxiliar de Limpeza (PL-10), no período de 25.4.66 a 10.5.66 (DP 548-66);

Beatriz Corrêa de Mello, Taquígrafa-Revisora, PL-2, no período de 6 a 21 de março de 1966, (DP 250-66);

Nos termos do art. 319 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, item 35, da Resolução nº 6, de 1960, salário-família aos seguintes funcionários:

Romeu Arruda, Oficial Legislativo, PL-6, relativo a seu filho Ricardo Aurélio, a partir de abril de 1966 (DP .. 532-66);

Walter Tardin, Operador de Radiodifusão, PL-11, relativo a sua filha Marisa, a partir de abril de 1966 (DP 528-66);

Abraão Barbosa Teles, Servente de Administração, FT-8, relativo a seu filho Edmilson, a partir de março de 1966 (DP 557-66);

Hugo Carvalho Vieira, Auxiliar de Portaria, PL-9, relativo a seu filho Vinicius de Brito Vieira, a partir de abril de 1966 (DP 556-66);

João Alves, Ferreira, Motorista, PL-10, em que solicita o restabelecimento do salário-família, em relação a sua filha Ana Lígia Teixeira Bichão, a partir de dezembro de 1965 (DP .. 501-66);

Marino Granado da Silva, Auxiliar de Limpeza, que solicita o cancelamento do salário-família relativo a sua esposa Argolucia Santos Granado (DP 571-66);

Indeferiu:

DP 293-66 — de Ney da Motta Bastos, Operador de Radiodifusão, PL-11, em que solicita absorções das Diárias de Brasília, por falta de amparo legal;

DP 534-66 — de João Carlos Gomes, Auxiliar de Limpeza, PL-11 em que solicita reconsideração do ato de punição;

Deferiu:

DP 315-66 — de Pedro Felix da Costa Lacerda, Guarda de Segurança, PL 9, em que solicita anulação de faltas e penalidades, com base no Decreto-Legislativo nº 18.61 num total de 70 dias, somente para efeito de aposentadoria;

Esarrou os seguintes despachos:

DP 332-66 — de Humberto Haydt de Souza Mello, Pesquisador, PL-6, em

que solicita pagamento dos adicionais referentes ao tempo de serviço computado em 1964: "à Diretoria de Contabilidade, para os devidos fins"; reconsideração do ato de punição: DP 630-63 — de José Pedro de Araújo, Linotipista, FT-2, em que solicita "venha o requerente através de canais competentes e volte, querendo".

Secretaria do Senado Federal, em 10 de maio de 1966. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

ATO DA DIRETORIA DO PESSOAL

(D. C. N. — Seção II — 10.5.66)

(Republished por haver saído com incorreções).

A Diretora do Pessoal exarou o seguinte despacho no DP-247-66 em que Oscar Luiz de Azevedo, Auxiliar de Portaria, PL-9, solicita reconsideração por se julgar preterida na classificação para promoção: "Indeferido por falta de amparo legal. O servidor requereu fora do prazo previsto no art. 122, § 2º da Resolução nº 6, de 1960".

Diretoria do Pessoal, 9 de maio de 1966. — Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

DIRETORIA DAS COMISSÕES Comissão de Saúde

4ª REUNIAO, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1966

As quinze horas e trinta minutos do dia dez de maio de mil novecentos e sessenta e seis, presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga, Pedro Ludovico e Eugênio Barros, na Sala das Comissões, do Senado Federal e sob a Presidência do Sr. Senador Manoel Villaga, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Sigefredo Pacheco, Adalberto Sena e Miguel Couto.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida aprova.

Havendo número legal o Sr. Presidente declara iniciados os trabalhos da Comissão e dá em seguida a palavra ao Sr. Senador Pedro Ludovico para leitura de parecer de sua autoria, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1966, que aprova o Acordo de Cooperação para Usos Civis da Energia Atômica entre os Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Lido e discutido é posto em votação e em seguida aprovado o aludido parecer, que conclui pela aprovação do projeto.

Nada mais havendo que tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR CERAL

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

Solicitando férias relativas ao exercício de 1964:

DP-425-66 — de João Alves da Silva, Motorista, PL, a partir de 14.3.66;

Solicitando férias relativas ao exercício de 1965:

DP-518-66 — de Fernando Antônio Conde, Auxiliar de Secretaria Substituto, PL-5, a partir de 8.3.66;

DP-536-66 — de Gilson Gomes Feitoza, Guarda de Segurança, PL-9, a partir de 25.4.66;

DP 551-66 — de Aurino Mendes de Vasconcelos, Eletricista, FT-3, a partir de 2.5.66;

Solicitando férias relativas ao exercício de 1966:

DP 551-66 — de Nelson Gouvêa, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT5, a partir de 2.5.66;

DP 533-66 — de José Celestino Pessa, Chefe do Serviço de Transportes, PL-6, a partir de 2.5.66;

DP 263-66 — de Nereu Silva Rolim, Redator de Anais e Documentos

Parlamentares, PL-2, prestado à Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, num total de 1.232 dias para todos os efeitos legais, exceto licença especial;

De acordo com o despacho exarado pelo Senhor Diretor-Geral no requerimento S-Nº de Roberto Velloso, o tempo de serviço averbado em seus assentamentos fica retificado para:

I — Arquivo Público — 0 dias;

II — Departamento de Turismo e Divulgação — 726 dias;

III — Secretaria de Estado dos Negócios do Governo — 183 dias;

Indeferiu:

DP 415-66 — de José Fábio de Andrade Mendes, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, prestado ao Exército, por ser concomitante;

Deferiu:

Solicitando o registro de diplomas nos assentamentos individuais:

DP 531-66 — de Paulo Machado Alvim.

Solicitando concessão de horário especial por motivos escolares:

DP 329-66 — de Sérgio de Otero Ribeiro, Auxiliar Legislativo, PL-9;

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Giuberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antonio Carlos
 Julio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atilio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacharias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Muner
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valadares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretaria: Mari Helena Buenc Brandão, Oficial Legislativo, PL-9.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Muner
 Zacharias de Assumpção
 Benedicto Valadares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(3 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana
 Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
 Julio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnou de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quintas-feira, às 15,30 horas

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaza
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
 José Guimard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Julio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

A R E N A

TITULARES

José Feliciano
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

A R E N A

TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Attilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaza

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quarta-feira, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaza.

A R E N A

TITULARES

Manoel Villaza
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

A R E N A

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieges
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

A R E N A

TITULARES

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Péricles

Secretário: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazanz

SUPLENTE

José Guilomard
Victorino Freire
Meuzes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abranches
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras as 15 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras as 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antonio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matus

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, as 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guilomard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guilomard

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, as 16 horas.